

RELATÓRIO ESPECIAL DO CEEA

UMA PUBLICAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

África e a Primavera Árabe: Uma Nova Era de Expectativas Democráticas

Novembro de 2011



O Centro de Estudos Estratégicos de África

O Centro de Estudos Estratégicos de África apoia o desenvolvimento de políticas estratégicas dos EUA que visam a África, oferecendo programas académicos de alta qualidade e relevantes, fomentando a consciencialização e o diálogo sobre as prioridades estratégicas dos EUA e assuntos relacionados com segurança em África, criando redes de líderes militares e civis africanos, americanos, europeus e internacionais, assistindo as autoridades dos EUA na formulação de políticas eficazes para África e articulando as perspectivas africanas a autoridades dos EUA.

África e a Primavera Árabe: Uma Nova Era de Expectativas Democráticas

Relatório Especial do CEEA N° 1

Novembro de 2011

Centro de Estudos Estratégicos de África
Washington, D.C.

As opiniões, conclusões e recomendações expressas ou implícitas são dos contribuintes e não refletem necessariamente a opinião do departamento de defesa dos estados unidos ou qualquer outro órgão do governo federal. Aprovado para divulgação pública; distribuição ilimitada.

Pode ser citada ou reproduzida qualquer parte deste estudo, sem autorização, desde que seja referido o nome da fonte original. A Tipografia da CEAA agradece que lhe seja enviada uma cópia das reproduções ou críticas.

Primeira impressão, Novembro de 2011

Para mais informações sobre o CEAA, visite o Web site <http://africacenter.org>.

Grupo de trabalho sobre África e a Primavera Árabe

2011 foi um ano de drásticas mudanças no panorama da governação em África. Manifestações populares sem precedentes ocorridas na Tunísia, Egito e Líbia puseram fim a um século de governação autocrática no norte de África. Os protestos, exigindo maior liberdade política, oportunidades económicas e o fim da corrupção endémica, tiveram uma repercussão profunda em toda a África, provocando apelos à mudança por todo o continente, que conta já com mais países em vias de democratização do que qualquer outra região do mundo. Assim, o impacto da Primavera Árabe na trajetória democrática de África, mesmo que ligeiro, terá importantes implicações para os padrões globais de governação, estabilidade e desenvolvimento.

Reconhecendo a natureza dinâmica destes eventos, o Centro de Estudos Estratégicos de África (CEEA) constituiu um Grupo de Trabalho composto de especialistas em democracia africana para fazer um balanço do significado da Primavera Árabe para a democracia em África. O objectivo consistia em avaliar em que medida a Primavera Árabe poderia ser um catalisador de novas mudanças políticas no continente, a sustentabilidade das mesmas, o efeito de outros factores de progresso e recuo sobre a democratização, e as consequências para a democracia africana no seu conjunto ao longo dos próximos anos. Com base nesta análise, o Grupo de Trabalho analisou as medidas prioritárias a tomar pelos intervenientes africanos e internacionais para o reforço e sustentação das estruturas democráticas emergentes em África. As conclusões resultantes das deliberações foram condensadas e serviram de base a este Relatório Especial do CEEA, cujo autor principal é o Presidente do Grupo de Trabalho, Joseph Siegle. Todos os membros do Grupo de Trabalho subscrevem as conclusões e recomendações apresentadas.

Membros

Joseph Siegle, Presidente do Grupo de Trabalho, Centro de Estudos Estratégicos de África

Joel D. Barkan, Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais

William M. Bellamy, Centro de Estudos Estratégicos de África

Christopher Fomunyoh, Instituto Nacional Democrático para Assuntos Internacionais

Mathurin C. Hounnikpo, Centro de Estudos Estratégicos de África

Edward McMahon, Universidade de Vermont

Abdoulaye Niang, Fundação Niang

Davin O'Regan, Centro de Estudos Estratégicos de África

Dave Peterson, Fundo Nacional para a Democracia

Oury Traoré, Consultora Internacional

Contribuições adicionais

Birame Diop, da organização Parceiros para a Mudança Democrática, e Mamoudou Gazibo, da Universidade de Montreal, também prestaram contribuições valiosas para estas deliberações. Joseph S. Jones, investigador estagiário pós-graduado do CEEA, contribuiu com investigações de fundo e análises de dados essenciais.

TABLE OF CONTENTS

SUMÁRIO EXECUTIVO	I
UM ANO DE MUDANÇA.....	3
O CONTURBADO PROGRESSO DEMOCRÁTICO DE ÁFRICA	4
ACCIONADORES E PROMOTORES: AS EXPECTATIVAS DEMOCRÁTICAS EM MUDANÇA.....	8
A Primavera Árabe.....	8
A expansão das tecnologias de informação e comunicação	10
O aprofundamento da sociedade civil.....	16
Mecanismos emergentes de freios e contrapesos institucionais	17
A urbanização acelerada e o aumento da população jovem	22
Padrões regionais e internacionais em ascensão	24
Forças de compensação	27
PERSPECTIVAS DE TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA	30
Implicações para a trajectória democrática de África	38
A ALTERAÇÃO DO MODELO DE GOVERNAÇÃO DE ÁFRICA.....	44
RECOMENDAÇÕES.....	47
CONCLUSÃO.....	58
NOTAS	60
MEMBROS DO GRUPO DE TRABALHO	65

SUMÁRIO EXECUTIVO

Uma pergunta frequente desde o início da Primavera Árabe, em Janeiro de 2011, é de que forma estes protestos populares afectam a democracia no resto de África. Nesta discussão é geralmente ignorado o facto de a África Subsariana ter atravessado durante este período uma vaga democrática própria, com progressos importantes na Guiné, Costa do Marfim, Níger, Nigéria e Zâmbia, entre outros. Tais progressos devem-se a quase duas décadas de criação de instituições democráticas no continente. Mesmo assim, o legado da política do “*bigman*” (homem forte) continua a ensombrar gravemente as normas de governação em África. Além disso, os modelos de regime no continente continuam a ser muito diversos, incluindo desde autocratas de linha dura e governos semi-autoritários em vias de democratização até um número reduzido de democracias.

Reconhecendo a complexidade destas evoluções, ainda em curso, o Grupo de Trabalho realizou uma análise das ligações entre a Primavera Árabe e a democracia africana considerando as suas implicações para as normas de governação no continente ao longo dos próximos anos.

Uma das principais conclusões desta análise é que os efeitos da Primavera Árabe em África devem ser entendidos no contexto muito mais amplo e de prazo muito mais dilatado da evolução democrática de África. A democracia na África Subsariana, apesar de muito variada e em diferentes estádios de progresso, não está a arrancar do zero, ao contrário do que sucede na maioria dos países do mundo árabe. Considerados nesta perspectiva mais ampla e heterogénea, os efeitos directos da Primavera Árabe no desenvolvimento democrático da África Subsariana são limitados. Há poucas relações lineares a ligarem os eventos no Norte de África às mudanças específicas decorrentes do processo de democratização no continente. Assim, a angústia e a frustração que estão na base dos protestos e do decurso das transições no mundo árabe, principalmente no Egipto e na Tunísia, encontram um eco profundo em muitos africanos que acompanham de perto os acontecimentos no norte do continente.

A Primavera Árabe age, deste modo, como um mecanismo impulsionador — mais do que criador — de novas reformas democráticas na região. Após o início da Primavera Árabe ocorreram protestos em mais de uma dezena de capitais africanas, exigindo mais pluralismo político, transparência e responsabilização. Houve mesmo quem tivesse referido explicitamente o Norte de África como exemplo. Da mesma forma, a influência da Primavera Árabe é tão temida que diversos governos africanos proibiram a utilização da expressão na Internet e nos meios de comunicação social.

Com efeito, os protestos democráticos no Norte de África influenciam e enquadram o debate sobre o futuro da democracia em África. Também transmitem uma lição importante, a de que a democracia não é uma dádiva mas antes uma conquista dos cidadãos e que, uma vez instaurada, não é um modelo de governação passivo ou que se alimenta por si próprio, mas que requer o envolvimento empenhado de todos os cidadãos. O mais significativo talvez seja o facto de que a Primavera Árabe está a provocar a *mudança das expectativas* que os cidadãos africanos depositam nos seus governos.

A mudança de expectativas é potenciada pelo facto de se articular com agentes de mudança fundamentais que podem estimular novos progressos democráticos no continente nos próximos anos. Em África a enorme expansão do acesso à tecnologia da informação aumentou drasticamente a capacidade de acção e responsabilidade colectivas. A rápida urbanização facilita ainda mais a capacidade de mobilização dos cidadãos. A população africana jovem e de maiores habilitações académicas deseja com impaciência uma governação mais transparente e mais oportunidades de ganhar a vida. Os jovens estão cada vez mais conscientes das normas de governação noutras partes do mundo e anseiam pela instauração dos mesmos direitos básicos nas suas sociedades. Por outro lado, a melhoria dos padrões de governação na região e a nível internacional valorizam cada vez mais a legitimidade, ao mesmo tempo que condenam cada vez mais as transições de poder inconstitucionais. A sociedade civil, veículo habitual da mudança de governação da base para o topo, cresceu em dimensão, sofisticação e influência nas últimas décadas e as instituições democráticas africanas começaram a criar raízes. Os parlamentos tornaram-se mais capazes e autónomos, os meios de comunicação social independentes são mais diversificados e acessíveis do que nunca, e as eleições são cada vez mais comuns, transparentes e valorizadas.

Apesar dos progressos notáveis alcançados, ainda persistem obstáculos significativos ao progresso democrático. Cerca de 40 por cento dos Estados africanos continuam organizados em torno de princípios de governação autoritários. A maioria destes regimes é sustentada pelo controlo exercido sobre as substanciais receitas de hidrocarbonetos e a instrumentalização política dos sectores de segurança. Além disso, continuam a observar-se em todo o continente padrões de governação personalista, mesmo entre as principais democracias de África até à data. Além de prejudicar o desenvolvimento de mecanismos robustos de poder partilhado, este modelo neo-patrimonial assenta na convicção firme de que a política é um exercício baseado no modelo de “o vencedor fica com tudo”, subvertendo os valores de inclusão e compromisso fundamentais para a governação democrática. Acresce ainda o facto de muitos países africanos ainda estarem a construir uma identidade nacional comum, em torno da qual possa ser organizada a cooperação em prol de objectivos comuns. A situação é agravada pelos ainda recentes conflitos civis em várias sociedades africanas e pela polarização e conflitualidade intracomunitárias que esses conflitos reforçaram.

Embora existam muitas forças concorrentes em jogo, é consenso deste Grupo de Trabalho que a equação democrática em África mudou. As populações africanas esperam hoje que os dirigentes governamentais ajam de uma forma mais democrática e responsável. Existe a convicção de que os cidadãos africanos não continuarão a aceitar passivamente os abusos de poder. Apesar de não ser possível garantir resultados positivos, as perspectivas de democratização em África ao longo dos próximos anos são encorajadoras. Os progressos não serão quase certamente tão repentinos e drásticos como no Egipto, na Tunísia ou mesmo na Líbia, mas são susceptíveis de generalizar-se, dependendo do ponto de partida de cada sociedade. Para lá chegar, a sociedade civil e outros reformadores serão forçados a exigir e a liderar a mudança face a uma vigorosa oposição dos interesses estabelecidos; os organismos regionais e internacionais terão de reforçar as normas democráticas; as comissões eleitorais serão obrigadas a tornar-se mais eficazes e independentes; o acesso aos meios de comunicação independentes deverá continuar a aumentar e o sector de segurança em África terá de colocar-se mais ao serviço dos interesses do Estado do que dos dirigentes políticos.

UM ANO DE MUDANÇA

Os inéditos protestos populares no Norte de África, exigindo maior liberdade política, dignidade e oportunidades económicas, cativaram a atenção do mundo desde que surgiram na cena mundial em Janeiro de 2011. As posteriores demissões dos líderes autocratas no Egipto e na Tunísia, o derrube do regime de Kaddafi na Líbia e a mudança no sentido da monarquia constitucional em Marrocos reformularam profundamente as relações entre o estado e os cidadãos numa região há muito estática. Com os passos hesitantes dados no caminho para a democracia, perderam força no mundo árabe os antigos pressupostos de passividade do público e de inviolabilidade dos estados autocráticos e estáveis.

Entretanto a Nigéria, com uma população equivalente a 60 por cento de todo o Norte de África e uma produção petrolífera que atinge aproximadamente a mesma percentagem, realizou eleições presidenciais em Abril de 2011 que foram amplamente consideradas livres e justas. Apresentando níveis mais elevados de transparência e supervisão do que qualquer eleição desde que a Nigéria pôs fim ao regime militar em 1999, esta conquista representou um passo decisivo na marcha do país rumo à democracia.

No mês de Abril de 2011 também se assistiu à exigência de que fossem respeitados os resultados das eleições presidenciais na Costa do Marfim, realizadas em Novembro de 2010. O Presidente em exercício, Laurent Gbagbo, recusou-se a reconhecer a derrota eleitoral, apesar dos anúncios da comissão eleitoral do país, da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), da União Africana (UA), e das Nações Unidas. Desafiando as vozes que reclamavam o seu afastamento, o presidente tentou usar o seu controlo das forças armadas para manter-se no poder. No entanto, a quase totalidade da comunidade internacional, apoiando-se em sanções, deixou Gbagbo cada vez mais isolado. Depois de meses de impasse e do recrudescimento das tensões e da violência, Gbagbo foi preso pelas forças leais ao vencedor, Alassane Ouattara. Cerca de três mil costa-marfinenses perderam a vida nos confrontos militares. O caso da Costa do Marfim assumiu uma importância regional significativa, pois assemelha-se aos episódios ocorridos no Quênia e Zimbabué onde, nos últimos anos, os presidentes em exercício também recusaram demitir-se depois de ampla confirmação de que tinham perdido as eleições, e tentaram negociar acordos de partilha de poder para manter a sua posição. Este padrão foi quebrado na Costa do Marfim.

Tais acontecimentos ocorreram na sequência do malogro de golpes militares no Níger e na Guiné, os quais tinham ameaçado reconduzir estes países e a região ao modelo fracassado de regime militar. No Níger, os militares restabeleceram a autoridade de um dirigente civil eleito pelo povo, um ano após terem demitido o Presidente Mamadou Tandja, que tentara repetidamente ignorar a Constituição para perpetuar a sua permanência no poder. Na Guiné, as eleições democráticas realizadas em Novembro de 2010 levaram Alpha Condé ao poder, pondo fim a mais de 40 anos de governo militar quase contínuo, incluindo um golpe de estado em 2008 encabeçado pelo Capitão Daddis Camara. As eleições destacaram-se ainda pelo facto de o candidato derrotado por uma margem muito pequena, Cellou Dalein Diallo, ter reconhecido a derrota e facilitado os primeiros passos da Guiné a caminho de um sistema político democrático.¹

Em suma, 2011 foi um ano de grande efervescência democrática em África.

Foi já neste contexto de mudança que o exemplo da Primavera Árabe mobilizou a consciência colectiva de África. Apesar das grandes diferenças sociais, culturais e económicas entre o Norte de África e o resto do continente, os protestos populares na Tunísia e no Egipto captaram a atenção de milhões de africanos de todas as camadas sociais. As manifestações de frustração observadas nas ruas do Cairo e de Túnis perante a privação de actividade política, a corrupção, as desigualdades profundas e a impunidade, repercutiram-se profundamente em todo o continente. Na verdade, nos meses seguintes ao início da Primavera Árabe, ocorreram protestos exigindo mais liberdades políticas, melhores serviços e mais responsabilização em mais de uma dúzia de países da África Subsariana, incluindo o Burkina Faso, Uganda, Senegal, Benim, Malawi, Quénia, Djibuti, Mauritânia, Camarões, Gabão, Guiné-Bissau e Suazilândia.

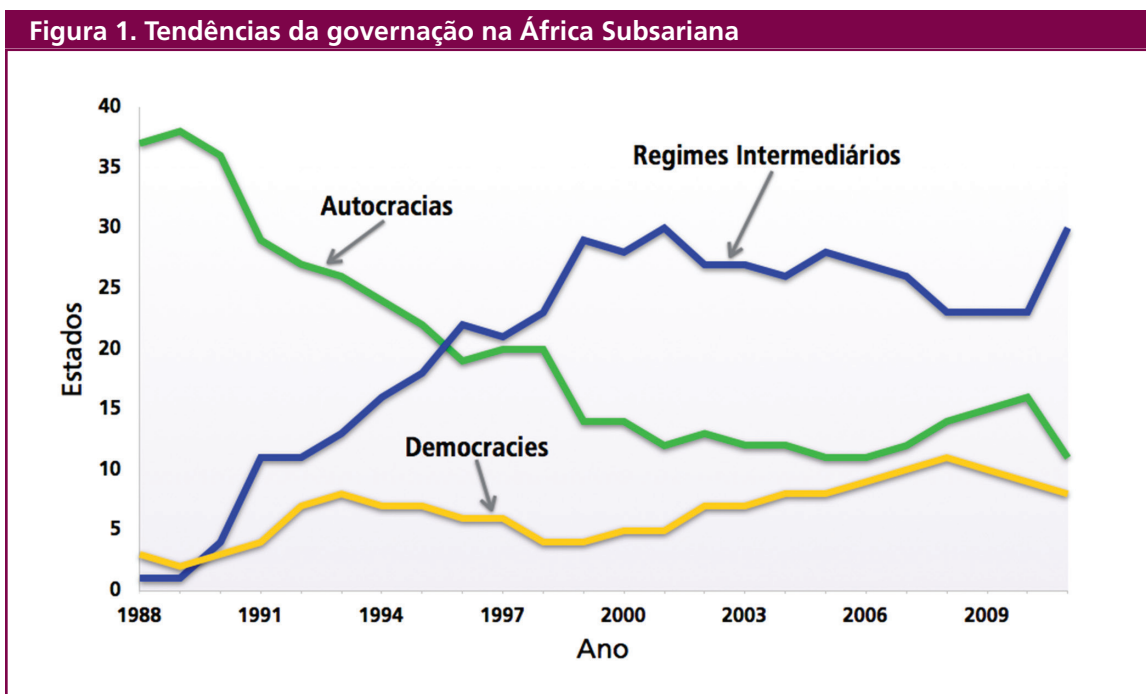
Estes protestos foram, quase sempre, de curta duração, levando muitos observadores a concluir que as repercussões do Norte de África sobre a África Subsariana seriam mínimas e a argumentar que os africanos eram demasiado passivos, desorganizados e pobres para desafiar regimes cada vez mais dispostos a responder aos protestos sociais com uma repressão brutal, capaz de derrotar a insurreição e impedir a mudança política.

Esta ideia tem sido reforçada por uma série de incidentes preocupantes no Senegal, Malawi e Benim, onde dirigentes africanos democraticamente eleitos tentaram alterar as regras eleitorais, orquestrar sucessões familiares, empregar a violência para dispersar manifestações pacíficas e silenciar a comunicação social. A isto junta-se a repressão constante dos regimes mais autoritários da região, como a Guiné Equatorial, Eritreia, Etiópia, Ruanda, Sudão e Zimbabué, onde mesmo o facto de assistir pela televisão aos protestos norte africanos tem sido motivo de prisão.

Reconhecendo que os acontecimentos ainda estão em evolução e a diversidade e complexidade das forças concorrentes em jogo, este *Relatório Especial do CEEA* procura identificar a sua dimensão mais abrangente e as implicações para a trajectória democrática de África. Importa saber, em particular, quão sustentáveis são os progressos democráticos e que probabilidades existem de novas transições democráticas em todo o continente. Que podem os intervenientes regionais e internacionais fazer para apoiar as reformas, se é que podem fazer alguma coisa?

O CONTURBADO PROGRESSO DEMOCRÁTICO DE ÁFRICA

Apesar da sua importância histórica, descobrir se e como a Primavera Árabe irá estimular uma maior exigência de democracia em África é uma questão que deveria ser colocada ao contrário. Grande parte da África Subsariana (doravante designada por África) registou um progresso democrático significativo a partir do início da década de 1990, com o fim da Guerra Fria e das rivalidades entre as superpotências que tinham apoiado muitos regimes autocráticos impopulares. Entre 1991 e 1994, o número de estados de partido único legalmente mandatados em África passou de 38 para zero² (consultar a Figura 1), ao mesmo tempo que aumentava o número de regimes democráticos e intermédios (ou mistos). Além do multipartidarismo, assistiu-se nas duas últimas décadas em África ao aparecimento de meios de comunicação



Fonte: Baseado em dados da Polity IV.³

social independentes, ao florescimento da sociedade civil e a um declínio dos governos militares. Realizaram-se eleições com cada vez mais regularidade, foram destituídos ditadores de longa data e estabeleceram-se o princípio da alternância de poderes e outras práticas de democracia política. Reflectindo a mudança drástica operada no exercício da governação, o protocolo de fundação da UA, em 2002, consagrou os princípios e instituições democráticos, a participação popular e a boa governação. Tais princípios foram reforçados pela adopção pela UA da Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação, em 2007. Não foi deste modo por acaso que a partir de meados da década de 1990 o continente registou uma diminuição de 60 por cento do número e dimensão de conflitos e viveu um período de expansão económica sem precedentes, factos que apontam para as repercussões futuras prováveis de outras conquistas democráticas.

Na realidade, as experiências de democratização em África antecederam a Primavera Árabe. As reivindicações dos manifestantes no Norte de África — eleições, uma imprensa livre, liberdade de associação — centravam-se em direitos de que aparentemente já auferia a maioria dos africanos. Com efeito, no Norte de África e no Médio Oriente, um dos aspectos salientes das transições democráticas em perspectiva é o facto de terem surgido tão tarde. Com a excepção da Ásia Central, o mundo árabe é a última região importante a enveredar pela via democrática.

Tabela 1. Categorias dos regimes políticos da África Subariana em 2011

Democracias em consolidação	Em vias de democratização	Regimes semi-autoritários	Autocracias
<ul style="list-style-type: none"> • Benim • Botsuana • Cabo Verde • Gana • Mali • Maurícias • São Tomé e Príncipe África do Sul 	<ul style="list-style-type: none"> • Burundi • Comores • Costa do Marfim • Guiné • Guiné-Bissau • Quênia • Lesoto • Libéria • Madagáscar • Malawi • Moçambique • Namíbia • Níger • Nigéria • Senegal • Serra Leoa • Seychelles • Sudão do Sul • Tanzânia • Zâmbia 	<ul style="list-style-type: none"> • Burkina Faso • Djibuti • Etiópia • Gâmbia • Gabão • Rep. Centro-Africana • R.D. Congo • Togo • Uganda • Zimbabué 	<ul style="list-style-type: none"> • Angola • Camarões • Chade • Rep. do Congo • Guiné Equatorial • Eritreia • Mauritània • Ruanda • Somália • Sudão • Suazilândia

Fonte: Baseado em dados da Polity IV e Freedom House.⁴

Ainda assim, a luta dramática pela liberdade no Norte de África repercute-se profundamente no resto do continente. Em relação às décadas anteriores de autocracia, os progressos alcançados até à data são notáveis mas o processo de democratização de África tem sido conturbado e está longe de ficar concluído. Apesar do estabelecimento da democracia em oito países africanos e de outros 20 ou mais estarem em vias de democratização, 40 por cento de todos os governos africanos ainda são dominados por tendências autocráticas (consultar Tabela 1). Entre eles contam-se autocracias explicitamente intolerantes de qualquer oposição, bem como regimes semi-autoritários que, em teoria, adoptaram características importantes da democracia, como o multipartidarismo, o respeito das liberdades civis, uma comunicação social independente e eleições periódicas, mas que, na verdade, não permitem genuínas contestações do poder.⁵ Por outras palavras, pretendem colher os benefícios decorrentes da reputação democrática sem aceitarem a partilha do poder nem a representação e igualdade dos cidadãos perante a lei. Estes regimes *semi*-autoritários representam um quinto dos governos africanos.

Desta forma, embora tenha havido em África um progresso considerável ao longo das últimas duas décadas, a democratização também tem sido marcada por grandes obstáculos, e colocam-se em cada etapa da governação graves desafios ao progresso democrático. Subsistem riscos significativos de retrocesso nalgumas das democracias mais avançadas de África e, de facto, o número de países africanos classificados como democracias por fontes independentes decaiu ligeiramente nos últimos anos. Estes casos permitirão elucidar

se as ainda incipientes instituições democráticas serão capazes de resistir à pressão de políticos poderosos que tentam perpetuar a sua influência, minando os mecanismos de freios e contrapesos à autoridade executiva.

Entretanto, os países africanos em vias de democratização, ou seja os países que encetaram o caminho democrático, enfrentam muitas vezes uma oposição sustentada de remanescentes dos regimes anteriores que beneficiaram amplamente do acesso a recursos públicos e oportunidades de clientelismo. Os países em vias de democratização em contextos pós-conflito enfrentam obstáculos particularmente difíceis devido às suas profundas divisões sociais, polarização política, destruição de infraestruturas e fragilidade das suas economias.

Há muito que os regimes autocráticos abdicaram da pretensão à legitimidade democrática e do apoio internacional que esta proporciona. Retiram um grau de equilíbrio político interno sobretudo do recurso à repressão. No entanto, nenhum destes governos pode ser considerado estável. São liderados por personalidades que estão muito longe dos tiranos brutais das décadas anteriores como Siad Barre, Mobutu Sese Seko, Mengistu Halle Mariam, Idi Amin, Hissène Habré, Jean-Bedel Bokassa ou Sékou Touré e, além disso, alguns dos autocratas modernos enfrentam hoje uma pressão activa, ainda que insuficiente, para desenvolver o espaço democrático.

O cenário muito diversificado da governação africana é, deste modo, também altamente dinâmico. Existem pressões transversais sobre todos os tipos de regime e é por este motivo que a futura trajectória de África ainda se encontra, em grande medida, em evolução. Assim, ao examinar as perspectivas de progresso democrático, este *Relatório Especial* centra-se no progresso *relativo*. Não trata de avaliar se e quando todos estes regimes se tornarão democracias consolidadas e estáveis, processo que pode demorar décadas, mas em vez disso de tentar identificar que mudanças em curso poderão levar um estado a avançar (ou retroceder) para a próxima etapa política, ou seja da autocracia para o semi-autoritarismo, do semi-autoritarismo para a democratização, ou desta para a democracia.

Da mesma forma, esta avaliação parte da premissa de que a experiência de democratização em todo o mundo ao longo das últimas décadas não é geralmente linear. Com efeito, 55 por cento de todos os países que começaram a democratizar-se ao longo desse período sofreram pelo menos um episódio de retrocesso, primeiro indício do que pode estar a acontecer no Egipto pós-Mubarak.⁶ Ainda assim, e mais importante para esta análise, três quartos dos que retrocederam retomaram o caminho da democracia no prazo de três anos. Em suma, são de prever avanços e retrocessos ao longo do percurso. Nem os contratemplos nem as conquistas democráticas são necessariamente permanentes até estarem completamente internalizadas na consciência política de uma sociedade as normas do estado de direito.

ACCIONADORES E PROMOTORES: AS EXPECTATIVAS DEMOCRÁTICAS EM MUDANÇA

Muitos desafios, frustrações e aspirações insatisfeitas das democracias africanas mantêm-se há anos e nalguns casos há mais. Então por que motivo se assiste agora a um anseio tão grande de reforma? Por outras palavras, o que mudou?

Para responder a esta pergunta o estudo avalia diversos factores que desencadeiam, promovem e sustentam as recentes reivindicações de democracia em África, contribuindo para situar melhor a vaga reformista recente e avaliar as suas implicações para a trajectória democrática de África. Um elemento comum é o facto de todos os acontecimentos recentes terem reforçado as expectativas dos cidadãos africanos em relação aos seus governos.

A Primavera Árabe

Os protestos populares no Norte de África sensibilizaram muitos africanos. Os problemas que motivaram a ira pública no mundo árabe — restrição das liberdades civis, corrupção, aumento das disparidades na distribuição da riqueza, falta de dignidade, impunidade policial e eleições fraudulentas — tiveram um grande eco em África. Assim, apesar das grandes diferenças culturais, económicas e geográficas existentes, as experiências no Norte de África servem de modelo ao resto do continente. Com efeito, nos meses que se seguiram ao início da Primavera Árabe, registaram-se protestos em mais de uma dezena de capitais africanas, exigindo uma maior participação política, transparência e adesão ao estado de direito. Muitos manifestantes fizeram comparações directas com o Egipto e a Tunísia (consultar barra lateral).

Mais importante ainda, a experiência dos egípcios e tunisinos (e, em menor medida, dos líbios) demonstrou que manifestações populares organizadas em torno de objectivos definidos podem conduzir à destituição de dirigentes autocráticos que estão há muito tempo no poder, algo que não era possível por meio de eleições. Ao longo do processo, as populações africanas compreenderam melhor o significado do “poder popular”. De facto perceberam que protestar é mais do que um meio de manifestar insatisfação: é um meio viável de gerar mudanças políticas concretas.

As revoluções no Norte de África têm demonstrado que a força das iniciativas dos cidadãos reside na sua dimensão. A mobilização dos cidadãos de todos os quadrantes contrapõe claramente a posição de uma elite minoritária que zela pelos seus interesses pessoais à situação de injustiça que afecta a maioria da população. As autocracias sobrevivem devido à passividade das suas populações. Se tal passividade puder ser superada, a falta de legitimidade dos dirigentes autocráticos torna-se evidente e fica à vista a relativa vulnerabilidade desses regimes.

Este reconhecimento desencadeia o debate público em torno da base sobre a qual assenta o exercício da autoridade. Apesar de a maioria dos países africanos ter conquistado a independência há mais de 40 anos,

este debate não foi levado a cabo em muitas sociedades. As colónias foram rapidamente transformadas em estados independentes, com pouco tempo para forjar uma identidade nacional comum, instituições políticas participativas e uma visão de conjunto. A maioria transformou-se imediatamente num estado de partido único, estatuto que manteve durante as décadas seguintes. Deste modo, embora a Primavera Árabe não se tenha traduzido em protestos de larga escala em África, ela provocou um debate essencial sobre a governação, a legitimidade e a relação entre o Estado e a sociedade.

As revoluções do Norte de África também demonstraram que as liberdades não são oferecidas mas conquistadas, e que não podem provir do exterior. Os cidadãos devem tomar a iniciativa se desejam a mudança. A Primavera Árabe simbolizou a importância de os cidadãos formularem exigências aos seus governos (e, portanto, definirem uma base para os padrões de governação). Sem reivindicações, os dirigentes têm poucos incentivos para apoiar proactivamente os interesses gerais da população.

O reconhecimento de que a democracia não é gratuita prende-se intimamente com esta afirmação. Os manifestantes egípcios e tunisinos assumiram o risco de perder postos de trabalho e rendimentos e de alterar o *status quo*. Muitos foram presos e alguns deles foram feridos ou mortos. A violência brutal que os cidadãos líbios enfrentaram em resposta às suas exigências de mudança foi disso um triste testemunho. A compreensão deste facto teve, sem dúvida, um efeito dissuasor entre activistas doutras regiões de África, que sabem que os seus governos também não hesitarão em usar a violência contra os cidadãos.

Outra lição fundamental dos protestos no Norte de África, que ainda está a ser equacionada pelos defensores da democracia africana, é a da capacidade de organização exigida. Apesar de a sua influência ter aumentado logo que os protestos iniciais ganharam apoio popular, os activistas da sociedade civil no Egipto envolveram-se a fundo no planeamento das reformas que exigiam ainda antes do início

A Primavera Árabe em África::

- Mauritânia: Yakoub Ould Khatry imolou-se pelo fogo junto aos portões do palácio presidencial pouco depois da queda do Presidente Tunisino Zine El Abidine Ben Ali. A última postagem de Khatry no Facebook exigia "direitos legítimos," a libertação de activistas detidos, e uma emenda constitucional para impedir todas as actuais e antigas figuras militares de concorrerem à presidência. Seguiram-se protestos de rua em Fevereiro, Março e Junho, exigindo a substituição do primeiro-ministro.
- Burkina Faso: Entre Abril e Junho eclodiu uma série de protestos com slogans como "a Tunísia é em Koudougou" e "o Burkina terá o seu Egipto." Num comício realizado na capital, em Outubro, para lançar uma nova estratégia para as eleições municipais e legislativas de 2012, um dirigente de um partido da oposição anunciou uma "Primavera do Burkina."
- Gabão: Em Janeiro, a policia dispersou protestos em Libreville nos quais os manifestantes carregavam cartazes que diziam "Na Tunísia, Ben Ali saiu. No Gabão, fora com [o Presidente] Ali Ben."
- Uganda: Durante as eleições nacionais de Fevereiro de 2011 a Comissão de Comunicações Ugandesa deu ordens aos operadores móveis para interceptarem e bloquearem as mensagens SMS contendo as seguintes palavras "Egipto," "Tunísia," "Mubarak," "ditador," "Ben Ali," e "Poder do Povo."
- Uganda: Em Setembro de 2011, um dos principais colonistas ugandeses escreveu: "Será perigoso para Museveni inferir de [quaisquer] diferenças estruturais que o risco de uma insurreição civil como a da Tunísia é impossível no Uganda.... Os protestos persistentes na Tunísia e no Egipto tiveram início há quase cinco anos — e vejam o que aconteceu."
- Nigéria: Um editorial no The Vanguard, em Março de 2011, intitulado "Don't Take Citizens for Granted", defendia que o "Ministro da Informação e Comunicações, Sr. Labaran Maku, estava completamente enganado quando enunciou as razões para a ausência de protestos do tipo dos do Norte de África na Nigéria".
- Malawi: Durante uma greve nacional em Setembro de 2011, um dos principais activistas da sociedade civil disse aos jornalistas: "A Primavera Árabe foi uma grande inspiração para nós".
- Senegal: Um dos fundadores do grupo activista "Y'en a marre", lançado em Janeiro de 2011 e significando "Estamos Fartos," referiu durante uma entrevista na rádio em Julho, aquando do anúncio de um registo de eleitores jovens: "Testemunhámos a Primavera Árabe. Aqui teremos a Primavera dos 'y'en a maristes' mas de uma forma mais inteligente. Uma insurreição democrática através do sistema eleitoral, em conformidade com a lei e outros regulamentos".

dos grandes protestos de rua, a 25 de Janeiro de 2011. As reuniões organizadas congregaram muitos grupos diferentes da sociedade civil, permitindo estabelecer vínculos com uma grande diversidade de interesses, o que foi fundamental para mobilizar a ampla base de apoio que respondeu aos apelos de mudança. Estas reuniões também reforçaram as redes das organizações da sociedade civil no país, um factor que tem sido essencial para sustentar as transições democráticas noutras partes do continente, frente à inevitável oposição dos interesses estabelecidos.⁷ No Egipto, são estas redes da sociedade civil que continuam a exigir reformas perante as promessas ambíguas do governo militar de implementar uma verdadeira mudança democrática.

Com efeito, é possível que após terem observado a forma como cidadãos comuns egípcios, tunisinos e líbios desafiaram e derrubaram alguns dos regimes mais poderosos do continente, os africanos se mostrem no futuro menos dispostos a tolerar eleições fraudulentas, o prolongamento dos mandatos presidenciais, a impunidade policial e a corrupção ao mais alto nível. Pelo contrário, sentir-se-ão porventura mais inclinados a sair para a rua, protestar e envolver-se em actos de desobediência civil para reclamar e defender os seus direitos.

O Presidente Abdoulaye Wade percebeu-o claramente ao propor, em Junho de 2011, que a constituição senegalesa fosse alterada para que as eleições presidenciais pudessem ser ganhas à primeira volta com apenas 25 por cento do voto popular. No espaço de poucas horas, milhares de jovens saíram para as ruas nas principais cidades do Senegal para protestar contra a proposta. Os manifestantes apedrejaram o edifício do parlamento e entraram em confronto com a polícia de choque colocada no interior das instalações e nas imediações do parlamento. A seguir, a oposição anunciou a formação da coligação “Não Mexam na Minha Constituição” e o cantor senegalês de renome mundial Youssou N’Dour criticou este “abuso de autoridade”. O Presidente Wade retirou rapidamente a sua proposta.

A expansão das tecnologias de informação e comunicação

Ao mesmo tempo que os súbitos acontecimentos da Primavera Árabe representam um detonador ou catalisador dos anseios de reformas políticas em África, outras mudanças fundamentais ocorridas na última década vieram reforçar as perspectivas democráticas do continente, a principal das quais foi a considerável evolução dos sistemas de informação em África.⁸ Dezenas de milhões de africanos estão hoje ligados numa rede global e recebem informações através de meios que não existiam há meia dúzia de anos. Este instrumento de peso e o seu rápido desenvolvimento por todo o continente acarreta profundas mudanças sociais, económicas e políticas. Os africanos dispõem agora de mais fontes de informação independentes, novas formas de as partilhar, maior conhecimento sobre os seus dirigentes e governos, e mais oportunidades de manifestar as suas opiniões e apoiar os reformadores.

O acesso aos telemóveis em África aumentou de 2 por cento em 2000 para 39 por cento até ao final de 2009.⁹ Excluindo as crianças e jovens até aos 15 anos, a taxa de penetração “real” situa-se já bem acima dos 50 por cento em muitos países.¹⁰ Os custos da telefonia móvel também baixaram de forma constante ao longo da última década. Em 2011, o aumento da concorrência entre operadores móveis provocou reduções de preços de 10 a 50 por cento por chamada em muitos países africanos.¹¹

Tabela 2. Utilização regular da imprensa e telecomunicações em 18 países, em 2008

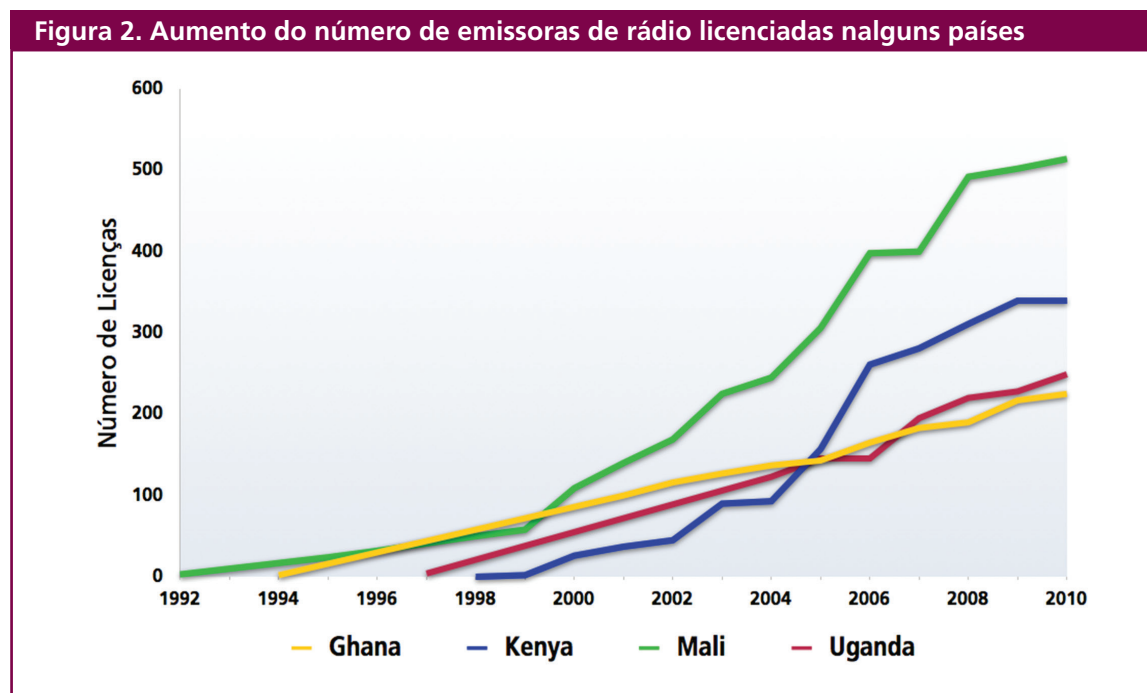
	Qual a frequência com que obtém informações das seguintes fontes?			Qual a frequência com que utiliza cada um dos seguintes?		
	% algumas vezes por semana ou diariamente			% algumas vezes por semana ou diariamente	% algumas vezes por mês, algumas vezes por semana ou diariamente	
	Rádio	Televisão	Jornais	Telemóvel	Computador	Internet
Benim	78	38	5	46	8	8
Botsuana	71	51	42	73	22	17
Burkina Faso	69	29	9	38	7	7
Cabo Verde	75	80	29	57	33	29
Gana	84	51	20	53	11	7
Quênia	90	43	30	76	18	15
Lesoto	64	18	12	46	8	5
Libéria	71	11	14	46	7	7
Madagáscar	72	40	22	41	9	5
Malawi	65	13	11	35	4	3
Mali	75	36	5	37	4	3
Moçambique	71	38	13	52	13	7
Namíbia	88	44	40	76	23	16
Nigéria	85	59	25	69	23	18
Sénegal	87	66	20	67	13	12
África do Sul	87	85	54	82	26	19
Tanzânia	82	30	23	48	4	4
Uganda	87	20	20	60	12	9
Média	79	44	24	58	15	12

Fonte: Afrobarometer, Maio de 2009.¹²

O desenvolvimento da telefonia móvel foi acompanhado da expansão da rádio, que alcança comparativamente um número muito maior de africanos e é há muito o principal meio de comunicação social do continente. De acordo com estudos de mercado do Afrobarómetro, os africanos ainda utilizam muito mais a rádio do que a televisão ou a imprensa escrita para ouvirem notícias e receberem informações (consultar Tabela 2). A preferência pela rádio manteve-se incrivelmente constante ao longo dos últimos dez anos, mesmo à medida que surgiam outros meios de comunicação social, como o telemóvel e a Internet.

Apesar de haver rádio em África há várias décadas, até à abertura do espaço político, na década de 1990, o número de emissoras de rádio era limitado, a sua cobertura reduzida e geralmente eram controladas pelo Estado. Em 1988, o continente possuía apenas dez estações de rádio independentes.¹³ Até à década de 2000, muitos países africanos não dispunham de uma emissora de rádio privada nacional, o que significava

que a população não podia aceder a uma mesma fonte de informação independente. Muitos africanos não tinham pura e simplesmente acesso a meios de comunicação independentes. Entretanto, entre 2000 e 2006, a rádio comercial em África cresceu quase 360 por cento.¹⁴ A rádio comunitária cresceu 1 386 por cento. Foram criadas centenas de novas emissoras, que chegavam aos cidadãos tanto residentes no interior do continente como além-fronteiras (consultar Figura 2).



Fonte: Com base em dados das autoridades nacionais de comunicações e de outras fontes.¹⁵

O acesso à Internet em todo o continente também regista um desenvolvimento exponencial. No ano 2000, África foi ligada ao primeiro cabo submarino de fibra óptica. Em 2009 foram instalados mais dois cabos, com uma capacidade de transmissão total de 2 580 gigabits por segundo. Em 2012, pelo menos 12 cabos recém-instalados acrescentarão mais 31 640 gigabits por segundo, uma capacidade dez vezes superior à inicial, em menos de quatro anos.¹⁶

O surto de ligações à Internet está a estimular uma rápida adesão aos meios de comunicação social. No segundo semestre de 2010, África destacou-se como o continente mais dinâmico no Facebook, com taxas de adesão que superaram as da Ásia. O crescimento do número de assinantes em 2011 em países como a República Democrática do Congo (RDC) e Angola foi superior a 50 por cento (consultar Tabela 3). Em Dakar, mais de um terço dos habitantes possui um perfil no Facebook. Quase dois terços da população de Acra utiliza esta rede social, mais do que em San Antonio, Otava, ou Hamburgo.¹⁷

Tabela 3: Aumento da utilização do Facebook em África

País	Número de utilizadores, Outubro de 2011	Taxa de crescimento nos 6 meses anteriores	Taxa de penetração
Nigéria	3 886 260	30%	3%
Quénia	1 197 560	15%	3%
Gana	1 111 320	23%	5%
Rep. Dem. do Congo	783 840	56%	1%
Senegal	581 100	22%	4%
Camarões	435 580	30%	2%
Etiópia	370 040	40%	<1%
Tanzânia	360 140	39%	1%
Angola	284 840	54%	2%
Moçambique	157 660	49%	<1%
Mali	120 200	27%	<1%
Benim	127 640	32%	1%
Burkina Faso	85 940	20%	<1%
Mauritânia	76 260	25%	2%
Somália	32 300	50%	<1%

Fonte: Baseado em dados de SocialBakers.com.¹⁸

A expansão dos vários meios da comunicação social independente e das tecnologias de informação em África tem criado oportunidades sem precedentes para o diálogo público, o debate e a capacitação.¹⁹ Reduziu consideravelmente o tempo e os custos necessários para a divulgação da informação e representa uma grande mudança comparativamente à informação unívoca e controlada que dominava tradicionalmente o continente. O desenvolvimento do acesso à informação multiplicou a gama de escolhas, opções e oportunidades dos africanos. As expectativas também estão a mudar, graças às possibilidades que oferece aos agricultores de encontrar mercados alternativos para as suas culturas, às organizações da sociedade civil de verificar independentemente os resultados eleitorais e ao facto de os cidadãos poderem enviar perguntas por mensagem de texto para os programas de rádio durante a transmissão de entrevistas com os representantes políticos.

A expansão das tecnologias de informação e comunicação (TIC) também está a reformular as possibilidades de os cidadãos africanos comunicarem uns com os outros e coordenarem iniciativas. Em Moçambique, por exemplo, eclodiram em Setembro de 2010 manifestações populares e protestos após a divulgação de mensagens de texto criticando a reacção do governo perante o aumento de preços generalizado. Muitos moçambicanos partilharam o sentimento expresso por um manifestante de 35 anos, que afirmou o seguinte: “Até eu, quando li a mensagem, a enviei para outras pessoas; pedi aos meus amigos, à minha irmã que a lessem”.²⁰ No entanto, este potencial de mobilização também apresenta certos problemas, já que também têm sido usadas mensagens de texto para propagar rumores entre comunidades rivais e instigar a violência, o que aconteceu na Nigéria, no Quénia e noutros países.

A expansão da cobertura radiofónica em África apresenta algumas semelhanças com o papel desempenhado pela televisão independente por satélite no mundo árabe. Este novo meio de comunicação criou um fórum comum através do qual milhões de telespectadores puderam tomar conhecimento de factos e envolver-se em debates até então considerados inacessíveis. Igualmente importante é o facto de a televisão por satélite ter contribuído para criar uma consciência partilhada dos problemas que as sociedades árabes enfrentam. Este fórum comum teve um enorme efeito em termos de educação e sensibilização que, quando associado à comunicação pessoal e graças ao alcance das redes sociais, facilitou a adesão geral da população aos movimentos de protesto.

Em consequência destas mudanças, têm hoje muito maior probabilidade de serem divulgados os anseios da população assim como os apelos aos governos para atenderem as prioridades da população. De acordo com as sondagens realizadas pelo Afrobarómetro, os inquiridos mais ligados aos meios de comunicação social também são os que manifestam maior interesse pelos assuntos públicos, aqueles que discutem política com os amigos e familiares e que exprimem maior acordo com as críticas ao governo formuladas pelos partidos políticos de oposição.²¹

Este impacto é confirmado por diversos exemplos em toda a África. No Quênia, em Agosto de 2010, os cidadãos classificaram os meios de comunicação social como a fonte de informação mais fiável na preparação de um referendo nacional sobre a nova constituição.²² Apesar de existirem provas de que a cobertura foi tendenciosa, pouco profissional e sensacionalista, uma avaliação da imprensa, rádio, televisão, meios de comunicação digitais e outros que fizeram a cobertura do referendo queniano, concluiu que a comunicação social melhorou o seu papel em termos de informação e investigação e enquanto fórum de debate público, comparativamente ao referendo nacional de 2005 e às eleições presidenciais de 2007. Nos dias que antecederam a votação, diversas organizações exortaram repetidamente os cidadãos a manter a calma e a “não dar ouvidos aos políticos, mas a escolher de acordo com a sua consciência”.²³

Após um golpe militar ocorrido no Níger no início de 2010, os meios de comunicação social tornaram-se um importante factor de envolvimento da população num processo de reforma das instituições que contribuiu para o regresso à ordem constitucional em 2011.²⁴ Num estudo dos programas de rádio comunitários interactivos no leste da RDC e República Centro-Africana, 86 por cento dos ouvintes inquiridos afirmaram compreender melhor o papel das suas autoridades nacionais. Em relação aos anos anteriores, também aumentou em 60 por cento o número de ouvintes que referiram ter comunicado com uma autoridade judicial local nos últimos três meses.²⁵

Os telemóveis tornaram-se uma importante fonte de informação no contexto fortemente controlado da comunicação social no Zimbabué. Após o bloqueio das suas transmissões em muitas zonas do país, uma agência noticiosa na Internet e na rádio do Zimbabué, com sede no estrangeiro, criou um serviço de assinaturas para o envio de notícias via mensagem de texto. A procura foi tão intensa e tão súbita que a organização foi forçada a limitar o seu número de assinantes devido ao custo do envio de dezenas de milhares de mensagens por cada notícia.²⁶ Da mesma forma, um serviço noticioso por telemóvel, chamado

“Voice of Real Change”, lançado pelo partido da oposição do Zimbabué, recebeu cem mil chamadas no seu primeiro dia de funcionamento, em 2010.²⁷ O poder da telefonia móvel também foi empregue pelo partido do governo, que enviou mensagens de texto à população incitando-a a subscrever petições para o levantamento das sanções impostas pelos EUA e países da Europa contra o governo.

No Uganda, os eleitores puderam enviar perguntas através do Facebook durante um dos debates finais entre os candidatos à presidência do município de Kampala, em Março de 2011. O debate foi transmitido pela televisão, rádio e Internet. A cobertura também foi acompanhada ao vivo no *tweeter* por órgãos de comunicação social independentes do Uganda.²⁸ O impacto da cobertura pela comunicação social em tempo real durante as eleições presidenciais do Uganda, em Fevereiro, foi ainda maior quando se descobriu que o governo estava a monitorizar e bloquear selectivamente o tráfego de SMS sobre os protestos contra o governo na Tunísia e no Egipto.²⁹ Após as eleições, eclodiram fortes protestos quando os meios de comunicação social ugandeses divulgaram imagens televisivas da detenção violenta do dirigente da oposição, Kizza Besigye. As emissoras receberam ordens de interromper a cobertura ao vivo dos protestos antigovernamentais e muitas empresas de comunicação social enfrentaram grandes dificuldades técnicas na transmissão via Internet, o que foi atribuído à interferência do governo.³⁰ Mais ainda do que as palavras ou actos de Besigye, as imagens da violenta resposta do governo abalaram muito a legitimidade do regime Museveni, tanto a nível nacional como internacional.

O Facebook também constituiu uma ferramenta poderosa nas eleições presidenciais da Nigéria em Abril de 2011. O vencedor final, o Presidente Goodluck Jonathan, superou diversos obstáculos significativos em termos da sua imagem pública. No início da corrida era visto por muitos nigerianos como o “homem do partido” no poder, o Partido Popular Democrático (PDP), e considerado um moderado sem visão. No momento da votação, muitos eleitores que não gostavam do PDP acabaram por escolher Jonathan, porque o consideraram um inovador no seio do anquilosado partido do governo. A transformação da sua imagem deveu-se em grande parte à sua utilização da Internet, designadamente do Facebook, do qual é utilizador regular e onde conta mais de 600 mil “gosto”. O Presidente Jonathan usou o Facebook para obter reconhecimento, realizar sondagens, anunciar iniciativas e comunicar com os nigerianos. Os seus “posts” foram objecto de dezenas de milhares de comentários.³¹ Em comparação, Muhammadu Buhari, o principal rival do Presidente Jonathan, tem menos de 20 mil seguidores no Facebook e lançou a sua campanha na Internet apenas seis semanas antes da data das eleições.³²

Apesar destes progressos, persistem muitos obstáculos à influência dos meios de comunicação de massa e da tecnologia da informação em África, devido nomeadamente às estruturas reguladoras. O Senegal liberalizou os meios de transmissão em 2000, mas só concedeu a primeira licença a uma emissora de rádio privada em 2008.³³ O licenciamento na Nigéria também tem sido lento, já que a legislação relativa à rádio comunitária só entrou em vigor em 2010.³⁴ Os custos e possibilidades de financiamento das emissoras também são agravados por taxas excessivas e arbitrárias. Obstáculos semelhantes dificultam o acesso das novas empresas de telefonia móvel e de Internet a alguns mercados africanos. Além disso, o crédito e outras fontes de financiamento disponíveis são insuficientes, as competências de gestão são fracas e os estudos de

mercado sobre as receitas da publicidade são extremamente limitados. O interesse de alguns intervenientes políticos pela aquisição de meios de comunicação para promover determinada perspectiva ideológica pode, além disso, ter efeitos polarizadores e até desestabilizadores.

Entretanto, o crescimento acelerado das emissoras de rádio, telemóveis e Internet é mais um sinal do interesse geral dos africanos num acesso mais alargado e diversificado a meios de comunicação social independentes. A grande utilização das tecnologias de informação emergentes e a diversidade das mesmas, bem como a importância destas ferramentas para sectores tão vastos da população, também tornam o seu crescimento difícil de reverter ou controlar.

O aprofundamento da sociedade civil

A sociedade civil desempenha um papel fundamental numa democracia viva. Facilita a participação pública em questões de interesse para a população em geral, permite aos cidadãos tomarem iniciativas para resolver problemas locais ou nacionais, em vez de ficarem passivamente à espera que o governo tome medidas, e promove ideias independentes e soluções que enriquecem o debate político e contribuem para uma correcta tomada de decisões. A sociedade civil também desempenha um papel indispensável de responsabilização dos agentes governamentais, enquanto instância de fiscalização do orçamento e dos concursos públicos, da utilização dos recursos naturais, das nomeações para cargos públicos, do cumprimento imparcial das regras do estado de direito e dos abusos de poder, entre outros actos de governação mais vulneráveis ao tráfico de influências ou à intervenção abusiva do estado. Em todos estes domínios a sociedade civil desempenha um papel essencial de equilíbrio e controlo numa sociedade democrática.

De um modo geral, as organizações da sociedade civil contribuem para criar laços sociais entre grupos étnicos ou geográficos em torno de interesses comuns. Desta forma, a sociedade civil ajuda a construir e fortalecer o sentido de identidade nacional. Este processo é realizado por todo o tipo de organizações da sociedade civil: grupos comunitários, associações desportivas, grupos culturais, associações empresariais, sindicatos, agências de bem-estar social, assim como activistas. Em suma, o processo de associação independente dos cidadãos para cuidar de interesses ou dar resposta a necessidades comuns também fortalece os laços sociais, o que, nalguns aspectos, é tão importante como o objectivo último dos seus esforços. Por sua vez, a própria gestão interna das organizações da sociedade civil faculta uma valiosa aprendizagem da governação democrática. Ao promover a participação, a transparência, a cooperação e a eleição e supervisão dos seus próprios dirigentes, as organizações da sociedade civil contribuem para inculcar valores democráticos numa sociedade.

A sociedade civil é geralmente passiva em sociedades que viveram dominadas por estruturas de governação autocrática. Era o que acontecia na maioria dos países africanos no início dos regimes pluripartidários. No entanto, as organizações da sociedade civil têm estado geralmente na vanguarda das reformas políticas em África.³⁵ Foi a sociedade civil que promoveu as históricas conferências nacionais do início dos anos 1990 na África Ocidental que facilitaram as primeiras transições democráticas. Com a maior abertura das duas últimas décadas, as organizações da sociedade civil africana cresceram em número, capacidade

e competência. Hoje, a sociedade civil africana continua a promover iniciativas contra a corrupção, a defender as necessárias reformas constitucionais e a luta contra a pobreza, e a opor-se ao prolongamento dos mandatos presidenciais.

Isto ficou amplamente demonstrado mesmo na tradicionalmente autocrática Guiné, onde corajosas organizações da sociedade civil lideraram os apelos a uma maior abertura, em marchas pró-democracia que acabaram por produzir os avanços democráticos alcançados em 2010. Entre os problemas que tiveram de enfrentar destaca-se o massacre de manifestantes desarmados no estádio nacional, em Setembro de 2009, perpetrado pelo então governo militar do capitão Dadis Camara, no qual cerca de 200 pessoas foram mortas e várias centenas violentadas e feridas. O caso foi decisivo para aumentar a pressão regional e internacional sobre o regime.

Apesar de ainda existirem grandes diferenças entre países, em termos de influência e empenhamento, a sociedade civil africana desempenha hoje um papel muito mais central na vida pública do continente do que há dez ou vinte anos. Esta é outra mudança institucional importante em África relativamente a décadas anteriores. A rede de organizações sociais geradora de um ambiente propício ao reforço da democracia tem crescido gradualmente. Com efeito, a influência da sociedade civil e a coesão social que promove são factores vitais para garantir a resiliência e sustentabilidade das reformas democráticas.

Mecanismos emergentes de freios e contrapesos institucionais

As estruturas democráticas formais de África foram quase sempre débeis ao longo dos primeiros avanços democráticos da década de 1990. Na segunda década do processo de reforma, porém, várias destas instituições foram progressivamente conquistando capacidades, influência e independência. Considerando a forte tradição africana de concentração de poderes no executivo, o progresso é notável e impôs uma série cada vez maior de restrições que não existiam anteriormente ao poder executivo.

Entre estas destaca-se o aparecimento gradual de parlamentos em África. Embora desde o início dos anos 1990 as legislaturas tenham vindo a ser cada vez mais compostas de representantes eleitos pelo voto popular, estes órgãos só começaram a gozar de uma maior autonomia na última década. Impulsionada por uma nova (embora ainda minoritária) geração de políticos empenhados nas reformas, a mudança é ilustrada por legislaturas que elaboram e alteram um maior número de leis, fiscalizam e aprovam os orçamentos nacionais e criam comissões destinadas a aperfeiçoar o questionamento por especialistas das políticas do executivo.³⁶ Quase 60 por cento dos projectos de lei apresentados na Assembleia Nacional do Quénia nos últimos anos, por exemplo, foram objecto de alterações introduzidas em comissão ou sessão plenária.³⁷

O papel crescente do poder legislativo no processo orçamental do país está a reforçar a atenção consagrada às prioridades dos constituintes, como a saúde e a educação.³⁸ Reconhecendo a popularidade destas iniciativas, os membros do poder legislativo também se tornaram mais dinâmicos, procurando garantir a afectação de recursos para o desenvolvimento das suas circunscrições, no âmbito dos serviços que prestam

ao seu eleitorado. A relevância cada vez maior das legislaturas africanas para o processo político pode ser medida pelo nível de pressão exercido sobre as legislaturas pela sociedade civil e os interesses económicos.³⁹

As legislaturas africanas também desempenham hoje um papel mais activo de fiscalização do poder executivo, investigando funcionários e documentos governamentais e requerendo relatórios de progresso sobre a implementação de programas.⁴⁰ Isto é particularmente relevante considerando o crescente papel das legislaturas na aprovação de importantes pacotes de ajuda (do Banco Mundial ou da *Millennium Challenge Corporation*, por exemplo), bem como dos contratos celebrados com empresas de exploração de recursos. Mediante a criação de uma plataforma pública para as questões de interesse nacional, as legislaturas africanas estão simultaneamente a reforçar a sensibilização, a transparência dos procedimentos de contratação governamental e a participação popular no processo de formulação de políticas.

Emblemática da nova determinação é a insistência do Parlamento do Uganda em rever contratos petrolíferos que o poder executivo tinha assinado com a empresa britânica de exploração petrolífera Tullow Energy. As negociações tinham sido conduzidas em segredo desde que foi descoberto petróleo no Uganda, em 2009. Cada vez mais preocupado com a corrupção a alto nível, o parlamento suspendeu em Outubro de 2011 a execução dos contratos, até o governo explicar os seus planos para o sector do petróleo e do gás e prestar contas de todos os fundos já recebidos.⁴¹ Três ministros acusados de terem aceitado subornos durante as negociações do contrato foram forçados a suspender funções até à conclusão do inquérito parlamentar.

No Malawi, Níger, Nigéria e Zâmbia as legislaturas também desempenharam um papel decisivo contra a alteração do limite de mandatos pretendida pelos respectivos chefes de estado. A Tabela 4 mostra a que ponto a questão da limitação de mandatos tem estado no centro da luta pela instauração de mecanismos de freios e contrapesos ao poder executivo em África durante a última década. Foram instituídos limites de mandato em 15 países africanos, com disposições em vigor em mais 15 constituições. Apesar de os legisladores nem sempre terem sido bem sucedidos na defesa de tais limites (nos Camarões, Chade, Djibuti, Gabão, Togo e Uganda, por exemplo), o número significativo de êxitos revela que está a diminuir em África a monopolização do poder pelo executivo.

A dedicação dos legisladores aos interesses do eleitorado depende dos incentivos que têm para manter o cargo. Os sistemas de representação proporcional atribuem assentos num órgão legislativo de acordo com a percentagem de votos obtida pelos respectivos partidos políticos a nível nacional. Os legisladores são em seguida escolhidos com base no lugar que ocupam nas listas de candidatos designados pelo partido. Este sistema reforça a lealdade do legislador para com os dirigentes do partido, em detrimento da lealdade aos eleitores nos respectivos círculos. Além disso, os legisladores que obedecem cegamente ao partido são menos propensos a defender a reforma e a supervisão. Pelo contrário, os órgãos legislativos compostos de candidatos que venceram as eleições nas suas circunscrições de origem têm motivos para privilegiar os interesses do eleitorado.

Apesar do progresso significativo registado, os órgãos legislativos africanos continuam, na sua maioria, a sofrer limitações em termos de salários, orçamentos, recursos humanos e conhecimentos, o que, por sua

Tabela 4. Limites constitucionais ao número de mandatos das autoridades executivas nacionais

A Constituição não prevê limite de dois mandatos	A Constituição prevê um limite de dois mandatos presidenciais				
	Limites ainda não alcançados por um presidente	Limites não aplicados retroactivamente ao actual presidente	Foi concretizado o limite de dois mandatos		
			Conformidade	Tentativa de modificação/ eliminação	
				Sem sucesso	Com sucesso
<ul style="list-style-type: none"> • Cabo Verde* • Costa do Marfim • Eritreia • Etiópia* • Gâmbia • Guiné-Bissau • Guiné Equatorial • Lesoto* • Maurícias* • Sudão • Sudão do Sul • Seychelles • (limite de três mandatos) • Suazilândia • Zimbabué 	<ul style="list-style-type: none"> • África do Sul • Burundi • Etiópia • Guiné • Libéria • Madagáscar • Mauritânia • Namíbia • RCA • RDC • Rep. do Congo • Ruanda 	<ul style="list-style-type: none"> • Angola (dos Santos) • Burkina Faso (Compaoré) • Senegal (Wade) 	<ul style="list-style-type: none"> • Benim (Kérékou) • Botsuana (Mogae) • Comores (Assoumani) • Gana (Rawlings) • Mali (Konaré) • Moçambique (Chissano) • Quénia (Moi) • São Tomé & Príncipe (Trovoada) • Serra Leoa (Kabbah) • Tanzânia (Mkapa) 	<ul style="list-style-type: none"> • Malawi (Muluzi, 2002) • Níger (Tandja, 2009) • Nigéria (Obasanjo, 2006) • Zâmbia (Chiluba, 2000) 	<ul style="list-style-type: none"> • Camarões (Biya, 2008) • Chade (Deby, 2005) • Djibuti (Guelleh, 2010) • Gabão (Bongo, 2003) • Togo (Eyadéma, 2002) • Uganda (Museveni, 2005)

* A autoridade recai, em grande parte, sobre o primeiro-ministro, que não enfrenta quaisquer restrições de mandatos.

Fonte: Adaptado e ampliado de Vencovsky, 2007.⁴²

vez, os torna mais vulneráveis à influência de aliados poderosos capazes de financiar as suas campanhas de reeleição. Da mesma forma, apesar de um número crescente de sessões legislativas e audições parlamentares serem abertas ao público, este modelo ainda constitui uma excepção, reduzindo as oportunidades de reforçar a credibilidade junto do público em geral e o papel do órgão legislativo enquanto fórum de diálogo público.

Os tribunais africanos também conquistaram gradualmente maior independência em relação ao poder executivo desde que o pluripartidarismo surgiu no continente. Isto tornou-se mais patente nos acordos relativos a regras eleitorais que contrariam os interesses dos dirigentes políticos. Após as eleições de 2007 na Nigéria, por exemplo, uma dúzia de vencedores declarados dos governos estaduais do partido no poder viram a sua eleição anulada pelos tribunais. No mesmo ano, o Supremo Tribunal da Nigéria foi fundamental para proteger o direito de candidatos independentes a concorrer a um lugar na Assembleia Nacional, em vez de confiar a distribuição de assentos a um dirigente partidário poderoso ou a um grupo de líderes políticos, como acontecia no passado. Este princípio foi mais tarde consagrado pela assembleia nacional na lei eleitoral de 2010.⁴³ Da mesma forma, o Tribunal de Grande Instância do Quénia confirmou a nova constituição

do país, exigindo que o presidente aprovasse as nomeações dos quadros dirigentes em conjunto com o primeiro-ministro, incluindo nomeações para os cargos principais, como os de presidente do Supremo Tribunal, procurador-geral, directores da acção penal e de controlo do orçamento. No Níger, o Tribunal Constitucional pronunciou-se três vezes sobre a ilegalidade das tentativas do ex-presidente Mamadou Tandja para alterar a constituição com vista a prolongar a sua permanência no poder.

A crescente independência dos tribunais resulta de um conjunto de factores: o maior número de dirigentes políticos democraticamente eleitos que nomeiam juizes independentes com base nas qualificações para o cargo; o facto de as nomeações judiciais serem cada vez mais escrutinadas por membros do parlamento ou comissões especiais de supervisão judicial; e por fim o estabelecimento de fundos independentes no sector judicial para pagar salários a funcionários que estão fora do controlo do poder executivo.⁴⁴

Em paralelo com a crescente autonomia dos tribunais africanos, os Órgãos de Gestão das Eleições em África (OGE) também foram ganhando força na esteira do pluripartidarismo. Sendo os actos eleitorais uma escolha entre interesses concorrentes numa sociedade, são também, por natureza, contenciosos. É deste modo essencial garantir a transparência e previsibilidade da disputa eleitoral, bem como a igualdade de condições entre candidatos, para assegurar a estabilidade e proporcionar aos candidatos vencedores a legitimidade de que as eleições visam dotar as democracias.

Embora haja um crescente reconhecimento da necessidade de OGE altamente eficazes e credíveis, o processo da sua criação tem sido lento. Na década de 1990, o costume de serem os presidentes a escolher as comissões eleitorais converteu-se num meio de os partidos no poder tentarem manipular discretamente os resultados eleitorais. Tais tácticas ainda perduram, especialmente entre os regimes semi-autoritários da região. No entanto, um maior rigor nos processos eleitorais no continente, incluindo mais participação de observadores internacionais e a contagem de votos em paralelo por grupos da sociedade civil, tornaram as irregularidades no seio dos OGE cada vez mais conspícuas e votadas ao fracasso.

Em 2007/2008 ocorreu uma viragem fundamental no reconhecimento da necessidade premente de OGE mais fortes em África. Os preparativos de uma eleição presidencial muito renhida no Quénia, a 28 de Dezembro de 2007, tinham provocado uma polarização extrema em torno de questões étnicas. No entanto, em virtude dos processos eleitorais cada vez mais credíveis realizados em 1997 e 2002, pensou-se que as eleições de 2007 no Quénia correriam bem. O acto eleitoral contou assim com uma participação relativamente menor de observadores internacionais. Na verdade, a votação em si correu bem, com uma taxa de participação de 70 por cento; no entanto, foi detectada na contagem de votos uma fraude eleitoral flagrante. O atraso injustificado na divulgação dos resultados gerou uma onda de rumores e agravou ainda mais as tensões. Três dias mais tarde, ao cair da noite, a Comissão Eleitoral do Quénia, cujos membros tinham sido nomeados pelo actual presidente Mwai Kibaki, anunciou que o presidente vencera as eleições por uma margem de 2 pontos percentuais e oficializou de imediato os resultados. No espaço de poucas horas Kibaki foi empossado numa cerimónia à porta fechada. A destruição da maioria dos boletins de voto antes do anúncio do resultado oficial impediu qualquer investigação oficial.

A proclamação provocou de imediato confrontos no Quênia, que causaram mais de 1 500 mortes e cerca de 350 mil deslocados. A tragédia ocorrida no Quênia, uma das sociedades mais cosmopolitas de África, teve um impacto profundo em todo o continente. Com efeito, muitos observadores salientaram que a violência poderia ter sido evitada, apesar da atmosfera tensa e das deficiências do processo, se a comissão eleitoral do Quênia tivesse cumprido o seu dever e não tivesse proclamado o resultado das eleições até que as denúncias de fraude fossem investigadas.

A lição retirada desta experiência foi posta em relevo precisamente um ano mais tarde por ocasião das eleições no Gana. Na segunda volta de uma eleição presidencial muito disputada, o candidato da oposição, John Atta Mills, do Congresso Democrático Nacional, derrotou o candidato do partido no poder, Nana Akufo-Addo, por 50,2 por cento dos votos contra 49,8 e a estabilidade prevaleceu. Akufo-Addo felicitou publicamente o seu rival e pediu a todos os ganenses que apoiassem o novo presidente.

A calma da Comissão Eleitoral do Gana (CEG) foi determinante para o êxito. Apesar de submetida a uma enorme pressão para anunciar o resultado logo após o encerramento das urnas, a comissão eleitoral esperou cinco dias antes de oficializar os resultados, até estarem contabilizados os votos de todas as circunscções e terem sido investigadas todas denúncias de irregularidades. A integridade do processo e do presidente do CEG, Dr. Kwadwo Afari-Gyan, convenceram o eleitorado da justiça do resultado. Fortalecido por esta legitimidade, Atta Mills presidiu em seguida a uma era de rápido crescimento económico no Gana.

A institucionalização da democracia em África também é patente no papel cada vez mais importante das autoridades locais. A descentralização é geralmente encarada como um meio de aumentar a interacção entre a população e o governo, bem como de reforçar os incentivos à capacidade de resposta, e a responsabilização junto das comunidades locais. Isto representa vantagens concretas para os países com grandes populações e áreas geográficas extensas, porque contribui para colocar os serviços governamentais ao serviço das prioridades locais. O fortalecimento das autoridades locais também é visto como um meio de estabelecer múltiplos centros de autoridade do estado, o que atenua o receio dos grupos minoritários de serem dominados e promove a estabilidade. Cria igualmente um maior sentimento de “apropriação” da cidadania local e reforça a adesão dos cidadãos ao seu regime político.

À semelhança do que acontece com a formação de outras instituições democráticas em África, as iniciativas das autoridades locais ganharam maior dinamismo na segunda década de multipartidarismo. Hoje em dia, quase todos os países africanos têm algum tipo de eleições locais regulares.⁴⁵ Esta evolução tem sido acompanhada de diversos níveis de autoridade política local, acesso aos recursos do estado e, especialmente, capacidade administrativa. Os países que mais se empenharam na consagração da autoridade dos governos locais, como a Tanzânia, Uganda e Gana, também beneficiaram, concomitantemente, de uma mais acentuada legitimidade do Estado.

A edificação desta estrutura institucional a nível local representa uma mudança significativa em relação aos sistemas políticos altamente centralizados que prevaleciam no início da década de 1990. Além disso,

as instâncias de poder local criaram mais oportunidades de contacto entre os cidadãos e os seus governos, o que aconteceu mesmo em sistemas políticos de partido único.⁴⁶

Ainda assim, na maioria dos casos, a administração local em África continua a ser relativamente deficiente. As autoridades locais tendem a adquirir maior autonomia em países dotados de sistemas partidários competitivos. Em caso contrário, como na Etiópia e Burkina Faso, os dirigentes nacionais do partido exercem um domínio considerável, inclusive sobre a lista daqueles que podem candidatar-se ao poder local.⁴⁷ Isto prejudica a prestação de contas às populações, que deveria constituir à partida a primeira obrigação do poder local. No entanto, ao contrário de retrocessos verificados noutras áreas da democratização, não se registam sinais de recentralização institucional em África.⁴⁸

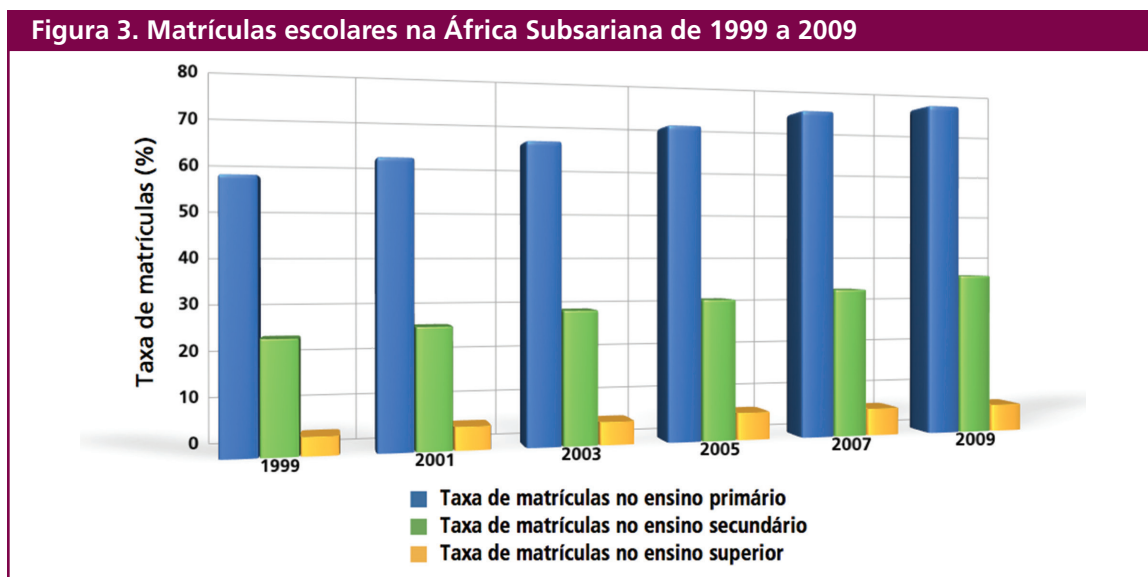
Em suma, em vários aspectos, existem em muitos países de África indícios de uma constante expansão dos mecanismos de freios e contrapesos institucionais. O resultado geral é uma mudança significativa em relação à realidade das décadas anteriores, em que um poder unívoco estava concentrado no executivo, muitas vezes nas mãos de um único indivíduo. Novas reformas serão necessárias para retirar todos os benefícios dos sistemas de equilíbrio e controlo. No entanto, o fortalecimento das instituições está a criar uma base mais sólida para a concretização de mais progressos democráticos no continente.

A urbanização acelerada e o aumento da população jovem

Uma das maiores transformações em curso em África é a urbanização acelerada. A população das cidades africanas aumenta em 15 a 18 milhões de pessoas por ano. Estima-se que em 2025 mais de metade da população africana resida em áreas urbanas, o que representa uma evolução demográfica sem precedentes no continente.⁴⁹ As mudanças têm gerado grandes pressões sobre as autoridades municipais, bem como novas ameaças à estabilidade sob a forma de crimes violentos, actividades ilícitas de bandos juvenis, tráfico e ligações ao crime organizado transnacional.

As alterações demográficas também têm implicações políticas importantes. Até aqui, era relativamente mais fácil informar e organizar as populações locais, o que facilitou a formação de partidos políticos e o envolvimento popular com o governo. As populações urbanas podem ser mobilizadas mais facilmente para protestos sociais e políticos, como aconteceu no Cairo e em Túnis. Por depender de rendimentos em dinheiro e dos mercados, e não das suas terras, para satisfazer as necessidades básicas, a população urbana também é muito mais vulnerável às flutuações de preços. Assim, nos últimos anos, as cidades têm sido palco de tumultos resultantes da escassez de alimentos e outros bens de consumo essenciais, na África do Sul, Burkina Faso, Camarões, Malawi, Mauritânia, Moçambique e Senegal, entre outros.

Com 70 por cento da população total com menos de 30 anos de idade, África é o continente mais jovem do mundo.⁵⁰ Este facto gera uma vitalidade e um dinamismo propícios à mudança. Os jovens constituem habitualmente a vanguarda das reformas na sociedade, porque estão menos dispostos a tolerar a continuação das desigualdades e dos abusos de poder. Isto é particularmente verdadeiro na presente geração, aquela



Fonte: Baseado em dados do Instituto de Estatísticas da UNESCO, Maio de 2011.⁵¹

que maiores habilitações académicas possui na história de África, tendo as matrículas no ensino primário progredido, em média, de 59 por cento em 1999 para 77 por cento em 2009 (consultar Figura 3). Progresso semelhante foi registado no número de matriculados no ensino secundário e superior. Além disso, os jovens lideram na utilização de telemóveis e tecnologias da informação no continente, o que os torna mais bem informados e conscientes das condições de vida e dos padrões de governação doutros países de África e do mundo, uma consciência que está a revolucionar as expectativas que os jovens depositam nos seus governos. Todos estes factores são positivos para a mudança em África, relativamente ao que se verificava mesmo até há uma década.

A juventude africana representa também uma poderosa força económica, compreendendo 37 por cento da força de trabalho, um reflexo do crescimento da classe média africana, estimada em 85 milhões de famílias e cujo número deverá duplicar nos próximos dez anos.⁵² Ainda assim, o desemprego dos jovens é preocupante. No seu conjunto, a região padece de uma taxa de desemprego juvenil de 12 por cento, embora os números variem muito de país para país. O desemprego juvenil é inferior a 5 por cento no Malawi e no Ruanda, ultrapassando os 20 por cento no Gana, Zâmbia e Zimbábue, e sendo superior a 30 por cento na África do Sul, Botsuana, Lesoto, Maurícias, Namíbia e Suazilândia.⁵³ O continente também regista uma taxa elevada de subemprego e de trabalhadores pobres, o que reflecte as escassas oportunidades de emprego no sector público, bem como as restrições existentes à obtenção de crédito, terras e licenças que permitiriam aos empresários abrir negócios. A conjugação destes factores alimenta a frustração em relação ao *status quo* entre a juventude africana e o seu grau de exigência quanto ao desempenho dos governos.

Padrões regionais e internacionais em ascensão

Outra mudança importante para o panorama da democratização em África é a mudança nas normas de governação endossadas por organismos regionais, evidenciada no Acto Constitutivo da União Africana (UA) em 2002, que sublinhou os princípios da boa governação, participação popular, respeito do estado de direito e direitos humanos. Com base neste documento, a UA aprovou em 2007 a Carta Africana sobre a Democracia, Eleições e Governação, que é essencialmente uma declaração de valores e princípios de governação para o continente. A declaração reforçou as expectativas de que a UA e as Comunidades Económicas Regionais de África (REC, na sigla em inglês) reduzissem activamente o fosso entre esta aspiração e a realidade, e deu progressivamente lugar a esforços mais concertados no sentido de condenar e revogar as mudanças inconstitucionais no poder. Isto ficou patente com a exigência da CEDEAO de ver respeitados os resultados das eleições de Novembro de 2010 na Costa do Marfim, as críticas da organização à tentativa do presidente do Níger Mamadou Tandja de prolongar a sua permanência no poder por meios inconstitucionais, em 2009, a imposição do embargo de armas e de sanções aos autores do golpe de estado militar guineense, o apoio oferecido aos militares nigerianos e guineenses para um regresso ao regime civil e ainda a recusa de reconhecimento da tentativa militar de impor como presidente do Togo Faure Gnassingbé, após a morte de seu pai, Gnassingbé Eyadéma, em 2005.⁵⁴

A CEDEAO tem sido o principal agente regional de apoio às transferências constitucionais de poder. Trata-se de um princípio decorrente da instabilidade gerada por uma série de guerras civis que assolaram a África Ocidental a partir do início da década de 1990. Além dos casos acima mencionados, a CEDEAO participou activamente nas transições democráticas da Serra Leoa e Libéria. A organização também destaca regularmente e de forma preventiva membros do seu Conselho de Sábios, do seu Conselho de Mediação e Segurança e agentes da polícia regional para neutralizar crises políticas e monitorizar as eleições na sub-região, o que contribui para reforçar as condições a cumprir pelas autoridades políticas da África Ocidental para serem reconhecidas como legítimas. Este empenhamento transformou a África Ocidental num farol de reforma democrática. Actualmente, apenas três dos 15 chefes de Estado da CEDEAO estão no poder há mais de dez anos, e à medida que novos dirigentes democraticamente eleitos tomam posse, reforçam ainda mais os padrões e prioridades deste órgão sub-regional.

Uma nova mas ainda incipiente faceta dos esforços de África para elevar os seus padrões de governação é a introdução do Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares (APRM, na sigla em inglês). Fundado em valores africanos de responsabilidade individual perante o colectivo, este procedimento implica para todo e qualquer governo africano participante o compromisso de submeter a uma revisão periódica pelos seus pares africanos a sua gestão política, económica e empresarial, bem como os seus procedimentos e padrões de segurança. Até ao momento, 30 países subscreveram o processo e 14 foram revistos por pares. O exercício conclui-se por um relatório formal dirigido ao respectivo governo, que pode responder, gerando novas oportunidades de debate público e fiscalização. Apesar de o APRM não ter progredido tanto nem tão rapidamente como se esperava, o processo está a consolidar as normas regionais da democracia, uma vez que praticamente todos os governos participantes salientam as suas credenciais democráticas como fundamento da autoridade que reivindicam.

Apesar do progresso das normas democráticas no continente, é importante reconhecer uma divergência crescente na defesa destes princípios entre os organismos regionais. A UA, em particular, não tem estado geralmente na vanguarda das conquistas democráticas mais recentes. A UA foi surpreendida pelas revoltas populares no Egipto e na Tunísia e revelou-se incapaz de apresentar uma posição comum em relação a estes acontecimentos. Em seguida, demorou estranhamente mais do que praticamente todas as outras organizações internacionais relevantes a reconhecer o Conselho de Transição Nacional da Líbia (CTN). A UA adoptou deste modo uma postura menos positiva do que a Liga Árabe perante a mudança democrática. Na realidade, a UA demonstrou não estar em sintonia com os seus próprios membros, já que 22 estados africanos reconheceram o CTN antes de a UA acabar por fazê-lo. O mesmo aconteceu, embora de forma menos evidente, com o impasse pós-eleitoral na Costa do Marfim. Enquanto a CEDEAO tomou de imediato uma posição firme de apoio ao resultado das eleições, a atitude da UA foi mais equívoca. Além disso, a equipa de negociação da UA foi considerada por muitos como tendo agido à margem dos esforços da CEDEAO, o que prejudicou o consenso subregional e internacional na defesa dos princípios democráticos, e proporcionou a Laurent Gbagbo maior latitude para reivindicar o apoio regional à sua posição. Acresce que neste e noutros casos recentes, alguns dos representantes da UA designados para intervir na crise não possuíam credenciais democráticas sólidas. Em suma, a atitude relutante da UA em relação a estas transições gerou novas dúvidas quanto ao seu compromisso com os valores democráticos que defende.

A questão é relevante na medida em que a experiência de África e outras regiões mostra que as normas democráticas exercem uma força gravitacional. À medida que aumenta o nível médio de democracia numa região, também aumenta o grau de democracia em cada estado, para lá do que sucederia se assim não fosse. Este padrão revela o poder do “efeito de demonstração”. Os cidadãos de uma nação reproduzem e desejam a mesma evolução positiva que testemunham nos países vizinhos. É em parte por este motivo que as mudanças democráticas tendem a ocorrer em grupos de países, fenómeno claramente manifestado no desdobramento sequencial dos protestos por todo o Norte de África e Médio Oriente, assim que a perspectiva de mudança surgiu na Tunísia.

A mudança nos padrões democráticos regionais tem sido acompanhada da melhoria dos padrões a nível internacional. Após décadas ao longo das quais a questão foi considerada tabu no discurso internacional, a natureza dos regimes tornou-se hoje um factor muito mais central e definidor das relações entre estados, o que em grande medida, reflecte a mudança radical verificada nos padrões de governação global nas últimas duas décadas. No final da década de 1980, cerca de um terço dos países do mundo era democrático. Hoje, após o fim da Guerra Fria, cerca de dois terços dos países do mundo caminham para a democracia. Os processos de democratização na Europa de Leste e na América Latina proporcionaram muitos ensinamentos sobre a forma como tais transições ocorrem e os desafios que enfrentam, além de terem estimulado o desenvolvimento de competências institucionais e técnicas de apoio à democracia entre os doadores internacionais.

A França, interveniente dominante de longa data em África em virtude do seu passado colonial, atravessa actualmente uma fase de mudança na sua política em relação aos governos autocráticos do continente. Durante a maior parte do período pós-colonial a França praticou em relação a África uma clara *realpolitik*,

em que os laços estreitos e a fidelidade aos interesses franceses se sobrepunham em grande medida às considerações de legitimidade. Com efeito, a França tem um longo historial de intervenções militares de apoio a dirigentes autocráticos em África que, sem esse apoio, teriam sido derrubados. A situação começou a mudar com a subida ao poder do presidente Nicolas Sarkozy, em 2007. A França adoptou desde então uma política de “não interferência”, assinalando que não continuaria a resgatar os seus aliados (autocráticos) em África e, sobretudo, que estreitaria as suas relações com as democracias africanas. Sarkozy chegou a afirmar que “... todos os que são perseguidos por tiranias e ditaduras ... podem contar com a França”.⁵⁵ A mudança pode ser entendida no contexto de uma profunda viragem na opinião pública francesa em relação a África, que ficou demonstrada pela decisão de um juiz francês, em Novembro de 2010, de autorizar a investigação dos activos de três ditadores africanos e dos seus familiares.⁵⁶ Embora haja quem considere que a política francesa em África continua a ser dominada por razões de conveniência, a França tem vindo a desempenhar um papel mais construtivo no progresso democrático do que em qualquer outro momento da era pós-colonial.

A mudança nos padrões da democracia global influencia, por sua vez, as posições e iniciativas das instituições multilaterais. A Organização das Nações Unidas (ONU) sob a égide do Secretário-Geral Kofi Annan começou a pronunciar-se muito mais abertamente em favor dos estados que aderem a práticas democráticas. Em 2004 foi estabelecido um *caucus* de Democracia das Nações Unidas, e criado no ano seguinte o Fundo para a Democracia das Nações Unidas, destinado a apoiar a democratização em todo o mundo. A transformação da democracia numa condição obrigatória para a adesão à União Europeia constituiu um poderoso incentivo para numerosos países do antigo Bloco de Leste persistirem nos seus esforços de democratização. Da mesma forma, o respeito das normas democráticas de base tem sido uma característica essencial da coligação de países da *Commonwealth*, com as vantagens comerciais, de ajuda e de reputação que a filiação proporciona. A *Commonwealth* tem mantido a integridade deste credo, ao suspender ocasionalmente países membros, como o Zimbabué ou a Nigéria, por motivos de má governação. A pertença a estas estruturas multinacionais confere prestígio, como atestam os pedidos de adesão à *Commonwealth* de países sem laços constitucionais com o Reino Unido, como a Argélia, Madagáscar, Moçambique e Ruanda (os dois últimos são agora membros).

Várias agências doadoras bilaterais, a mais proeminente das quais a *Millennium Challenge Corporation* dos Estados Unidos, começaram a usar explicitamente o critério da democracia para a concessão da sua ajuda. Da mesma forma, é hoje muito mais frequente os doadores reterem ou suspenderem a ajuda quando um governo democrático deixa de o ser, como aconteceu com a cessação de pagamentos ao Malawi, em Julho de 2011, após a sua repressão sangrenta das manifestações de protesto. De igual modo, os doadores suspenderam os seus pagamentos ao Quênia devido a denúncias de corrupção e à acusação de dirigentes políticos pelo Tribunal Penal Internacional (TPI), devido ao alegado papel dos mesmos na violência pós-eleitoral de 2007/2008.

A atenção da comunidade internacional aos modelos de governação tem sido acompanhada de um crescente sentido de responsabilidade perante crises humanitárias e de segurança, mesmo quando o país em crise se opõe a uma intervenção. Este princípio foi consagrado na Resolução da ONU sobre a “Responsabilidade de

Proteger”, adoptada em 2009. O documento reflecte uma evolução importante na interpretação do conceito de soberania e das normas de governação em relação a décadas anteriores, em que a soberania do estado era considerada sagrada. Hoje em dia, a tónica colocada na soberania dos cidadãos é cada vez mais prevalente.

A mudança de atitude da comunidade internacional, conjugada com o fim das hostilidades da Guerra Fria em África, conduziu a um reforço do envolvimento internacional na mitigação dos conflitos no continente. Desde 2000 registaram-se 40 operações de paz em África sancionadas pela ONU ou pela UA,⁵⁷ incluindo 13 operações de manutenção de paz da ONU, amplamente consideradas como tendo contribuído para a diminuição constante do número de conflitos no continente.

Em suma, a política regional e internacional teve sempre uma influência significativa nos padrões de governação em África, tanto na era colonial como durante a Guerra Fria e o período pós Guerra Fria. O lugar central que a governação democrática hoje ocupa nas relações regionais e internacionais vai provavelmente reforçar ainda mais os valores democráticos emergentes em África.

Forças de compensação

Apesar dos diversos promotores institucionais da democracia hoje existentes em África, o objectivo final ainda está longe de ser alcançado. Com efeito, o progresso é dificultado por várias forças resistentes à mudança, que importa considerar. Sustentar e promover o progresso democrático em África exigirá a superação de tais obstáculos ou, pelo menos, a sua neutralização.

Insuficiente sentimento de identidade nacional. Muitos países africanos ainda se encontram numa fase de construção da nação. Embora existam diferenças consideráveis entre as sociedades africanas e no interior de cada uma delas, de um modo geral as pessoas continuam a identificar-se mais com determinado grupo étnico ou clã do que com a sua nacionalidade.⁵⁸ Tais divisões foram perpetuadas pelo papel determinante desempenhado pelas etnias nas coligações governamentais exclusivas (geralmente baseadas em minorias) de vários países. A prática de “o vencedor fica com tudo”, que caracteriza muitos dos regimes nos quais o poder político está directamente ligado às oportunidades económicas e de promoção social, tem causado profundos ressentimentos no interior de muitas sociedades africanas e também tem acentuado a determinação dos grupos excluídos em manipular resultados, na ansiedade de ver chegar “a sua vez” de controlar os recursos do Estado. Esta dinâmica fracturante prejudica a coesão social e a confiança necessárias para sustentar as estruturas de governação legítima e o desenvolvimento baseado na igualdade.

A rápida urbanização e uma maior exposição ao mundo facultada pelas comunicações modernas poderão estar a diluir a importância da etnia e ao mesmo tempo a reforçar o sentimento de identidade nacional. De facto, tal mudança de perspectiva tem sido observada nalgumas áreas urbanas de África, particularmente entre os jovens. No entanto, a facilidade com que os políticos continuam a instrumentalizar as populações com base em argumentos étnicos, como aconteceu na relativamente cosmopolita Nairobi após as disputadas eleições de 2007, indica que o processo de construção da nação ainda se encontra em curso.

Sociedade civil limitada. Apesar de ter registado progressos assinaláveis, a influência da sociedade civil varia muito de país para país em África. Em muitos países, a sociedade civil é fraca e fragmentada, envolvendo apenas uma pequena parte da população, principalmente nas áreas urbanas.⁵⁹ Nestas condições, a sociedade civil é vulnerável à instrumentalização por parte de regimes capazes de oferecer assistência financeira e privilégios em troca de submissão. Além disso, em vez de criarem vínculos em toda a sociedade em torno de interesses comuns, os grupos da sociedade civil organizam-se frequentemente em torno das diferenças que os separam, agravando as divisões sociais. De igual modo, é bastante comum ver grupos da sociedade civil constituir-se em torno de uma personalidade, ou colocar-se mesmo ao serviço dos interesses políticos de um indivíduo e não de um objectivo social. Não é por acaso que algumas dessas organizações são geridas segundo padrões de governação assentes em na imposição de restrições à participação, expressão, eleições livres e justas dos líderes e responsabilização, o que as torna um mau modelo de aprendizagem da democracia.

Tradições neo-patrimoniais. Quase todas as sociedades africanas foram moldadas por modelos de governação neo-patrimoniais ou de *bigman* (homem forte) que reforçaram a ideia de que o executivo não só define a lei como está acima dela. Deste modo, muitos regimes vivem centrados em interesses pessoais em detrimento do interesse geral da população. Assim, as instituições do Estado, e especialmente as estruturas de responsabilização, continuam frágeis. A capacidade de superar esta herança é o principal desafio que se coloca à democratização em África. Esta questão é particularmente problemática pelo facto de o modelo perdurar mesmo nalgumas das democracias mais avançadas de África e em países em vias de democratização, como o Senegal, Malawi e Benim, e estar na origem dos retrocessos que ali se observam. O problema também se prende com a persistência de modelos de governo semi-autoritário em África. Tais regimes adoptaram alguns dos instrumentos da democracia, mas por causa da prevalência da tradição neo-patrimonial e da fraqueza das instituições, o poder permanece em grande medida monopolizado pelo executivo. O modelo é particularmente pernicioso uma vez que projecta um simulacro de democracia sem oferecer no entanto nenhum dos benefícios a ela associados. Deste modo, distorce as exigências da democracia ao mesmo tempo que promove a desilusão relativamente ao que a democracia poderia oferecer em comparação com os modelos autocráticos do passado. Além disso, na medida em que as instâncias regionais e internacionais reconhecem legitimidade a dirigentes semi-autoritários, tais regimes reforçam o baixo nível de reforma política e desencorajam de forma drástica uma mudança e democratização genuínas.

Partidos políticos frágeis. A debilidade dos partidos políticos africanos encontra-se intimamente relacionada com os legados neo-patrimoniais e a consequente fraqueza das instituições políticas. À semelhança dos regimes que pretendem substituir, os partidos de oposição centram-se frequentemente em personalidades, em vez de dedicar-se aos problemas que urge resolver. Deste modo, encontram-se menos enraizados a nível local e têm dificuldades em mobilizar a ampla participação popular necessária para ganhar eleições e realizar reformas. Com efeito, o seu enfoque individualista é a razão pela qual muitos partidos de oposição em África são incapazes de unir-se no seio de uma coligação para impedir a reeleição de um candidato impopular. Da mesma forma, muitos partidos políticos africanos não conseguem distinguir-se por um programa definido de governo ou um conjunto de políticas que mantenham uma coerência de uma eleição para outra. Assim, existem poucos motivos para obterem a lealdade duradoura e o apoio financeiro de

uma ampla base de cidadãos comprometidos com ideais comuns. Pelo contrário, os partidos políticos africanos estão constantemente a reinventar-se e, como tal, a rerepresentar-se perante um público cada vez mais céptico. O cariz étnico comum a muitos destes partidos minimiza as oportunidades de formação de plataformas eleitorais transversais.

Instrumentalização política dos sectores de segurança. Outra característica comum aos modelos neopatrimoniais de África é a instrumentalização política do sector da segurança. Mais concretamente, trata-se geralmente da instrumentalização política da guarda presidencial (ou força de elite responsável pela protecção do presidente), cujos efectivos muitas vezes pertencem maioritariamente ao grupo étnico do chefe de estado. Estas unidades são habitualmente sobredimensionadas em relação às funções que lhes estão atribuídas, além de receberem salários e disporem de equipamentos muito superiores aos das restantes forças de segurança. Deste modo, tais unidades são mais leais ao chefe de estado do que às instituições do estado. Este modelo de recompensas é não só deliberado como um dos principais factores que perpetuam modelos da governação personalista e o baixo profissionalismo do sector da segurança. O mandato operacional destas forças politicamente instrumentalizadas consiste em defender o regime em vez de proteger o cidadão. A manutenção de forças deste tipo é um obstáculo adicional ao reforço da legitimidade em África.

A maldição dos recursos naturais. Mais de cinquenta por cento dos países governados por autocracias e regimes semi-autoritários em África são considerados ricos em recursos naturais.⁶⁰ As receitas provenientes destes recursos permitem aos regimes sustentar redes de clientelismo e dispor dos meios de coerção necessários à sua permanência no poder, muito para além do que poderiam fazer sem tais rendimentos. Existem importantes provas empíricas de que as receitas provenientes da abundância de recursos naturais, quando empregues em contextos de governação irresponsável, agravam a corrupção e a desigualdade e provocam distorções económicas que dificultam o desenvolvimento e a estabilidade. O acesso a esses rendimentos também torna os governos menos receptivos a ajudas e incentivos comerciais às reformas democráticas.

China. Ao estender a sua actividade económica a todo o continente africano na última década, a China concentrou de um modo geral a sua presença nos estados autocráticos e mal governados da região (como por exemplo o Zimbabué, Sudão, Guiné e Angola). Isto traduziu-se em transferências orçamentais — por vezes da ordem de muitos milhares de milhões de dólares — para regimes que, doutra forma, poderiam ter ficado sujeitos a pressões internas e externas para reformar a sua governação. A China também tem sido um importante fornecedor de armas a esses regimes, nalguns casos em flagrante violação das sanções decretadas pelas Nações Unidas. A China tem além disso promovido activamente o regresso ao princípio da soberania ou da “não interferência”, no quadro da sua abordagem ao continente. Não surpreende deste modo que tal conceito seja muito popular entre os autocratas africanos, desejosos de voltar a uma era de impunidade em situações de violação dos direitos humanos e catástrofe humanitária. A China também se apresenta como um modelo alternativo às normas democráticas de governo emergentes no continente. A noção de que as autocracias são capazes de proporcionar estabilidade e um desenvolvimento rápido, apesar de refutada por um longo historial de desempenhos autocráticos desastrosos no continente, fornece aos dirigentes políticos africanos uma plataforma popular para justificar a sua longa permanência no poder.

Consequências da Líbia. O dirigente líbio coronel Muammar Kaddafi desempenhou durante muito tempo um papel desestabilizador em África. Criou uma “Legião Islâmica” composta principalmente de imigrantes do Chade, Tunísia, Argélia, Níger, Mali e Guiné, destinada a cumprir o seu objectivo de “arabizar” a região, e em seguida enviou legionários para o Uganda, Chade, Mali e Níger.⁶¹ Alguns destes combatentes tornaram-se mais tarde chefes *Janjaweed* e foram instrumentais no genocídio do Darfur. Kaddafi também usou mercenários armados de todo o Sahel para reforçar as suas forças de segurança, que um dirigente tuaregue no Mali estimou ascenderem a cerca de 16 mil combatentes no início de 2011.⁶² Com o objectivo de expandir a sua influência em África, Kaddafi patrocinou a formação de unidades de defesa presidencial e forneceu armamentos a diversos países da África Ocidental. Um exemplo foi a formação e o patrocínio que forneceu a Charles Taylor e Foday Sankoh, responsáveis por mais de uma década de tumultos na Libéria, Serra Leoa e região envolvente.

A queda do regime de Kaddafi e o fim da sua acção desestabilizadora serão certamente positivas para África. No entanto, dezenas de milhares de trabalhadores migrantes africanos, talvez mais, que enviavam remessas para os seus países de origem, perderam os seus rendimentos. Além disso, as empresas e instituições financeiras da Líbia, estreitamente vinculadas ao regime de Kaddafi, tinham investido milhares de milhões de dólares em hotéis, bancos, postos de gasolina, empresas de comunicação social, projectos de construção, grandes explorações agrícolas, e outros empreendimentos, em vários países africanos, incluindo o Zimbabué, Sudão, Chade, Níger, Mali, Mauritânia, República Centro-Africana, Burkina Faso, Gabão, Uganda e Quênia.⁶³ A Líbia também foi um dos principais financiadores da UA, representando cerca de 15 por cento do seu orçamento anual total. Assim, a brusca saída de activos da Líbia poderá desestabilizar certas economias africanas. Da mesma forma, a movimentação de armas não registadas e mercenários da Líbia poderá vir a agravar a instabilidade em vários países africanos, particularmente o Chade, Mali, Mauritânia, Níger, Sudão e Guiné.

Este estudo chama a atenção para o dinamismo das mudanças em curso em África. Muitos factores essenciais que influenciam os mais importantes princípios de governação e instituições em África estão a mudar, mas converter esta evolução numa democratização genuína implica vencer os interesses instalados e obstáculos significativos. As águas da governação africana estão assim agitadas por correntes contrárias e não se vislumbra ainda que resultado final elas terão no rumo democrático de África.

PERSPECTIVAS DE TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Para obter uma melhor perspectiva da futura evolução destas tendências contrárias, é útil passar em revista alguns dos principais mecanismos que têm facilitado o progresso democrático. Considerando os factores qualitativos, contextuais e, em última instância, exclusivos, de cada mudança, importa evitar fórmulas rígidas ao fazer uma previsão das transições democráticas. Mesmo assim, determinados vectores de mudança revestem-se de especial pertinência para os estudiosos da democracia e fornecem um quadro útil para a análise das perspectivas actuais de democratização em África.

Eleições. Embora o facto possa parecer demasiado óbvio para merecer menção, a democratização acontece por meio de eleições, que produzem uma mudança no sentido de uma liderança reformista. É o que tem sucedido, mesmo em situações nas quais as eleições não foram livres nem justas. Talvez o exemplo mais conhecido seja o da derrota do homem forte da Sérvia, Slobodan Milošević, nas eleições de 2002, que ele tinha manipulado fortemente a seu favor. Ainda assim, jovens activistas pró democracia aproveitaram a ocasião para mobilizar a população, tornar as eleições competitivas, garantir uma contagem paralela dos votos, denunciar as manobras do partido no poder, e, por fim, derrubar o seu regime brutal através de um processo eleitoral pacífico.

Mesmo as eleições fraudulentas podem gerar mudanças, na medida em que um regime que tenta manipular o processo corre o risco de expor a sua ilegitimidade ao falsear os resultados. A manipulação pode, por sua vez, desencadear a indignação geral e provocar protestos de massa susceptíveis de pressionar o dirigente autocrático a demitir-se. Foi o que aconteceu quando o primeiro-ministro ucraniano Viktor Yanukovich tentou proclamar vitória apesar de ter perdido por ampla margem as eleições presidenciais de 2004. A manobra desencadeou a Revolução Laranja, que levou ao poder Viktor Yushchenko, inaugurando uma era de mudança democrática na Ucrânia. Foi também o caso das tentativas de Laurent Gbagbo para esconder e contrariar a derrota eleitoral, que acabaram por conduzir ao seu afastamento do poder. Da mesma forma, os actos eleitorais no Quênia, em 2007, e no Zimbabué, em 2008, profundamente marcados por irregularidades, desacreditaram seriamente a legitimidade dos presidentes dos dois países (embora ambos tenham podido manter uma autoridade considerável por meio de acordos improvisados de partilha de poder com os vencedores legítimos).

Conclui-se que as perspectivas democráticas em África estão a melhorar, quanto mais não seja porque as eleições são cada vez mais frequentes e numerosas no continente. Com 14 eleições presidenciais e 30 eleições legislativas realizadas ou a realizar entre meados de 2011 e o final de 2012, além de três referendos nacionais (consultar Tabela 5), o continente africano contabiliza em média duas a três eleições nacionais por mês. Em 30 por cento das eleições presidenciais não haverá recandidaturas, o que eleva significativamente a probabilidade de partidos de oposição chegarem ao poder.⁶⁴ A reeleição de dirigentes também se tem tornado menos frequente, como indica o que aconteceu na Zâmbia em Setembro de 2011, quando Michael Sata, há muito o candidato de oposição, derrotou finalmente Rupiah Banda. Enquanto no passado se contavam pelos dedos de uma mão os dirigentes africanos substituídos por eleições, hoje a situação é outra, e apesar de ainda não ser a norma, a alternância de poder através de eleições está a tornar-se mais comum em África. Deste modo, vai desaparecendo a ideia segundo a qual os grupos de oposição precisam de recorrer à violência para conquistar o poder. Da mesma forma, as eleições representam para os defensores da democracia uma sólida base de contestação e denúncia dos regimes ilegítimos.

Entretanto, a fraude eleitoral está a tornar-se mais difícil em África. Para uma eleição cumprir os padrões de legitimidade exige-se cada vez mais que estejam presentes observadores eleitorais independentes nacionais e internacionais e que a sociedade civil participe na monitorização da contagem de votos. A presença generalizada de câmaras de vídeo de telemóveis, capazes de registar e difundir irregularidades numa questão de minutos, também torna a fraude e a manipulação muito mais difíceis de ocultar. De facto, a presença crescente dos

Tabela 5. Eleições nacionais programadas em África entre 2011 e 2012			
País	Eleição	Data	Eleições com candidatos a reeleição
Zâmbia	Presidencial	20 Set. 2011	X
Zâmbia	Legislativo	20 Set. 2011	
Camarões	Presidencial	9 Out. 2011	X
Ruanda	Parlamentar	26 Set. 26 2011	
Tunísia	Legislativo	23 Out. 2011	
Libéria	Legislativo	11 Out. 2011	
Libéria	Presidencial	11 Out. 2011	X
Marrocos	Parlamentar	25 Nov. 2011	
Gâmbia	Presidencial	24 Nov. 2011	X
RDC	Legislativo	28 Nov. 2011	
RDC	Presidencial	28 Nov. 2011	X
Egipto	Parlamentar	Nov. 2011	
Costa do Marfim	Parlamentar	11 Dez. 2011	
Gabão	Parlamentar	17 Dez. 2011	
Zimbabué	Parlamentar (Tentativa)	2011	
Zimbabué	Referendo (Tentativa)	2011	
Gâmbia	Legislativo	Jan. 2012	
Senegal	Presidencial	26 Fev. 2012	X
Egipto	Presidencial	Mar 12	
Madagáscar	Presidencial (Tentativa)	Mar. 2012	X
Madagáscar	Parlamentar (Tentativa)	Mar. 2012	
Mali	Presidencial	Abr. 2012	
Burkina Faso	Parlamentar	Mai 2012	
Seychelles	Legislativo	2012	
RDC	Legislativo	Jun. 2012	
Camarões	Legislativo	Jul. 2012	
Mali	Parlamentar	Jul. 2012	
Quênia	Presidencial	14 Ago. 2012	
Serra Leoa	Presidencial	Ago. 2012	X
Serra Leoa	Legislativo	Ago. 2012	
Gabão	Presidencial	Nov. 2012	X
Gana	Presidencial	Dez. 2012	X
Gana	Legislativo	Dez. 2012	

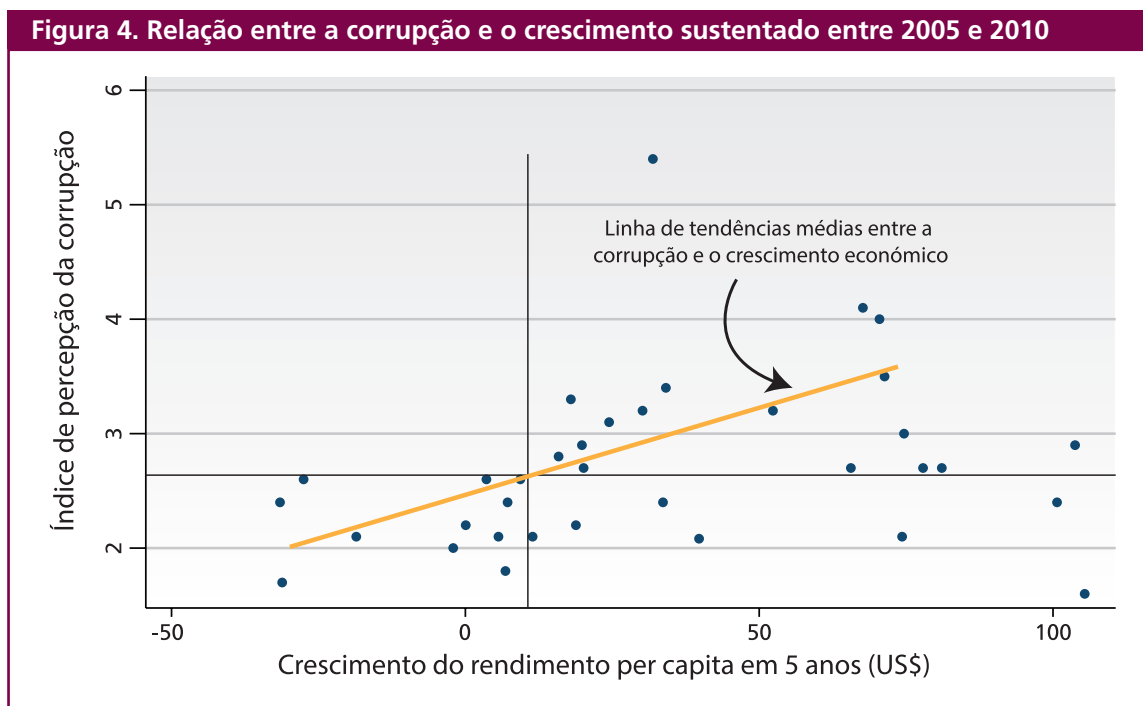
País	Eleição	Data	Eleições com candidatos a reeleição
Quênia	Parlamentar	Dez. 2012	
Senegal	Parlamentar	2012	
Angola	Parlamentar	2012	
Rep. do Congo	Legislativo	2012	
Guiné Equatorial	Parlamentar	2012	
Guiné-Bissau	Parlamentar	2012	
Lesoto	Parlamentar	2012	
Togo	Parlamentar	2012	
Tunísia	Presidencial	2011	
Tunísia	Parlamentar	2011	
Algéria	Legislativo	2012	
Sudão	Referendo (adiado)	2012	
Zâmbia	Referendo	2012	

Fonte: *The International Foundation for Electoral Systems*.⁶⁵

telemóveis tem sido referida como uma das razões pelas quais as eleições presidenciais de Abril de 2011 na Nigéria correram tão bem.⁶⁶ Em suma, os regimes no poder estão hoje obrigados a uma prestação de contas mais rigorosa, muitas vezes contra a sua vontade.

A violência eleitoral continua a ser um obstáculo de monta no caminho da democratização de África, ilustrado nos últimos anos por episódios emblemáticos no Quênia, Zimbabué e Nigéria. As eleições realizadas nestes países foram imediatamente seguidas de confrontos étnicos alimentados por políticos que mobilizam os simpatizantes numa base de “nós contra eles” e a violência foi agravada por mensagens difundidas por meios de comunicação social ao serviço deste ou daquele partido ou candidato. Apesar de estes problemas serem graves e não deverem ser escamoteados, não põem em causa a realização cada vez mais frequente de eleições pacíficas no continente.

Estagnação económica. A história tem mostrado que os progressos democráticos são muito mais prováveis em contextos de crescimento económico lento ou estagnado.⁶⁷ Tais contextos revelam frequentemente a péssima gestão económica de governantes autocráticos que abandonam o poder em plena crise económica, fragilizando os primeiros anos de um novo regime democrático. Nos períodos de declínio tornam-se mais patentes as desigualdades que resultam de monopólios políticos associados à corrupção e às redes de clientelismo instituídas. Tais circunstâncias criam assim uma atmosfera explosiva e mais propensa à ocorrência de conflitos em torno do acesso aos alimentos, empregos e combustíveis.



Fonte: Baseado em dados do *World Development Indicators 2011* e *Transparency International*.⁶⁸

A Figura 4 mostra a forte relação que existe entre a corrupção e a estagnação do crescimento. Nos países africanos com menor controlo da corrupção registaram-se, nos últimos cinco anos, mais probabilidades de estagnação ou contração do crescimento económico. Zimbabué, Chade, Comores, Guiné, Costa do Marfim, Madagáscar, Guiné-Bissau, Burundi, República Democrática do Congo e Togo situam-se no quadrante inferior esquerdo de “elevada corrupção e estagnação do crescimento”. Os países com um controlo da corrupção acima da média, em contrapartida, tenderam a elevar oito vezes o rendimento per capita nos últimos cinco anos.

Especialmente desde 2000, os governos autocráticos africanos registam um desempenho económico 40 por cento mais lento que o das democracias (ainda mais lento quando não são contabilizadas as receitas do petróleo). O crescimento lento destrói um pilar fundamental dos governos autocráticos, o argumento de que são mais eficazes (a chamada “legitimidade do desempenho”) e facultam maior estabilidade nas fases iniciais do processo de desenvolvimento. Quando a realidade desmente estas afirmações, a ilegitimidade de um regime torna-se mais evidente e insustentável.

Talvez o mais importante em termos de instabilidade social seja o facto de as sociedades geridas de forma autocrática registarem geralmente um desempenho inferior, traduzido por uma série de índices de avaliação do bem-estar social.⁶⁹ Os resultados reflectem a incapacidade de traduzir o crescimento económico em benefícios tangíveis para a maioria da população. O Egipto e a Tunísia, por exemplo, registaram um

Tabela 6. Países africanos com taxas de desenvolvimento mais baixas, 2010

País	Taxa de mortalidade infantil (em cada 1 000 nascimentos vivos)	PIB per capita (US\$)	Pontuação da democracia da Polity IV (0-10)	Pontuação da liberdade da Freedom House (2-14)
Angola	98	1 364	2	5
Camarões	95	697	1	4
Costa do Marfim	83	541	n/a	3
Rep. do Congo	81	1 348	0	5
Djibuti	75	903	3	5
Guiné Equatorial	88	8 737	0	2
Gabão	52	4 188	4	5
Mauritânia	74	473	0	5
São Tomé & Príncipe	52	432	n/a	12
Sudão	69	523	1	2

Fonte: Baseado em dados do *World Development Indicators 2011*, *Polity IV*, *Freedom House*.

crescimento económico estável ao longo das últimas décadas, mas as disparidades crescentes em termos de bem-estar contribuíram para o profundo descontentamento que deu lugar às revoltas nos dois países.

Em África, dez países destacam-se por uma taxa de desenvolvimento particularmente baixa (consultar Tabela 6). Utilizando como indicador geral de desenvolvimento a redução da taxa de mortalidade infantil na última década, verifica-se que esses países registaram níveis de desempenho inferiores à média, apesar de o seu rendimento *per capita* ter estado acima dos níveis médios da região. Isto mostra que esses governos têm sido menos capazes ou têm estado menos dispostos a investir os recursos de que dispõem na resposta a necessidades sociais prementes. É provável que nestes contextos a raiva e o ressentimento sejam particularmente acentuados. Com efeito, a questão foi importante na mobilização contra Laurent Gbagbo na Costa do Marfim. Importa salientar que oito dos outros nove países nestas condições são autocracias. Embora não constem da lista devido ao facto de o seu rendimento ser inferior à média, o Chade e a República Democrática do Congo também se destacam pelo recuo ou por não terem registado praticamente nenhum progresso na redução das suas taxas de mortalidade infantil na última década. O fraco desempenho da única democracia na lista, São Tomé e Príncipe, também é motivo de preocupação e uma situação a corrigir, para que as conquistas democráticas não retrocedam.

O crescimento económico nas autocracias está também muito mais sujeito a flutuações acentuadas, sendo em média duas vezes mais volátil do que o crescimento nas democracias.⁷⁰ A inflação, que resulta da má gestão monetária, também tende a ser maior, causando enormes dificuldades ao cidadão comum que já mal ganha para comer e não tem margem para resistir sequer a uma perda de 10 por cento do seu rendimento. Assim, os períodos de recessão económica e instabilidade, característicos de ambientes autocráticos, criam factores de tensão permanente para a estabilidade destes regimes.

Embora menos sujeitos a volatilidade e de um modo geral mais resistentes, os períodos de declínio económico também representam riscos para os países em vias de democratização. Efectivamente, mais de 70 por cento de todos os retrocessos democráticos ocorrem em situações de estagnação económica. O stress económico deve portanto ser monitorizado devido ao seu impacto sobre a capacidade de África para manter uma dinâmica democrática.

Diluição do apoio ao regime no poder. Outra característica comum do enfraquecimento de um regime autocrático é a perda do apoio dos principais sectores da sociedade aos dirigentes. No contexto autocrático, os “sectores da sociedade” em causa são geralmente o sector da segurança, o partido político no poder, os principais chefes tribais, as redes de clientelismo e o conjunto dos sectores económicos. A “deserção” destes grupos principais e a sua adesão a um movimento reformista são fundamentais para forçar um regime a aceitar partilhar o poder ou para precipitar a sua queda.

Talvez o mais importante destes sectores seja o da segurança, pois fornece a capacidade coerciva de intimidar a população e fazê-la obedecer, bem como de reprimir qualquer esforço organizado de contestação da autoridade do regime. Sem capacidade coerciva, um sistema autocrático é incapaz de sustentar a sua permanência no poder. Reconhecendo este facto, o ex-presidente tunisino Zine El Abidine Ben Ali fugiu rapidamente do país depois de os militares da Tunísia se terem recusado a disparar sobre os manifestantes. Da mesma forma, o reconhecimento por parte dos militares egípcios de que o direito de protesto dos cidadãos se encontrava protegido pela constituição e a sua recusa de empregar a violência contra os manifestantes foi um factor decisivo na queda do regime de Mubarak.

Esta dinâmica mostra que a profissionalização do sector da segurança é um passo fundamental no processo de democratização.⁷¹ Quanto mais empenhado o sector da segurança estiver em proteger as instituições do Estado contra os interesses do regime, menos os dirigentes autocráticos serão capazes de sustentar a sua permanência no poder. É o motivo pelo qual as autocracias fazem questão de enfraquecer esse profissionalismo e cultivar a lealdade pessoal das cúpulas do sector da segurança, através de laços étnicos, do pagamento de melhores salários e da concessão de um estatuto privilegiado em relação ao restante pessoal do sector.

A conservação do apoio das redes de clientelismo também exige um esforço e uma atenção contínuos dos dirigentes do regime, uma vez que as exigências destas redes aumentam ao longo do tempo. A “inflação da corrupção” exerce uma pressão cada vez maior sobre as cúpulas do regime para desviar receitas do estado em prol desse apoio.⁷² O acesso sem entraves a estas receitas depende da solidez da economia, a qual se torna mais difícil de alcançar à medida que se agravam os efeitos de distorção causados pelo clientelismo. O ritmo desta inflação decorre do grau de ilegitimidade de um regime e do tempo durante o qual este permanece no poder. Os regimes menos legítimos são mais dependentes das suas redes de clientelismo e estas podem, por este motivo, exigir mais pelo seu apoio. Os regimes há mais tempo no poder podem, deste modo, enfrentar encargos superiores. Uma vez que os dirigentes mais antigos dispõem em regra geral de menos credibilidade para sustentar as suas redes de apoio, a sua vulnerabilidade às deserções é maior.⁷³

Tabela 7. Desempenho dos dirigentes africanos que ocupam há mais tempo o poder em relação à média regional

País	Anos no poder	Mortalidade infantil	Crescimento em 5 anos	Índice de percepção da corrupção	Pontuação da democracia da Polity IV (0-10)	Pontuação da Liberdade da FH (2-14)
Angola	32	↓	↑	↓	2	5
Guiné Equatorial	32	↓	↑	↓	0	2
Zimbabué	32	↑	↓	↓	3	4
Camarões	28	↓	↓	↓	1	4
Uganda	25	↓	↑	↓	1	7
Suazilândia	25	↑	↓	↑	0	4
Burkina Faso	24	↓	↔	↑	2	8
Sudão	23	↔	↑	↓	1	2
Eritreia	21	↑	↓	↓	0	2
Etiópia	21	↔	↑	↔	3	4
Chade	20	↓	↓	↓	1	3
Gâmbia	15	↓	↓	↑	0	6
Congo	14	↓	↑	↓	0	5
Lesoto	13	↑	↑	↑	8	10
Senegal	12	↑	↓	↑	7	10
Djibuti	12	↓	↑	↑	3	5
Ruanda	11	↔	↑	↑	0	5
RDC	11	↓	↔	↓	6	4
Cabo Verde	11	↑	↑	↑	10	14

*Código: ↓ significa abaixo da média, ↔ na média, ↑ melhor que a média

Fonte: Dados do World Development Indicators 2011, Polity IV, Freedom House e Transparency International.

A Tabela 7 mostra a propensão para um mau desempenho por parte dos dirigentes que ocupam o poder por períodos longos. É possível identificar diversos padrões neste contexto. Em primeiro lugar, África continua a ter um grande número de dirigentes que estão no poder há muito tempo. Dezanove chefes de Estado mantêm-se no cargo há dez anos ou mais. Onze dirigentes cumprem actualmente a sua terceira década no poder, o que em contrapartida permite esperar uma série de sucessões num futuro próximo. Em seguida, como seria de esperar, quase todos os dirigentes que estão no poder há mais de uma década são autocracias, à excepção de Cabo Verde, Lesoto e Senegal. À parte destes três casos, dois terços dos países analisados obtiveram uma pontuação abaixo da média africana em termos de avaliação da corrupção. Da mesma forma, à excepção dos que dispõem de receitas provenientes de recursos naturais, muitas das autocracias sofreram uma estagnação de crescimento económico durante os últimos cinco anos. Setenta por cento registam um elevado nível de mortalidade infantil, um indicador estatístico do desenvolvimento geral. Em suma, quanto mais tempo os dirigentes permanecem no poder, mais provável se torna que a população pague o preço.

Coesão do movimento de reforma. Além dos factores estruturais ou das condições preexistentes, a capacidade de organização e a unidade de um movimento reformista são factores decisivos para a transição democrática de um regime autocrático.⁷⁴ Isto explica-se pelo facto de as forças democráticas representarem os interesses da maioria dos cidadãos, que não retira benefícios de regimes de governação autoritária. De acordo com a tradicional dificuldade de qualquer acção colectiva, no entanto, os obstáculos que se colocam à coordenação dessa maioria mantêm-na impotente em relação à minoria, menos numerosa, mais informada e mais organizada, que detém as rédeas do poder estatal. A competência, visão, capacidade de organização e disciplina das redes reformistas são, por isso, decisivas para sensibilizar, mobilizar e manter o empenhamento da maioria face a uma resistência inevitável.

Um estudo realizado em 2005 pela *Freedom House*, que avaliou 67 transições democráticas em todo o mundo ao longo das últimas três décadas, concluiu que 50 foram iniciativas desencadeadas da base para o topo pela sociedade civil, que envolveram greves, boicotes, actos de desobediência civil e protestos de massa.⁷⁵ Neste tipo de acções é crucial a formação de coligações amplamente representativas de grupos cívicos unidos em torno de objectivos estratégicos, bem organizados e disciplinados no emprego de meios não violentos.

O emprego de meios não violentos é particularmente importante, porque permite a participação de uma faixa maior da população, incluindo a classe média, que pode querer participar num boicote ou protesto, mas que não está disposta a matar. Do mesmo modo, renunciar ao emprego da violência retira ao regime o pretexto para manifestar a sua superioridade em termos de uso da força. As tácticas não violentas também têm demonstrado ser mais eficazes para privar um regime dos apoios com que conta, em particular o apoio das forças da segurança, menos dispostas a disparar contra manifestantes desarmados do que a abrir fogo contra combatentes armados.⁷⁶

As iniciativas de resistência civil são frequentemente graduais, mas têm um efeito cumulativo.⁷⁷ As pequenas vitórias podem acabar por produzir êxitos maiores. No entanto, a mudança raramente acontece de um momento para o outro. Os apelos à reforma enfrentam geralmente uma forte resistência do regime instalado e, por isso, os protestos espontâneos raramente geram uma transformação duradoura. Pelo contrário, o que importa é a capacidade de planeamento, organização e adaptação aos desafios do contexto local. A capacidade das organizações cívicas para manter a pressão é indispensável para ganharem força, expandirem o número de adeptos e mobilizarem os sectores do regime. A coesão da sociedade civil, e em particular a união dos sectores reformistas, é um indicador essencial da sua capacidade de sustentar a pressão face à resistência e levar a cabo uma democratização bem-sucedida.⁷⁸

Implicações para a trajectória democrática de África

Nos capítulos anteriores analisaram-se várias das principais influências em jogo na reformulação do cenário da governação em África. Tomadas em conjunto, quais as implicações dessa confluência de factores para o avanço da democracia africana? A Tabela 8 apresenta uma compilação de alguns dos principais factores que influenciam o movimento em favor da democracia (ou contra) de cada país da África Subsariana,

Tabela 8. Avaliação dos promotores da mudança democrática na África Subariana									
	Anos que o dirigente está no poder	Sociedade civil activa	Liberdade de imprensa	Acesso à Internet	Crescimento económico	Progresso do desenvolvimento	Controlo da corrupção	Rico em petróleo	Inflação
Democracias em consolidação									
Benim	Verde	Verde	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Verde	Verde
Botsuana	Verde	Verde	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Amarelo
Cabo Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Gana	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Amarelo
Mali	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Verde	Verde
Maurícias	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Amarelo
São Tomé & Príncipe	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde
África do Sul	Verde	Verde	Amarelo	Verde	Amarelo	Amarelo	Verde	Verde	Amarelo
Em vias de democratização									
Burundi	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde
Comores	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Costa do Marfim	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Guiné	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Guiné-Bissau	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Quênia	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Lesoto	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Libéria	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Madagáscar	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Malawi	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Moçambique	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Namíbia	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Níger	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Nigéria	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Senegal	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Seychelles	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Serra Leoa	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Tanzânia	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Zâmbia	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde

	Anos que o dirigente está no poder	Sociedade civil activa	Liberdade de imprensa	Acesso à Internet	Crescimento económico	Progresso do desenvolvimento	Controlo da corrupção	Rico em petróleo	Inflação
Regimes semi-autoritários									
Burkina Faso	Red	Green	Yellow	Red	Yellow	Yellow	Yellow	Green	Yellow
República Centro-Africana	Green	Red	Red	Red	Yellow	Red	Red	Green	Yellow
Rep. Dem. do Congo	Red	Red	Red	Yellow	Yellow	Red	Red	Red	Red
Djibuti	Red	Red	Red	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Green	Yellow
Etiópia	Red	Red	Red	Red	Green	Yellow	Yellow	Green	Red
Gâmbia	Red	Red	Red	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Green	Yellow
Gabão	Green	Red	Red	Yellow	Red	Yellow	Yellow	Red	Green
Togo	Green	Yellow	Red	Yellow	Red	Yellow	Yellow	Green	Green
Uganda	Red	Yellow	Yellow	Green	Green	Yellow	Red	Yellow	Yellow
Zimbabué	Red	Red	Red	Green	Red	Yellow	Yellow	Green	Red
Autocracias									
Angola	Red	Red	Red	Red	Green	Yellow	Red	Red	Red
Camarões	Red	Red	Red	Yellow	Red	Red	Yellow	Red	Green
Chade	Red	Red	Red	Yellow	Red	Red	Red	Red	Yellow
República do Congo	Red	Red	Yellow	Yellow	Yellow	Red	Red	Red	Yellow
Guiné Equatorial	Red	Red	Red	Red	Green	Yellow	Red	Red	Yellow
Eritreia	Red	Red	Red	Yellow	Red	Green	Yellow	Green	Red
Mauritânia	Green	Red	Yellow	Yellow	Yellow	Red	Green	Yellow	Yellow
Ruanda	Red	Red	Red	Yellow	Green	Green	Green	Green	Red
Sudão	Red	Red	Red	Green	Green	Red	Red	Red	Red
Suazilândia	Red	Red	Red	Yellow	Red	Yellow	Yellow	Green	Yellow

Color Key – Relative ranking on respective driver enhancing democratic development:
■ - Top Quartile ■ - Mid Quartiles ■ - Bottom Quartile

Fonte: Baseado em dados da Polity IV, Freedom House, World Development Indicators 2011, Transparency International e do FMI.⁷⁹

As pontuações para a Guiné e Costa do Marfim foram actualizadas para reflectir novos regimes democraticamente eleitos desde a compilação dos dados. A Somália e o Sudão do Sul não estão incluídos devido à falta de dados.

apresentada segundo a classificação do regime actual. Uma vez que permanecem imprecisos os dados empíricos que influenciam as condições específicas da mudança no sentido da democratização, este quadro pretende ser descritivo e não preditivo. Mesmo assim, a compilação permite identificar determinados padrões e percepções.

Uma constatação imediata é a das diferenças significativas que configuraram os diversos tipos de regime. Os países classificados como democracias consolidadas tendem a aplicar políticas que reforçam as práticas democráticas, o que se encontra reflectido na preponderância das pontuações elevadas (área destacada a verde) registadas nesta categoria. A gradação das classificações pode ser vista a partir deste grupo até à categoria autocrática, na qual dominam os factores que inibem o desenvolvimento democrático (área a vermelho). Isto aplica-se, em geral, não apenas aos factores de carácter político (por exemplo a permanência do dirigente no cargo, a dimensão da sociedade civil, o nível de liberdade de imprensa), mas também às influências económicas sobre a democracia (crescimento económico, progresso do desenvolvimento, corrupção, receitas do petróleo e inflação). Ao mesmo tempo, registam-se distinções consideráveis no seio de cada categoria do regime e das pontuações de cada país, as quais reflectem influências contraditórias que moldam a evolução da democracia no continente e desencorajam generalizações.

Quase todos os países na categoria das democracias em consolidação possuem sociedades civis dinâmicas e dirigentes que estão no poder há menos de uma década. (A única excepção é Cabo Verde, cujo primeiro-ministro desempenha o cargo há 11 anos e foi recentemente eleito para um terceiro mandato.) No entanto, o desempenho medíocre registado em diversas áreas salienta o carácter inacabado do processo de democratização na maioria dos países analisados, o que é particularmente evidente nas restrições à liberdade de imprensa e acesso à Internet vigentes no Benim e Botsuana, por exemplo. As principais democracias africanas beneficiaram igualmente do facto de não terem sofrido a influência potencialmente corruptora de receitas petrolíferas substanciais. No entanto, os rendimentos do petróleo do Gana, que deverão ser divulgados na Internet nos próximos anos, irão criar pressões adicionais sobre o governo. O Gana e São Tomé e Príncipe também estão a sofrer os efeitos potencialmente desestabilizadores da sua elevada taxa de inflação.

Em coerência com o que se verifica no mundo inteiro, as taxas de crescimento económico das democracias africanas em consolidação não são excepcionais, mas são estáveis e, portanto, estabilizadoras. Além disso, estas democracias destacam-se, de modo geral, pelo progresso do seu desenvolvimento. A mais vulnerável das democracias em consolidação parece ser São Tomé e Príncipe, que regista um desenvolvimento excepcionalmente lento, uma inflação elevada e um controlo apenas médio da corrupção. A sua permanência relativamente longa no campo democrático deve porém servir de baluarte contra um recuo progressivo.

A categoria dos estados em vias de democratização engloba uma vasta gama de progressos, ao incluir os países que acabam de enveredar pelo caminho democrático, bem como os que têm vindo desde há algum tempo a consolidar as suas credenciais democráticas. O factor mais positivo para o progresso deste grupo é o de os dirigentes de 17 dos 19 países incluídos estarem no poder há menos de uma década, o que indica a

crescente frequência de eleições para escolher e substituir dirigentes. Entre as exceções (Lesoto e Senegal), Abdoulaye Wade do Senegal tem enfrentado uma resistência crescente aos seus esforços para obter um novo mandato. O grupo dos países em vias de democratização também beneficia do facto de não depender das receitas do petróleo e de não se encontrar por esse motivo sujeito às distorções políticas e económicas que as mesmas acarretam. Apenas um país desta categoria — a Nigéria — é considerado “rico em petróleo” e tem vindo a alcançar progressos notáveis na criação de instituições democráticas na última década, desde que abandonou o modelo de governo militar. Tendo consolidado os seus progressos recentes, outros países candidatos à transição para a categoria “democracia” são o Quênia, Namíbia, Seychelles, Serra Leoa e Zâmbia.

No entanto, o grupo dos países em vias de democratização enfrenta muitos obstáculos à consolidação das suas instituições democráticas. Na realidade, nenhum atingiu o estatuto de “livre” no estudo anual da *Freedom House* sobre a liberdade de imprensa, e dois, Burundi e Madagáscar, mantêm suficientes restrições à liberdade de imprensa para entrarem na categoria de “não livre”. O mesmo se aplica, de modo geral, em relação ao acesso à Internet. Apenas o Quênia, Nigéria e Seychelles se distinguem nessa área.

O gráfico também salienta os problemas enfrentados por uma série de países em vias de democratização. A Costa do Marfim e, especialmente, a Guiné, em processo recente de democratização, precisam de superar a herança de estagnação económica, corrupção e elevada taxa de inflação (incluindo a triplicação das forças armadas de ambos os países na última década) dos seus antecessores autocráticos. A elevada propensão para o retrocesso nos primeiros anos de uma transição democrática, já mencionada neste relatório, é portanto bem visível nestes casos. As pontuações também apontam para as dificuldades em sustentar o progresso democrático de alguns dos países em vias de democratização, especialmente o Burundi, Comores, Guiné-Bissau e Madagáscar.

Na categoria dos regimes semi-autoritários, os efeitos da longa permanência no poder torna-se particularmente evidente. Os dirigentes de sete dos dez países nesta categoria estiveram no poder durante dez anos ou mais. Além disso, existem fortes restrições à sociedade civil e à liberdade de imprensa na maioria destes contextos. Curiosamente, porém, existe maior abertura relativamente ao acesso à Internet. Sete dos dez países possuem um nível médio ou superior de acesso. Também é digna de nota nesta categoria a dependência relativamente baixa de receitas do petróleo. Apenas a RDC e o Gabão são considerados ricos em petróleo. Pelo facto de disporem de menores recursos para alimentar redes de clientelismo, talvez não seja por acaso que só uma minoria destes regimes esteja classificada entre os governos mais corruptos do continente. Esta conjugação de factores — acesso razoável à informação, distribuição limitada das receitas decorrentes de recursos naturais e níveis médios de corrupção — indica que há uma certa maleabilidade destas estruturas de governo a um maior grau de abertura.

Entre os principais candidatos à categoria “em vias de democratização” destacam-se o Burkina Faso, Djibuti, Gabão e Togo. Estes três países da África Ocidental também serão influenciados pela força gravitacional cada vez maior de democratização que se regista na sub-região. O Burkina Faso, em particular, já se aproxima

dos países na categoria “em vias de democratização” e o Uganda também se enquadra nesta tipologia, especialmente em virtude do empenhamento crescente da sua legislatura, dos seus meios de comunicação social e das suas estruturas de poder local. No entanto, a decisão de Yoweri Museveni de concorrer a um novo mandato em Março de 2011, ao fim de 25 anos no poder, bem como a expectativa de novas receitas do petróleo num futuro próximo, contrariam as tendências democráticas. No entanto, poucos ou nenhum dos países nesta categoria, com as possíveis excepções da Etiópia e da Gâmbia, são susceptíveis de regredir para a autocracia a curto prazo.

No âmbito da classificação autocrática, a preponderância de factores inibidores da democracia sugere que a dinâmica de enraizamento no poder é acentuada na maioria dos casos. O mais grave é o facto de os dirigentes de nove dos dez países nesta categoria estarem no poder há mais de uma década, e em média há mais de 20 anos. Quase todos estes regimes também impõem fortes restrições à sociedade civil e ao acesso à Internet. Seis das dez autocracias beneficiam de elevadas receitas de hidrocarbonetos, que lhes permitem reforçar as suas redes de apoio e resistir às pressões externas para a reforma. Não é assim de estranhar que quase todas as autocracias ricas em petróleo também se encontrem classificadas entre as mais corruptas do continente. As receitas do petróleo estimulam ao mesmo tempo o crescimento económico em vários destes países (por exemplo, em Angola, na Guiné Equatorial e no Sudão). Os Camarões e o Chade, em contrapartida, conseguiram a duvidosa façanha de apresentar baixos níveis de crescimento económico apesar de auferirem receitas de petróleo significativas. Independentemente das taxas de crescimento económico, quase todas as autocracias ricas em petróleo também apresentam índices de desenvolvimento significativamente baixos. Em contrapartida, nenhuma das autocracias que apresentaram resultados superiores de desenvolvimento têm acesso a receitas do petróleo significativas, o que confirma um padrão observado em todas as categorias de regime: nenhum país que tolera altos níveis de corrupção ascende ao quartil superior de taxa de desenvolvimento. Este facto é particularmente evidente na categoria autocracia, na qual os países que registam o maior progresso de desenvolvimento são aqueles que mantiveram pelo menos um nível médio de controlo da corrupção. O Ruanda destaca-se entre as autocracias devido ao seu crescimento económico superior, desenvolvimento e controlo da corrupção com base nos quais justifica o seu autoritarismo.

Embora estes indicadores sugiram que a maioria destas autocracias está bem entrincheirada, há factores excepcionais e casos a considerar. Surpreendentemente, oito de cada dez governos nesta categoria permitem um certo grau de acesso à Internet, o que facilita um intercâmbio de informações favorável ao seu desenvolvimento económico, por abrir o caminho ao diálogo entre o governo e os cidadãos. A Mauritânia e a República do Congo distinguem-se ainda mais pela sua relativamente maior tolerância da liberdade de imprensa. Na verdade, os indicadores da Mauritânia sugerem que este país poderá ascender à categoria de semi-autoritário ou mesmo “em vias de democratização” a curto prazo. A Suazilândia, desprovida de receitas petrolíferas consideráveis para salvar o regime em tempos difíceis e dispondo de um certo grau de acesso à Internet além de registar um crescimento económico estagnado, também poderá abrir-se gradualmente à introdução de medidas de reforço da legitimidade num futuro próximo. Os dirigentes de longa data dos Camarões, Chade, República do Congo e Sudão também são susceptíveis de enfrentar uma resistência

crescente à sua permanência no poder devido à baixa taxa de desenvolvimento, apesar de disporem de importantes receitas de petróleo. Além disso, é provável que os elevados níveis de corrupção detectados em todos estes regimes venham a acentuar ainda mais a sua impopularidade. Por fim, quatro das dez autocracias registam altos níveis de inflação, outra fonte de instabilidade a que esses regimes deverão fazer face.

Em suma, apesar de os factores aqui considerados não serem, de forma alguma, exaustivos no analisar de um contexto altamente complexo e sujeito a diversas contingências e condicionantes específicas, o conjunto de dinâmicas que influenciam a democratização em África indica que nos próximos anos continuaremos a observar um progresso contínuo nos padrões de governação. As tendências apontam, na sua maioria, para mudanças no sentido de uma maior participação popular na governação, em particular na categoria “em vias de democratização”, na qual seis a oito países poderiam transitar nos próximos anos para a categoria “democracia”. Embora menos frequentes, poderão continuar a registar-se casos de retrocesso no futuro próximo, afectando provavelmente um ou dois países nos grupos “democracia”, “em vias de democratização” e “semi-autoritários”.

A ALTERAÇÃO DO MODELO DE GOVERNAÇÃO DE ÁFRICA

Após um período de estagnação, a África tem sido palco de um novo impulso no caminho da democracia, evidenciado pela surpreendente saída do poder de dirigentes de longa data no Egipto, Tunísia e Líbia. Embora os motores do progresso democrático na África Subsariana tenham sido totalmente independentes da Primavera Árabe, o desafio radical que esta representou teve um efeito galvanizador na consciência colectiva de África e contribuiu para desencadear a mudança noutras partes do continente.

Ainda assim, subsistem obstáculos significativos que os defensores da democracia em África terão de superar para realizar transformações genuínas. De facto, haverá quem argumente que pelo facto de África não ter registado protestos sustentados de grande escala, como os ocorridos no Egipto e na Tunísia (e no resto do mundo árabe), os africanos “ainda não estão prontos” para a democracia plena. No entanto, a análise contida neste relatório sugere o contrário. África fez progressos consideráveis — ainda que não lineares — no caminho da democracia nos últimos 20 anos. Além disso, mesmo nos últimos anos de aparente estagnação, importantes factores estruturais, como o acesso muito maior às TIC, a crescente expansão da população jovem, uma sociedade civil mais sofisticada, mecanismos de freios e contrapesos institucionais, a urbanização e a maior consciência dos padrões de governação global, prepararam África para uma nova vaga democrática. Porventura ainda mais importante é o facto de terem aumentado as expectativas de uma democratização mais robusta em África.

Assim, apesar de África ainda não ter sido cenário de protestos populares maciços, a transformação democrática está em curso. Os cidadãos africanos estão muito menos dispostos a tolerar mudanças inconstitucionais, abusos de poder, uma corrupção flagrante e a violência do estado contra as populações. Trata-se de uma profunda mudança em relação ao passado. A nova atitude tem sido influenciada por uma das grandes

lições da Primavera Árabe: os cidadãos podem e devem opor-se aos abusos dos seus governos se desejam que a situação mude. Um sinal é a energia e a rapidez com que os cidadãos senegaleses foram para as ruas manifestar, em Julho de 2011, após o presidente Abdoulaye Wade propor a alteração das regras eleitorais no sentido de permitir a eleição de um presidente com apenas 25 por cento de votos obtidos na primeira volta.

Uma vez que a mudança democrática é provocada pela reivindicação sustentada de reformas, a democratização gradual mas constante tem vantagens em relação a protestos ocasionais que duram um dia ou dois mas não podem ser sustentados. Até que ponto essas transições poderão trazer progressos concretos na democratização dependerá, em última análise, do dinamismo e da qualidade das redes da sociedade civil em cada país. Estas são as organizações capazes, segundo a experiência mostra, de mobilizar todos os quadrantes de uma sociedade em torno da exigência de maior autonomia governativa, transparência e adesão do estado ao primado do direito. Estes são também os grupos que deverão articular as frustrações acumuladas devido às carências socioeconómicas — provocadas pelo aumento nos preços dos alimentos e combustíveis e a falta de postos de trabalho, habitação, acesso a água potável e saneamento — com a necessidade de uma melhor governação, maior representação política, transparência e capacidade de resposta às necessidades prementes.

Existem diferenças consideráveis em termos da influência exercida pela sociedade civil em África. Ao longo dos anos, o dinamismo dos agentes da sociedade civil tem sido essencial nas evoluções da África do Sul, Benim, Gana, Mali, Namíbia, Nigéria, Quênia, Senegal, Serra Leoa, São Tomé e Príncipe e Tanzânia. Apesar de estar a dar os seus primeiros passos, a sociedade civil da Guiné também foi essencial para promover a mudança nos anos anteriores às mudanças drásticas a favor da democracia, em 2011. Da mesma forma, assistiu-se ao desenvolvimento do papel e da influência exercidos por organizações sub-regionais da sociedade civil, como o Conselho de ONG da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), que exigiu uma maior supervisão das comissões eleitorais e maior inclusão política nos pontos quentes da SADC, como o Zimbabwe, Madagáscar, Malawi, Suazilândia e República Democrática do Congo.⁸⁰ Não obstante, a sociedade civil continua relativamente fraca noutros países onde existe uma certa abertura e continua a haver a necessidade de uma pressão contínua para a reforma política, como nos Camarões, República Centro-Africana, República do Congo, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Gabão, Sul do Sudão e Suazilândia.

Assim, apesar de existir uma dinâmica institucional considerável para novos avanços democráticos em África nos próximos anos, os progressos não serão automáticos. Os dirigentes da sociedade civil e os partidos políticos reformistas precisarão de estar à altura e de aproveitar as oportunidades, além de construir uma visão para o futuro, identificando as mudanças necessárias e organizando as sociedades da base para o topo para concretizar os seus objectivos.

O derrube das autocracias norte-africanas no Egipto, na Tunísia e na Líbia, em 2011, teve um outro efeito indirecto sobre a África Subsariana: comprometeu a viabilidade dos modelos de governação autocrática. Há muito que o Egipto representava o modelo de governo militar que se transforma num governo ostensivamente civil, embora os militares tivessem conservado uma enorme influência. Hosni Mubarak fora militar de

carreira durante quase 30 anos, passando a comandante da Força Aérea antes de ser nomeado vice-presidente do Egípto, em 1975. Em seguida, apoiou-se fortemente nas estruturas militares ao assumir a presidência em 1981. O modelo foi reproduzido em diversos países africanos, incluindo o Burkina Faso, República Centro-Africana, Chade, República do Congo, Gâmbia e Uganda. Na nova era de grandes expectativas em relação à governação, espelhada na Primavera Árabe, a falta de legitimidade de Mubarak foi uma grande vulnerabilidade. A mesma fraqueza continua a afectar a autoridade do Conselho Supremo das Forças Armadas que está no poder, o qual muitos acreditam pretender disfarçadamente conservar a influência dos militares egípcios.

De forma semelhante, Zine El Abidine Ben Ali, da Tunísia, copiando os Tigres do Sueste Asiático, construiu um modelo autocrático aparentemente estável, que se considerou ter logrado assegurar o crescimento económico à custa das liberdades políticas. Com efeito, a Tunísia foi uma das poucas autocracias do mundo a registar um forte crescimento económico sustentado ao longo de mais de uma década. É um modelo a que aspiram vários regimes autocráticos e semi-autoritários africanos contemporâneos, como a Eritreia, Etiópia, Ruanda e Uganda. No entanto, a corrupção inevitável, as desigualdades, a ilegitimidade e o ressentimento acumulado na Tunísia — numa época de exigências crescentes de transparência e satisfação de necessidades — também inviabilizaram esse modelo.

O contexto político está deste modo a alterar-se para os regimes semi-autoritários e autocráticos da região, que já não podem dar-se ao luxo de ignorar os apelos a uma maior abertura nem de punir os opositores sem sofrerem consequências financeiras e diplomáticas. Com a globalização das comunicações, tais atitudes são muito mais susceptíveis de chamar a atenção dos parceiros regionais e internacionais e ser condenadas. A violenta resposta do Uganda ao protesto organizado pelo político da oposição Kizza Besigye enfraqueceu mais a legitimidade do governo do que as próprias eleições presidenciais conturbadas de 2011. O processo judicial instaurado ao candidato da oposição do Ruanda Victoire Ingabire, sob acusações de instigação ao genocídio, revisionismo e terrorismo, torna difícil levar a sério o proclamado compromisso do governo com o pluralismo político. A restrição contínua pelo governo etíope do espaço de manobra da sociedade civil, incluindo a comunidade empresarial, está a afastar do país os investidores internacionais que poderiam oferecer-lhe o capital tão necessário e a vitalidade económica. Além disso, os motins do exército no Burkina Faso, entre Abril e Junho de 2011, assim como os protestos contra a violência policial e as deficiências na prestação de serviços, revelam que o *status quo* poderá não ser sustentável sequer a médio prazo.

Os doadores internacionais, igualmente a braços com restrições orçamentais, têm sido mais assertivos, cortando a ajuda ou advertindo os governos africanos contra a repressão governamental e a corrupção existente. O Chade, Malawi, Quênia, República Democrática do Congo, Uganda e Zimbabué têm sido submetidos a todas estas pressões nos últimos anos.

Os regimes semi-autoritários africanos estão portanto a ser obrigados a repensar o seu modelo de governação. Ou reforçam a sua legitimidade interna e repartem mais equitativamente os recursos do estado, ou correm o risco de provocar um ressentimento e uma resistência popular crescentes, bem como de sofrer o isolamento

internacional. Hosni Mubarak, Laurent Gbagbo e Dadis Camara são exemplos actuais de dirigentes semi-autoritários que avaliaram mal as consequências da sua permanência no poder. E como se viu em todo o mundo árabe, as reformas realizadas depois de os protestos populares se terem avolumado chegaram tarde demais.

O exemplo histórico de outras regiões entre 1980 e 1990 mostra que os dirigentes de partidos únicos ou regimes militares que lideraram activamente o processo de transição para a democracia, com a implementação de programas abrangentes contra a pobreza, obtiveram melhores resultados do que aqueles que esperaram por ser destituídos pelas forças de transição.⁸¹ Entre os países que entram nesta categoria destacam-se o Chile, Coreia do Sul, Tailândia e Turquia. Concretamente, os dirigentes autocráticos que lideraram a transição foram capazes de realizar uma mudança gradual que lhes permitiu definir as condições da sua saída do poder e proteger os interesses institucionais, bem como salvaguardar as verbas orçamentais destinadas aos militares e negociar o não julgamento dos dirigentes destituídos e dos seus aliados pelos governos que lhes sucederam. A maioria destes dirigentes tem aliás podido viver pacificamente na sua terra natal sem ver confiscados os seus bens pessoais após abandonar poder.

Os regimes autoritários que transitaram sob pressão, muitas vezes acompanhada de uma crise económica, foram menos capazes de influenciar as condições do período pós-transição.⁸² Por conseguinte, foram incapazes de proteger os interesses institucionais dos seus partidos e dos militares e, pelo contrário, foram em muitos casos julgados por corrupção ou forçados ao exílio. Foi este o destino de dirigentes na Argentina, Bolívia, Brasil, Filipinas, Peru e Uruguai.

Com base na experiência dos primeiros processos de democratização em África na década de 1990, os dirigentes semi-autoritários actuais poderiam liderar transições democráticas e ganhar eleições livres. A liderança de Jerry Rawlings no Gana é porventura o exemplo mais conhecido deste modelo. A longa permanência no poder de muitos dos dirigentes semi-autoritários de África é susceptível de vir a constituir um obstáculo à sua recandidatura. No entanto, esses dirigentes estão numa posição privilegiada para criar instituições genuinamente democráticas que deixariam como um legado após a sua saída do poder.

RECOMENDAÇÕES

Embora a atenção do mundo esteja, compreensivelmente, centrada sobretudo nas mudanças históricas em curso no mundo árabe, as conclusões deste relatório indicam que a janela de mudança política também se encontra aberta em África e não deve ser ignorada. África registou importantes progressos e avanços democráticos em 2011 na Nigéria, Costa do Marfim, Níger, Guiné e Zâmbia, entre outros. Os importantes processos estruturais e institucionais em curso pressagiam novos avanços democráticos no continente nos próximos 12 a 24 meses. A expansão do acesso à informação, melhores níveis de educação, a urbanização acelerada, o aumento da população jovem e um conhecimento cada vez maior das normas governativas noutros lugares do mundo, estão a mudar as expectativas que os cidadãos africanos depositam nos seus governos. Estas evoluções também estão a acentuar a capacidade de mobilização colectiva das populações

do continente, há muito prejudicadas em benefício das elites partidárias no poder. As lições retiradas dos movimentos de reforma noutras regiões de África está a acelerar o ritmo da mudança.

A África, com mais de um terço dos países do mundo em vias de democratização (mais do que qualquer outra região), encontra-se numa rota de abertura que também terá implicações globais para os padrões da democracia. Com efeito, em virtude da propensão das democracias para alcançar resultados superiores de desenvolvimento e estabilidade, o progresso democrático de África terá provavelmente amplas repercussões sobre a economia e a segurança globais.

Apesar desta dinâmica positiva, os avanços no continente não estão garantidos. As mudanças no sentido de uma distribuição mais equitativa do poder enfrentam inevitavelmente a resistência dos interesses estabelecidos. Apresentam-se em seguida recomendações para o reforço das tendências democráticas.

Os parceiros regionais e internacionais devem valorizar a legitimidade

A história tem demonstrado que as mudanças democráticas tendem a ocorrer por surtos, o que sublinha a natureza normativa das reformas políticas. Os efeitos concretos da expansão dos direitos políticos e liberdades civis num país altera as expectativas relativas à governação entre os seus vizinhos. Assim, as organizações regionais e internacionais têm um papel vital a desempenhar na defesa dos padrões democráticos em África.

Capacitar as CER. As Comunidades Económicas Regionais (CER) têm-se destacado como as instituições centrais de definição das normas vigentes em África. Compostas por grupos sub-regionais de estados, reúnem países vizinhos com preocupações idênticas e que são vulneráveis aos efeitos colaterais de uma crise num dos seus estados membros. Enquanto pares, exercem uma influência significativa. As CER de África têm tomado posições cada vez mais firmes contra o comportamento não democrático dos estados membros. A CEDEAO e a SADC, em particular, têm demonstrado o seu compromisso com a governação democrática ao suspender membros devido a transições inconstitucionais de poder ou actos que contrariam as suas regras regionais.

O facto de tais sanções serem decretadas no seio da região confere-lhes enorme credibilidade. Por este motivo, sempre que as CER tomam medidas contra um estado membro, importa que recebam, de forma sistemática, um amplo apoio da comunidade internacional. Devem ser evitadas negociações paralelas conduzidas por países terceiros, pela UA ou outros organismos. Isto reforçará significativamente a autoridade e influência das CER, contribuindo para a coerência da acção internacional, uma conjugação de factores determinante, como se verificou nos casos da Guiné e Costa do Marfim. Em situações nas quais uma CER é inoperante face a uma crise política, esse papel deve ser desempenhado por uma intervenção da UA, da ONU ou de um grupo de contacto de países.

A UA deve manifestar mais apoio à evolução democrática no continente. A UA tem prestado um apoio tardio e relutante à onda de transições democráticas que varreu a região nos últimos anos, o que não só

revela uma discrepância entre os actos da organização e os princípios que proclama, como põe em causa a credibilidade deste órgão regional. Apesar de a UA dever sempre enfrentar problemas burocráticos inevitáveis ao tentar mobilizar um colectivo de 54 membros, a Comissão da UA deve adoptar uma estratégia mais agressiva para se colocar na vanguarda diplomática em matéria de reforço da legitimidade e participação dos cidadãos, e fazer ouvir a sua voz no continente. Isto é especialmente importante sempre que um governo africano violenta os seus próprios cidadãos. Ao reagir, a UA reforçará a sua credibilidade e mostrará que está “do lado certo da história”. Em crises de transição recentes, o comissário da UA nomeou diversas vezes representantes que não tinham as credenciais democráticas necessárias para tratar do problema de forma credível, o que, por sua vez, expôs a UA a dúvidas quanto ao seu empenhamento nas soluções democráticas. Isto torna-se mais evidente sempre que os representantes da UA são vistos como pretendendo sabotar os esforços das CER. Para reforçar a sua credibilidade institucional na gestão de futuras crises, a UA só deverá nomear para essas funções personalidades com uma integridade democrática inquestionável.

Ratificar a Carta Africana sobre a Democracia. No texto da sua constituição, em 2002, a UA definiu de forma consistente os padrões de governação democrática no continente. Os princípios defendidos reflectiam os valores de mudança no continente e destinavam-se a distinguir a UA da sua antecessora, a Organização de Unidade Africana, apelidada ironicamente de “clube de ditadores”. Para provar a sua adesão a esses princípios, os estados devem ratificar a Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação, o que foi feito, até agora, por dez membros, incluindo a África do Sul, a Zâmbia e a Guiné, em 2011. São necessárias mais cinco ratificações para a Carta entrar em vigor.

Os parceiros internacionais devem alinhar as declarações de compromisso com as práticas democráticas. Os parceiros internacionais podem reforçar as normas democráticas ao assegurar que as políticas de ajuda ao desenvolvimento e à segurança criem incentivos para a democratização. Os governos africanos que são legítimos e responsáveis devem ser os principais beneficiários do alcance e valor dos programas de assistência. Como sucedeu com o Malawi, em Julho de 2011, devem ser suspensos ou reduzidos os contactos com os regimes irresponsáveis e o envolvimento nos recuos democráticos. Além de melhorar a gestão da ajuda, tal atitude envia um sinal importante sobre o valor do progresso democrático. Naturalmente, esse sinal é ampliado quando os parceiros internacionais agem em conjunto, como no caso de Moçambique, onde o “G19”, um grupo de 19 doadores internacionais, tem coordenado o relacionamento com o governo e suspendeu o seu apoio orçamental, em Dezembro de 2009, condicionando-o a reformas eleitorais e de governação específicas.

Uma utilização relativamente menor das ajudas para recompensar governos africanos geo-estrategicamente alinhados, aliada a uma pressão fiscal acentuada sobre os orçamentos da assistência, representa neste momento uma oportunidade de melhorar a coordenação. Uma maior coerência por parte das instâncias internacionais na defesa destes princípios reforçará os incentivos que o auxílio é suposto representar e minimizará as acusações de que a distribuição da ajuda obedece ao critério de “dois pesos duas medidas”. É um dilema que os Estados Unidos e os outros doadores principais hoje enfrentam no domínio do apoio que prestam à semi-autoritária Etiópia, ao Ruanda e ao Uganda, entre outros.

Sancionar os regimes que usam a força contra protestos pacíficos. No contexto de uma estratégia de promoção da democracia, os governos que empregam a violência contra os cidadãos que reclamam direitos políticos e liberdades civis por meios pacíficos, greves, ou actos de desobediência civil, devem sofrer consequências imediatas e graves para o regime. Entre as sanções que têm provado ser eficazes em diversos contextos, e que devem ser ponderadas e aplicadas sucessivamente, contam-se a suspensão da ajuda, o embargo de armas, o congelamento dos activos dos líderes do regime, a proibição de saírem do país, extensiva às suas famílias, o boicote dos principais produtos de exportação, as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a criação de comissões de inquérito internacionais e a entrega de dirigentes ao TPI. Tais sanções devem penalizar não só os dirigentes políticos como os oficiais do exército e agentes policiais de alta patente que ordenam uma repressão violenta contra cidadãos que lutam pelo direito à liberdade de expressão. Idealmente, deveriam ser as respectivas CER e a UA a tomar a iniciativa de decretar tais sanções. No entanto, factores políticos ou burocráticos podem justificar que sejam as instâncias internacionais a tomar a iniciativa de forma independente.

Recompensar a liderança construtiva. Os intervenientes regionais e internacionais podem fortalecer consideravelmente a governação democrática ao oferecer um maior reconhecimento diplomático e de prestígio aos dirigentes africanos que conquistaram a legitimidade democrática. Este reconhecimento pode traduzir-se por encontros com os chefes de estado democráticos, a divulgação de imagens dessas reuniões e outros eventos prestigiantes para os dirigentes que são genuínos representantes dos seus povos. Ocasões deste tipo não exigem despesas significativas e podem surtir efeitos consideráveis em termos de definição de padrões. Da mesma forma, devem ser aproveitadas todas as oportunidades de reconhecer e honrar os políticos africanos que assumem de forma elegante a derrota eleitoral (em vez de fomentarem a divisão e empregarem tácticas desestabilizadoras, muitas vezes fundadas na etnia, a fim de conservarem o poder). A nomeação destes dirigentes para comissões regionais e internacionais, conselhos de administração, organizações e “conselhos de estadistas” contribuirá para seu o prestígio e constituirá um incentivo para outros, enquanto sinal das possibilidades de que dispõem após abandonar o cargo.

Planear as transições. Esta análise aponta para a possibilidade de novos progressos e transições democráticas em África nos próximos anos. Os intervenientes regionais e internacionais devem reforçar os planos para o futuro dos países em transição e contribuir para que os parceiros externos estejam preparados para os ajudar da forma mais eficiente possível. As sanções legais ou burocráticas impostas contra o regime autocrático anterior, por exemplo, deverão ser canceladas logo que possível. Acresce que os novos países em vias de democratização herdaram geralmente uma economia em crise, elevadas taxas de desemprego, significativos encargos da dívida e uma quase imediata oposição de natureza autocrática. As instâncias regionais e internacionais devem, por este motivo, ponderar a oferta de uma assistência técnica, institucional e financeira destinada a proporcionar dividendos e a reforçar a estabilidade democrática a curto e longo prazo.

Apoiar a saída negociada dos dirigentes semi-autoritários. Considerando o facto de que os dirigentes semi-autoritários enfrentam uma pressão cada vez maior contra a sua permanência no poder, os intervenientes

regionais e internacionais devem criar incentivos concretos para que abandonem o poder de forma digna e atempada, permitindo-lhes gerir da melhor forma a sua saída e poupando ao país o trauma de um longo período de instabilidade e potencial violência. Tais incentivos serão mais eficazes quando estabelecidos na fase inicial de transição — no momento em que é menor a pressão sobre o dirigente e os interlocutores internacionais — e podem incluir a protecção contra processos judiciais internacionais respeitantes a determinadas acusações. Embora haja limites para o que pode ser perdoado, e algumas vítimas só admitam o julgamento dos responsáveis nos seus próprios termos, cada situação deve ser ponderada em função dos custos mais amplos que possa acarretar para a sociedade.

Fortalecer as instituições de partilha do poder em África

Uma das características que distingue as democracias é o facto de possuírem diferentes níveis de freios e contrapesos institucionais, os quais lhes permitem adaptar-se às mudanças constantes a que estão expostas em termos de informação, desafios e factores externos. Esta flexibilidade das sociedades democráticas confere-lhes a capacidade de atender da melhor forma às suas necessidades em cada momento. Igualmente importante é o facto de tais mecanismos de equilíbrio e controlo constituírem uma força moderadora contra os abusos de poder e as políticas desastrosas. África tem feito progressos notáveis no fortalecimento das instituições ao longo da última década. Outras melhorias são necessárias para sustentar o seu progresso democrático.

Garantir a independência dos órgãos de gestão eleitoral (OGE). Demasiadas eleições africanas são ensombradas pelo sentimento de que os OGE, frequentemente nomeados pelo presidente em exercício, são tendenciosos. Para superar este obstáculo os OGE devem transformar-se em organizações de natureza mais técnica. A escolha dos seus membros não deve depender em exclusivo do critério do presidente. Pelo contrário, os membros de OGE devem ser designados com base na sua integridade e competências no domínio da gestão eleitoral, de acordo com várias modalidades possíveis. Uma possibilidade em os candidatos serem examinados por um organismo independente da sociedade civil, como a ordem dos advogados do país. Poderia seguir-se um período de discussão pública antes da confirmação final pelo tribunal de mais alta instância da nação.

Investir mais nos OGE. Os OGE africanos carecem geralmente de recursos materiais e humanos, não podendo por este motivo cumprir eficazmente as suas tarefas, que incluem o recenseamento eleitoral, o processo de escolha dos candidatos, a gestão de dados, o recrutamento e a formação dos agentes eleitorais bem como a organização de sessões de esclarecimento destinadas aos eleitores. As experiências do passado mostram que os OGE são constituídos e financiados demasiado tarde.⁸³ Pelo contrário, os OGE deveriam ser organismos permanentes com recursos afectados ao acto eleitoral dois anos antes da realização do mesmo, para permitir o planeamento e implementação adequados. O contacto regular dos OGE com todos os intervenientes, incluindo partidos políticos, órgãos de comunicação social, organizações da sociedade civil, organizações religiosas, serviços de segurança e poder judicial, contribuirá para que todos partilhem a mesma informação, aliviando tensões e evitando conflitos.

Estratégia de segurança multisectorial. Para garantir que todos os cidadãos possam participar de forma segura no processo de escolha dos dirigentes políticos de um país, é indispensável estabelecer um quadro de segurança para os períodos antes, durante e após cada acto eleitoral. Em função da cobertura geográfica em causa, é geralmente necessário o apoio da polícia, exército, guarda civil e outras forças de segurança.⁸⁴ Devem ser previamente estabelecidos mecanismos de coordenação e uma cadeia de comando bem definida para garantir uma boa articulação e execução das tarefas e responsabilidades. As forças de segurança mobilizadas também devem assumir o dever de relatar em permanência aos OGE.

Limites dos mandatos. Considerando a tradição dominante do “homem forte” na vida política africana, a restrição do número de mandatos deveria ser a norma em todo o continente. Estabelecer ou restabelecer esta regra é essencial para prevenir “golpes de bastidores”, por meio dos quais os dirigentes civis eleitos se tornam tão poderosos que usurpam os poderes doutros sectores do governo. A definição de um número predeterminado de mandatos presidenciais também contribuirá para acabar com a velha ideia de que “o vencedor fica com tudo” nas eleições africanas, proporcionando aos candidatos e partidos derrotados um período definido e consagrado, após o qual poderão tentar de novo conquistar o poder.

Manter o sistema eleitoral de duas voltas. É comum em eleições presidenciais pluripartidárias um candidato precisar de pelo menos 50 por cento dos votos na primeira volta para ser eleito. Caso contrário, realiza-se uma segunda volta, disputada entre os dois candidatos mais votados na primeira. Esta regra deve ser mantida e reforçada. Em África é cada vez mais frequente os partidos dominantes tentarem limitar o processo eleitoral a uma única volta, ou pretenderem reduzir a percentagem de votos requerida para a vitória. Ambas as medidas conferem vantagens aos dirigentes que detêm o poder, enfraquecem a legitimidade e devem ser rejeitadas.

Aumentar a abertura das legislaturas. A legislatura é o representante dos cidadãos no governo e, portanto, deve defender os interesses dos cidadãos na elaboração das políticas públicas. Infelizmente, muito do trabalho das legislaturas africanas decorre à porta fechada. Para corrigir esta situação, os órgãos legislativos deveriam seguir a prática de abrir as suas sessões plenárias e reuniões das comissões à população em geral. Devem também ser envidados esforços para difundir os trabalhos parlamentares através da rádio, TV ou Internet, em coerência com a necessidade de transformar a legislatura numa verdadeira “assembleia popular”. A divulgação dos trabalhos parlamentares fomentará o debate público e um conhecimento geral dos assuntos governamentais, reforçando a credibilidade do poder legislativo aos olhos da população. A experiência de outras regiões indica que uma maior cobertura do trabalho legislativo também incentiva os representantes a agir na defesa dos interesses dos seus constituintes e desencoraja as votações em bloco. A maior divulgação das sessões legislativas promoverá ao mesmo tempo uma maior transparência na gestão dos assuntos do governo graças à supervisão orçamental, conclusões de auditorias e análise dos programas.

Reforçar os valores democráticos no seio dos partidos políticos africanos. Os partidos políticos africanos têm o poder de transformar os velhos modelos tradicionais da política neo-patrimonial em África. Os partidos são o terreno de criação de princípios e dirigentes democráticos. Quando os partidos políticos se pautam por processos transparentes, baseados em regras, e gerem de modo responsável os seus programas e escolha

de candidatos, adquirem maior legitimidade entre os seus membros e a população em geral. Tais práticas tendem, por sua vez, a tornar-se a norma do estado.

Os partidos políticos também são o instrumento que vincula os interesses e as aspirações das populações a uma perspectiva nacional. São, deste modo, um veículo essencial de participação popular no processo político, bem como de informação, educação e união das diferentes regiões e grupos sociais de uma nação. A organização de visitas de estudo regulares e de ocasiões de diálogo com os partidos políticos democráticos melhor estabelecidos em termos regionais e nacionais contribui para reforçar essa participação. Da mesma forma, o estabelecimento de plataformas partidárias e a realização de debates com candidatos sobre questões prementes constituem um meio através do qual os partidos políticos definem a sua agenda e um programa para o país.

Incentivar a construção de coligações políticas positivas para todos. O legado africano de instituições políticas centralizadas não se adapta à composição altamente heterogénea da maioria das sociedades do continente e agrava as consequências políticas da mentalidade do “vencedor fica com tudo”, que não beneficia ninguém. Deve ser feito um maior esforço para criar plataformas políticas que privilegiem a inclusão de todos os quadrantes da sociedade e da consensualidade, assentes na tomada conjunta de decisões inerente a muitas culturas africanas. O objectivo pretendido consiste num sistema político vantajoso para todos, baseado numa maior descentralização do poder administrativo e fiscal a nível local e no reconhecimento institucional de determinados interesses étnicos ou regionais (como no caso, por exemplo, dos distritos eleitorais especiais da população tuaregue do Níger). Da mesma forma, para evitar que as eleições se transformem em acontecimentos polarizadores que opõem os principais grupos étnicos uns aos outros, as regras eleitorais devem ser revistas no sentido de encorajar os candidatos a formar coligações mais abrangentes e representativas dos diversos sectores da sociedade. O modelo da Nigéria, que requer que o candidato obtenha um mínimo de 25 por cento dos votos em dois terços dos estados do país, é louvável neste contexto.

Fortalecer as redes transversais da sociedade civil

Este relatório destaca o papel indispensável desempenhado pela sociedade civil na criação e manutenção do vigor de uma democracia. Muito embora a sociedade civil africana se tenha desenvolvido consideravelmente nos últimos anos, o fortalecimento progressivo deste sector vital é fundamental para a realização e consolidação de novos avanços democráticos.

Aprofundar a colaboração entre grupos. Apesar de o número de organizações da sociedade civil em África ter crescido rapidamente nos últimos anos, estes agrupamentos são frequentemente muito fragmentados, o que os torna vulneráveis à cooptação e ao agravamento das clivagens sociais existentes. São necessárias organizações transversais abrangentes capazes de organizar redes que permitem à sociedade civil contribuir mais eficazmente para o processo de democratização. Tais redes facilitam muito a circulação da informação na sociedade, bem como a partilha de experiências e lições aprendidas, por constituírem um ponto de encontro das organizações da sociedade civil representativas de interesses e regiões diversos de um mesmo

país. Estas redes ainda não existem ou são limitadas em muitas sociedades africanas, mas são essenciais para fomentar a confiança e a capacidade de organização. Identificar e tratar questões de interesse comum também promove a construção dos consensos necessários num regime democrático. As coligações conquistam maior legitimidade ao incorporarem um conjunto diversificado de sectores da sociedade.⁸⁵

Fortalecer a identidade nacional. Um dos obstáculos que muitas democracias africanas enfrentam é o seu fraco sentido de nação, que prejudica a capacidade de uma visão comum e de acção colectiva. O ex-presidente da Tanzânia Julius Nyerere teve a lucidez de compreender que importa trabalhar deliberadamente no sentido de construir um sentido mais forte de identidade nacional, o que pode ser levado a cabo de muitas formas. As associações desportivas, grupos culturais e de dança e programas nacionais de comunicação são ferramentas eficazes para a construção de uma maior coesão social. Deve ser dedicado um esforço especial ao envolvimento de jovens nestes grupos, já que normalmente eles são menos relutantes à criação de parcerias. Além disso, enquanto participantes da democracia africana emergente, os jovens precisam destes projectos e das capacidades que os mesmos oferecem para prosperarem no novo contexto. Os programas de âmbito nacional que permitem aos jovens viajar e participar em projectos públicos em diferentes regiões do país proporcionam ensinamentos valiosos e podem inspirar amizades e perspectivas para a vida inteira.

Apoiar a expansão das tecnologias da informação e meios de comunicação social independentes

A rápida e ampla expansão dos meios de comunicação social independentes e das tecnologias da informação ao longo da última década alterou as perspectivas políticas dos africanos e o seu envolvimento nos assuntos públicos. Merece ser salientado que esta rápida mudança ocorreu e continua a ocorrer quase sem apoio financeiro dos governos — africanos ou outros —, o que revela a apetência que existe pela informação e a comunicação e a vitalidade dos investidores privados e do mundo empresarial. O desenvolvimento das TIC pode ainda assim ser reforçado por apoios específicos, destinados a reforçar o seu efeito positivo nos avanços democráticos em África.

Fortalecer as práticas comerciais nas esferas da comunicação social e da tecnologia. Muitos africanos já ganharam fortunas com a criação de empresas bem sucedidas de comunicação social e de tecnologia. No entanto, ainda existem poucos estudos de mercado relativos aos consumidores dos meios de comunicação e utilizadores das tecnologias da informação em África, o que dificulta muitíssimo a criação de novas empresas ou novos pontos de vendas das companhias existentes, assim como as fusões e aquisições. Neste contexto, os estudos de mercado relativos às áreas rurais ou mais necessitadas devem ser encarados como um serviço público digno de apoio, por forma a sustentar o crescimento nos sectores da comunicação social e da tecnologia. As competências de gestão empresarial também são muito insuficientes, condenando ao fracasso muitas iniciativas promissoras nos sectores tecnológico e de comunicação social. Tais competências são ainda mais essenciais considerando a rápida evolução do sector da comunicação social em termos mundiais. São necessários programas de formação nas áreas da gestão de fundos e de recursos humanos, bem como o desenvolvimento e implementação de estratégias empresariais.

Privilegiar a diversidade e independência na propriedade dos meios de comunicação social. Manter um terreno empresarial diversificado e dinâmico é fundamental para garantir a independência dos sectores da comunicação social e da tecnologia e prevenir a sua subordinação aos interesses particulares de personalidades influentes ou partidos políticos. Os grupos regionais como o Fundo de Desenvolvimento dos Meios de Comunicação Social da África Ocidental e o Fundo de Desenvolvimento dos Meios de Comunicação Social da África Austral desenvolveram modelos empresariais eficazes para identificar e avaliar iniciativas independentes na área da comunicação social, assim como para facilitar o financiamento inicial e a concessão de créditos. A sua abrangência e capacidade de concessão de créditos devem ser desenvolvidos bem como fundados organismos similares noutras regiões. Os investidores de capital de risco também devem ser incentivados e apoiados e importa elaborar regulamentos destinados a impedir o exercício de posição dominante por parte de um punhado de empresas ou proprietários. Neste mesmo contexto, as empresas de comunicação social e tecnologia também devem ser obrigadas a divulgar os seus meios de financiamento para evitar pressões ou distorções da informação por parte de pessoas ou entidades eventualmente associadas a determinado partido ou governo.

Fortalecer a organização e autorregulação das associações profissionais. Os organismos profissionais no âmbito da comunicação social e tecnologia são raros em África, e os que existem carecem de força e capacidade. Assim, deve ser dada prioridade ao fortalecimento das corporações de editores e jornalistas, associações de radiodifusão, redes nacionais de emissoras de rádio comunitárias, órgãos colectivos na área da tecnologia e organismos profissionais do mesmo tipo. Sem associações desta natureza, os profissionais de comunicação social ficarão privados da capacidade de autorregular o sector por meio de regras respeitantes à divulgação de informações, e destinadas a limitar a actividade dos meios de comunicação social não profissionais que difundem conteúdos falsos ou incendiários. Privadas de redes profissionais, as organizações da comunicação social também serão menos capazes de elaborar e negociar com as autoridades governamentais um quadro regulamentar adequado. Por seu lado, a ingerência do governo, a intimidação, a chantagem, ou o bloqueio de conteúdos na Internet, como aconteceu na Etiópia, Ruanda e noutros casos, tendem a tornar-se mais invasivos.⁸⁶ Os organismos profissionais contribuem igualmente para garantir uma maior defesa da liberdade de expressão.

Privilegiar a protecção de jornalistas e empresários de TIC. Os jornalistas africanos continuam a ser vítimas de actos de intimidação e violência frequentes. Desde 2000, foram assassinados setenta e seis jornalistas africanos.⁸⁷ Muitas destas mortes não ocorrem em zonas de guerra mas em países relativamente pacíficos, como a Nigéria. Na maioria dos casos as vítimas são encontradas mortas não no local de trabalho mas no interior do seu automóvel ou residência, sem que tenham sido encontrados indícios de roubo. Jornalistas têm sido presos não só por terem escrito artigos a criticar o presidente mas igualmente por denúncias de evasão fiscal de empresas ou relatos sobre a inoperância dos serviços de segurança na prevenção e resposta a ataques terroristas. Empresas de telefonia móvel têm sido alvo de perseguição, severamente restringidas, destruídas ou compelidas a suspender ou alterar as suas operações em circunstâncias questionáveis na Etiópia, Moçambique, Uganda, Zimbabué e outros países.

Os intervenientes internacionais devem condenar publicamente a perseguição e intimidação de jornalistas e empresários de TIC, enquanto sinal evidente de autoritarismo e retrocesso democrático. Esta atitude deve ser reforçada com medidas concretas, incluindo sanções e a suspensão da ajuda. Da mesma forma, uma vez que a informação livre e independente é essencial para o desenvolvimento transparente e sustentável, a assistência dos doadores deve ser explicitamente condicionada à existência de uma comunicação social e sectores tecnológicos suficientemente abertos e a uma protecção adequada dos jornalistas.

Rede de emissoras de rádio comunitárias. Apesar da expansão dos meios de comunicação independentes e das tecnologias de comunicação no continente africano, as regiões rurais continuam frequentemente desfavorecidas, com ligações lentas e serviços caros e vetustos, quando existem. As rádios comunitárias são o meio de comunicação mais comum nestas regiões e realizam um esforço importante para manter-se em actividade e assegurar conteúdos suficientes para preencher as suas grelhas de programação.

Os governos africanos devem intensificar a construção de infraestruturas nacionais de Internet, tanto através da melhoria das redes de cabo como da tecnologia móvel de próxima geração, ou de ambas, para fazer chegar à maioria da população os benefícios da Internet de banda larga, a preço acessível, e não apenas aos habitantes das cidades. As rádios comunitárias podem constituir um veículo fundamental de comunicação em regiões remotas graças a uma utilização mais alargada dos telemóveis e da Internet, a qual também permite que as emissoras colaborem à distância e partilhem conteúdos. As emissoras de rádio poderiam deste modo garantir uma programação mais completa e abrangente, além de melhorarem a qualidade dos seus conteúdos. Associações regionais como a AMARC-África (Associação Mundial de Radiodifusores Comunitários), bem como os agrupamentos nacionais, deveriam ser reforçados para facilitar a ligação em rede das emissoras de rádio comunitárias.

Reforçar a lealdade ao Estado do sector da segurança

De um modo geral, as forças de segurança têm desempenhado um papel fundamental na repressão da oposição política e na resistência à reforma e democratização em África, como aconteceu no Malawi, Uganda, Ruanda, Costa do Marfim, Mauritânia e outros países, cujas forças militares e policiais têm intimidado e reprimido pela força manifestantes e activistas. Tais práticas não cessarão enquanto o exército e a polícia permanecerem pouco profissionais, isentas de fiscalização e inimputáveis.

Melhorar as oportunidades e instituições educacionais. Apesar de ainda necessitarem de melhorias, as forças armadas do Senegal, Quênia, Botsuana, Gana e alguns outros países dispõem de uma forte cadeia de comando e de uma missão bem definida, e agem geralmente de forma responsável e politicamente independente. O seu profissionalismo deve-se, em parte, ao exaustivo treino militar recebido pelos seus oficiais em instituições nacionais e internacionais. Estes programas de formação expõem os oficiais às normas democráticas, demonstram os perigos da instrumentalização política e incidem na defesa da segurança nacional por oposição à salvaguarda do regime.

A procura destes programas de formação militar é intensa em todo o continente. Os cursos oferecidos pela Rede de Gestão da Defesa e Segurança da África Austral (SADSEM, na sigla em inglês), uma associação de dez instituições de ensino no sector da segurança na África Austral, registam geralmente uma procura muito superior à oferta. Nas avaliações finais dos cursos ministrados pela SADSEM é frequente ler que o programa “prestou um serviço inestimável aos agentes do país, tendo permitido o desenvolvimento de estratégias políticas e a mudança com vista ao estabelecimento de estruturas de segurança democraticamente geridas na região”.⁸⁸

O efeito positivo da formação tem sido mais evidente nos períodos de crise política e transição. No Níger, por exemplo, os militares derrubaram um presidente acusado de violar a constituição e recolocaram rapidamente o país no caminho da democracia, o que aconteceu, pelo menos em parte, devido aos fortes laços profissionais estabelecidos e aos valores transmitidos aos oficiais em programas de formação no estrangeiro, entre os quais os cursos frequentados na Academia de Defesa da Nigéria.⁸⁹ O profissionalismo e a integridade manifestados pelas forças armadas da Tunísia e do Egipto durante as manifestações populares também foram parcialmente atribuídos ao treino militar e formação recebidos no estrangeiro pelo seu corpo de oficiais.

Os governos africanos e os parceiros internacionais devem reforçar o papel positivo desempenhado pelo ensino militar avançado, desenvolvendo programas de intercâmbio e bolsas de estudo destinados à formação no estrangeiro de membros das forças de segurança. Devem ser também investidos mais recursos no fortalecimento e interligação das academias militares em África, para expandir a difusão das melhores práticas. Também deve ser financeiramente apoiada a formação profissional avançada dos agentes das forças policiais e de recolha de informações, que carecem muitas vezes até das modestas oportunidades de que as forças armadas africanas dispõem. Tais investimentos podem parecer dispendiosos, mas são de facto baratos quando comparados com as intervenções muito mais caras, prolongadas e desestabilizadoras que poderiam evitar, como revelam os casos recentes da Costa do Marfim, Guiné, Guiné-Bissau ou Madagáscar, entre outros.

Avaliar e comparar o desempenho. O desempenho e a boa governação nos sectores militar e policial em África poderiam ser melhorados se fossem sistematizadas as avaliações e análises comparativas das forças de segurança. Actualmente são difíceis de obter mesmo as informações concretas mais básicas sobre a composição, o profissionalismo e o desempenho das forças de segurança em África. Por conseguinte, as avaliações da capacidade das forças de segurança nacionais são geralmente baseadas em episódios isolados e influenciadas por ideias feitas. É necessária a publicação regular de um índice actualizado das avaliações do sector da segurança de cada país africano.

O índice deve abranger os militares, a polícia e as forças de segurança híbridas e incluir dados respeitantes à sua eficácia, instrumentalização política e deveres perante as autoridades civis, entre outros aspectos. Tal índice permitiria aos estados africanos gerir e organizar melhor os seus recursos no domínio da segurança, definir um calendário de reformas e identificar os progressos realizados. Poderia constituir também a base da futura afectação das verbas da ajuda destinada à segurança. Evitar uma baixa classificação ou “advertência”

neste índice constituiria um poderoso incentivo no sentido de convencer as cúpulas políticas e da segurança mais relutantes a realizarem progressos genuínos.

Instituir políticas equilibradas de recrutamento e promoção. Para garantir a independência política dos dirigentes do sector da segurança e mantê-los afastados de conflitos de interesse, devem ser instaurados procedimentos de recrutamento e promoção destinados a eliminar considerações de etnia nos sectores militar e policial, com vista a alcançar o necessário equilíbrio e diversidade das forças. Isto contribuirá para evitar situações em que os agentes de segurança estão mais identificados com a comunidade ou cultura a que pertencem do que com os seus deveres para com a nação e o estado de direito. No Gana, o parlamento acompanha de perto as campanhas de recrutamento militar a fim de assegurar que os novos cadetes provêm de todas as regiões do país.

Os parlamentos africanos também devem supervisionar as promoções e nomeações dos oficiais militares e policiais de alta patente, bem como dos funcionários civis do sector da segurança para garantir que as decisões se baseiem exclusivamente em considerações de mérito. Os parlamentos africanos devem exigir igualmente a divulgação pública dos activos financeiros dos dirigentes do sector, para reduzir as possibilidades de clientelismo e corrupção.

Reduzir e reformar as unidades de segurança presidencial. A existência em muitos países africanos de unidades de protecção presidencial sobredimensionadas e luxuosamente equipadas é um sinal de prioridades erradas. Estas unidades são frequentemente compostas de grandes batalhões, regimentos ou brigadas, o que indica que foram pensadas para reprimir ameaças de grande escala e realizar operações complexas e morosas. A defesa dos dirigentes de um país é uma necessidade imperativa, mas deve basear-se nas melhores práticas e não ser feita à custa da eficácia militar e policial. Além disso, as unidades de defesa presidencial operam frequentemente de forma encoberta, com pouca supervisão civil independente, o que contribui para o baixo profissionalismo geral do sector da segurança. Por conseguinte, estas unidades tendem a ser desorganizadas e a criar elas próprias problemas de segurança, o que contribui para explicar o papel desestabilizador que as unidades de segurança presidencial têm desempenhado nos últimos anos no Burkina Faso, Guiné, Mauritânia e outros países. O reconhecimento da necessidade de reformar as guardas presidenciais está cada vez mais presente no discurso público em África, como por exemplo no Uganda, cujos deputados da oposição têm pugnado por essa reforma. Os esforços neste contexto devem ser mais apoiados e reforçados.

CONCLUSÃO

A destituição de dirigentes autocráticos de longa data no Norte de África no ano de 2011, associada aos progressos democráticos alcançados em meia dúzia de países da África Subsariana, reformulou o panorama da governação no continente. Os factores subjacentes à mudança indicam, além disso, que existem fortes perspectivas de novos avanços democráticos nos próximos anos.

No entanto, a herança do modelo neo-patrimonial de governação continua a ser muito forte em África. A concentração do poder num único indivíduo perpetua a governação personalista, ao mesmo tempo que atrasa o desenvolvimento das instituições políticas necessárias para criar mecanismos de freios e contrapesos. A eliminação destas tradições enraizadas é o desafio central que se coloca às transições democráticas em África.

Apesar do entusiasmo que inspiram as recentes conquistas democráticas africanas, nenhum êxito se encontra assegurado. As revoluções representam muitas vezes o ponto de partida e não a meta final das transições democráticas. O processo de consolidação das instituições democráticas costuma demorar décadas e a experiência mostra que o caminho é frequentemente marcado por avanços e recuos. É previsível a resistência por parte daqueles que prosperaram graças a laços estreitos com os antigos regimes. Por outro lado, os retrocessos democráticos não significam necessariamente o fim mas antes uma etapa na aprendizagem do papel e das responsabilidades a assumir pelos cidadãos na governação política.

A tradição do “homem forte” também representa um obstáculo de monta para algumas das democracias mais avançadas de África. A habituação ao poder e aos seus privilégios tem levado mesmo alguns dos dirigentes mais reformistas de África a tentar prolongar a sua permanência no cargo. O resultado dessas tentativas, intencional ou não, foi o enfraquecimento das limitações impostas ao poder executivo e o reforço das redes de compadrio.

O futuro da governação democrática em África será portanto determinado pela concorrência entre estas forças opostas, ou seja entre os representantes da mudança e os defensores da manutenção do status quo no executivo.

Apesar da decepção de alguns pelo facto de protestos de massa semelhantes aos observados no Norte de África não se terem produzido na África Subsariana, este é um pobre indicador do potencial democrático. A democracia não se conquista por meio de movimentações ocasionais mas através de um esforço político sustentado e coeso dos cidadãos.

Os grandes protagonistas da democratização serão as redes da sociedade civil, os partidos políticos, os parceiros regionais e internacionais, a comunicação social e o sector da segurança. Ao impor maiores restrições à autoridade executiva, especialmente no que respeita ao prolongamento dos mandatos, os reformadores podem contribuir para convencer os dirigentes políticos das vantagens da legitimidade, da governação democrática e do abandono do poder no final dos seus mandatos constitucionais. Quanto mais se consolidar esta norma, maior será a pressão sobre os dirigentes semi-autoritários para adoptar práticas democráticas genuínas e facilitar transições de poder tranquilas. Com efeito, um dos ensinamentos mais importantes das transições no Egipto, Tunísia, Líbia, Costa do Marfim e outros países destina-se directamente aos outros autocratas e semi-autoritários da região: os dirigentes que estiveram no poder durante muito tempo poderão ser forçados a abandoná-lo em condições bem menos favoráveis.

NOTAS

¹ A tentativa de golpe de estado de membros do exército guineense em Julho de 2011 é uma prova da fragilidade dessa transição.

² Michael Bratton e Nicolas van de Walle, *Democratic Experiments in Africa: Regime Transitions in Comparative Perspective* (Cambridge: Cambridge University Press, 1997).

³ “Polity IV: Political Regime Characteristics and Transitions, 1800-2010”, Center for Systemic Peace, disponível em <<http://www.systemicpeace.org/polity/polity4.htm>>. Consultar também Ted Robert Gurr, Keith Jagers, e Will Moore, “The Transformation of the Western State: The Growth of Democracy, Autocracy, and State Power since 1800”, *Studies in Comparative International Development* 25, nº 1, 1990.

⁴ Baseado na categorização tripartida das classificações da democracia pela Polity IV e do índice das liberdades civis e dos direitos políticos agregados da Freedom House (FH). Os países classificados no nível inferior de ambos os índices (0-2 para a Polity e 2-5 para a FH invertida) são indicados como autocracias. Os que se encontram no nível mais alto (8-10 para a Polity e 11-14 para a FH) são indicados como democracias em consolidação. Os países que se encontram no nível médio ou repartidos entre os níveis mais altos e mais baixos são indicados como estando em vias de democratização. Os que estão repartidos entre os níveis mais baixos e médios são apresentados como semi-autoritários. Para os dados da Freedom House consultar *Freedom in the World 2011: The Authoritarian Challenge to Democracy* (New York: Freedom House, 2011). Categorizações adaptadas de Joseph Siegle, “Supporting Democracy in Africa: Effective Aid Strategies”, em *Africa Beyond Aid*, eds. Greg Mills, Holger Brett Hansen e Jeffrey Herbst (Johannesburg: The Brenthurst Foundation, 2008).

⁵ Marina Ottaway, *Democracy Challenged: The Rise of Semi-Authoritarianism* (Washington, DC: Carnegie Endowment for International Peace, 2003).

⁶ Morton Halperin, Joseph Siegle e Michael Weinstein, *The Democracy Advantage: How Democracies Promote Prosperity and Peace* (New York: Routledge, 2010).

⁷ Adrian Karatnycky e Peter Ackerman, “How Freedom is Won: From Civic Resistance to Durable Democracy”, Freedom House, 2005. Joseph Siegle, “Social Networks and Democratic Transitions”, *Developing Alternatives* 12, nº 1, Dezembro de 2008.

⁸ Steven Livingston, *A Evolução dos Sistemas de Informação em África: Um Caminho para a Segurança e a Estabilidade*, Centro de Estudos Estratégicos de África Trabalho de Pesquisa No. 2 (Washington, DC: Centro de Estudos Estratégicos de África, Março de 2011).

⁹ *Measuring the Information Society: The ICT Development Index* (Geneva: International Telecommunications Union, 2010), 76.

¹⁰ Russell Southwood, “Are Mobile Phone Penetration Rates in Sub-Saharan Africa Really As Low As They Seem?” *Balancing Act*, 28 de Janeiro de 2011.

¹¹ Enrico Calandro “Dynamic Changes”, *Fair Mobile Index 2011*, nº 2, (Cape Town: ResearchICTAfrica, Julho de 2011).

¹² Zenobia Ismail and Paul Graham, *Citizens of the World? Africans, Media and Telecommunications*, Afrobarometer Briefing Paper nº 69 (Pretoria: Afrobarometer, Maio de 2009).

¹³ Mary Myers, “Radio and Development in Africa: A Concept Paper”, International Development Research Centre, Março de 2009, 12.

¹⁴ Ibid.

¹⁵ Communications Commission of Kenya, Ghana National Communications Authority, Uganda Communications Commission, Uganda Bureau of Statistics e le Comité de Régulation des Télécommunications du Mali. Consultar também “Radio and ICT in West Africa: Connectivity and Use”, The Panos Institute West Africa, Outubro de 2008, 38. Consultar também Devra Moehler e Archie Luyimbazi, “Tune in to Governance: An Experimental Investigation of Radio Campaigns in Africa” (estudo apresentado na conferência Field Experiments, Institute for Political and Economic Governance–IPEG, University of Manchester, Manchester, UK, Julho de 2008).

16 Cálculos baseados nos mapas elaborados por Stephen Song, disponíveis em <<http://manypossibilities.net/2011/03/african-undersea-cables-a-history/>>.

17 “World Cities Facebook Statistics”, SocialBakers.com, acessado em Outubro de 2011, disponível em <<http://www.socialbakers.com/facebook-statistics/cities/>>.

18 “Africa Facebook Statistics”, Socialbakers.com, acessado em Outubro de 2011, disponível em <<http://www.socialbakers.com/countries/continent-detail/africa>>.

19 Livingston.

20 “Mozambique unrest shows the power of text messaging”, *Agence France Presse*, 7 de Setembro de 2010.

21 Ismail e Graham, 7-8.

22 Dave Opiyo, “Survey Faults Media Over Referendum Coverage”, *Daily Nation*, 24 de Agosto de 2010.

23 “Spotlight on Media Coverage of the Kenya Referendum Campaigns 2010”, Peace Pen Communications, Agosto de 2010.

24 Virginie Baudais e Grégory Chauzal, “The 2010 Coup d’État in Niger: A Praetorian Regulation of Politics?” *African Affairs* 110, n° 439 (Março de 2011).

25 Sarah Katz-Lavigne, “Interactive Radio for Justice: Impact Assessment Report”, Interactive Radio for Justice, Maio de 2011, 4-5.

26 Ann Kidder, “From Short Wave Radio to SMS in Zimbabwe”, Movements.org, disponível em <<http://www.movements.org/case-study/entry/from-short-wave-radio-to-sms-independent-media-for-zimbabwe-adapts/>>.

27 Lance Guma, “Zanu-PF Abuse Cell Phone Text Messages for ‘Sanctions’ War”, *SW Radio Africa*, 7 de Março de 2011.

28 Rukiya Makuma, “ICT Changing the Face of Country’s Elections”, *The Independent*, 17 de Fevereiro de 2011.

29 “Govt Blocks Facebook, Twitter”, *The Observer*, 15 de Abril de 2011.

30 “Uganda Government Bans Live Broadcast of Protests”, Africa Centre for Media Excellence, 28 de Abril de 2011.

31 Akin Akintayo, “A Year of Goodluck Jonathan on Facebook”, *Nigerians Talk*, 28 de Junho de 2011, disponível em <<http://nigeriantalk.org/2011/06/28/nigeria-a-year-of-goodluck-jonathan-on-facebook/>>.

32 Umar Jibrilu Gwandu, “Buhari Unveils Electronic Campaign”, *Daily Trust*, 24 de Fevereiro de 2011.

33 *Research Summary Report: Africa Media Development Initiative* (London: BBC World Service Trust, 2006), 30-31.

34 Mary Myers, “Voices from Villages: Community Radio in the Developing World”, Center for International Media Assistance, Abril de 2011.

35 Edward McMahan, “The ‘New’ Civil Society and Democratic Transitions in Africa”, in *Sub-Saharan Africa in the 1990s: Challenges to Democracy and Development*, ed. Ruhksana A. Siddiqui (Westport: Praeger, 1997). Emmanuel Gyimah-Boadi, “Civil Society in Africa”, *Journal of Democracy* 7, n° 2 (Abril de 1996).

36 Joel D. Barkan, “Legislatures on the Rise?”, *Journal of Democracy* 19, n° 2 (Abril de 2008).

37 Joel D. Barkan, Robert Mattes, Shaheen Mozaffar, Kimberly Smiddy, “The African Legislatures Project: First Findings”, Center for Social Science Research, Working Paper n° 277, Agosto de 2010.

38 Steven Langdon, “Parliamentary Audits and Budget Review in Africa”, Parliamentary Centre, 2004.

39 Barkan, 2008.

40 Langdon.

41 “Committee Homepage”, Parlamento da República do Uganda, acessado a 18 de Outubro de 2011, disponível em <http://www.parliament.go.ug/index.php?option=com_content&task=blogsection&id=0&Itemid=9&limit=9&limitstart=0>.

42 Daniel Vencovsky, “Presidential Term Limits in Africa”, *Conflict Trends*, n° 2, 2007.

- 43 Nnoruka Udechukwe, “Resolving Political and Electoral Disputes in Nigeria”, *Business Day*, 24 de Novembro de 2010.
- 44 Gumisai Mutume, “Beyond the Ballot: Widening African Reform”, *Africa Renewal* 18, nº 4 (Janeiro de 2005).
- 45 J. Tyler Dickovick e Rachel Beatty Riedl, “Comparative Assessment of Decentralization in Africa: Final Report and Summary of Findings”, United States Agency for International Development, Setembro de 2010.
- 46 Ibid.
- 47 Jesse C. Ribot, *African Decentralization: Local Actors, Powers and Accountability*, Governance and Human Rights Paper nº 8 (Geneva: United Nations Research Institute for Social Development Programme on Democracy, 2002).
- 48 Dickovick and Riedl, 2010.
- 49 Stephen Commins, *Urban Fragility and Security in Africa*, ACSS Africa Security Brief nº 12 (Washington, DC: National Defense University Press, April 2010).
- 50 “Regional Overview: Youth in Africa”, Fact Sheet Developed by United Nations Economic Commission for Africa and the United Nations Programme on Youth, 2010, disponível em <<http://social.un.org/youthyear/docs/Regional%20Overview%20Youth%20in%20Africa.pdf>>.
- 51 *World Development Indicators 2011* (Washington, DC: The World Bank, 2011); UNESCO Institute for Statistics, 2011.
- 52 “Lions on the Move: The Progress and Potential of Africa’s Economies”, McKinsey Global Institute, Junho de 2010.
- 53 UNECA, 2010.
- 54 Apesar disso, ambas as organizações foram criticadas por endossarem a controversa vitória eleitoral de Faure Gnassingbé apenas dois meses mais tarde.
- 55 Nicolas Sarkozy, “Je serai le Président de tous les Français” (discurso quando venceu as eleições presidenciais francesas, Salle Gaveau, Paris, França, 6 de Maio de 2007).
- 56 “French court approves investigation into African leaders’ assets”, RFI, 9 de Novembro de 2010.
- 57 Paul D. Williams, *Lessons Learned from Peace Operations in Africa*, ACSS Africa Security Brief nº 3 (Washington, DC: National Defense University Press, Abril de 2011).
- 58 Amanda Lea Robinson, National Versus Ethnic Identity in Africa: State, Group, and Individual Level Correlates of National Identification, Documento de Trabalho nº 112 (Pretoria: Afrobarometer, Setembro de 2009).
- 59 Michael Edwards, “The Challenges of Civil Society in Africa”, palestra apresentada à TrustAfrica, 12 de Fevereiro de 2009. Consultar também Gyimah-Boadi, 1996.
- 60 Joseph Siegle, “Governance Strategies to Remedy the Natural Resource Curse”, *International Social Science Journal* 57, nº 1 (Maio de 2009).
- 61 Laurence Ammour, “The Crucial Role of African Manpower in Libya’s Domestic and Foreign Policies” (documento apresentado na conferência *A Strategic Look at Relations Between North Africa and Sub-Saharan Africa*, organizado pelo Departamento de Estado dos E.U.A. e pelo Comando dos E.U.A. para África, Dakar, Senegal, 21-22 de Março de 2011).
- 62 Ibid.
- 63 Ibid.
- 64 Nic Cheeseman, “African Elections as Vehicles for Change”, *Journal of Democracy* 21, nº 4 (Outubro de 2010).
- 65 International Foundation for Electoral Systems (IFES), “Election Guide Calendar”, o Consortium on Elections and Political Process Strengthening, cujos parceiros são o IFES, o International Republican Institute e o National Democratic Institute for International Affairs, consultado em 25 de Outubro de 2011 em <<http://www.electionguide.org/calendar.php>>.
- 66 Judith Burdin Asuni e Jacqueline Farris, “Tracking Social Media: The Social Media Tracking Centre and the 2011 Nigerian Elections”, Shehu Musa Yar’Adua Foundation, Maio de 2011.

- 67 Halperin et al.
- 68 Transparency International. *Corruption Perceptions Index 2010*. (New York: Transparency International, 2010)
- 69 Halperin et al.
- 70 Ibid.
- 71 Mathurin Hounnikpo, *Security Through Legitimacy: Democratic Oversight of the Security Services*, ACSS Africa Security Brief (Washington, DC: National Defense University Press, para breve).
- 72 Joel D. Barkan “Uganda: Assessing Risks to Stability”, Center for Strategic and International Studies, Junho de 2011.
- 73 Bruce Bueno de Mesquita e Alastair Smith, “Leader Survival, Revolutions, and the Nature of Governance Finance”, *American Journal of Political Science*, para breve.
- 74 Peter Ackerman, “Skills or Conditions: What Key Factors Shape the Success or Failure of Civil Resistance?” (apresentado na *Conference on Civil Resistance and Power Politics*, St. Anthony’s College, University of Oxford, 15-18 de Março de 2007).
- 75 Karatnycky e Ackerman.
- 76 Maria Stephan e Erica Chenoweth. “Why Civil Resistance Works: The Strategic Logic of Nonviolent Conflict”, *International Security* 33, nº 1 (Verão de 2008).
- 77 Ackerman, 2007.
- 78 Siegle, 2008.
- 79 As classificações a verde (promotor da democracia) e vermelho (inibidor da democracia) delinham os quartis máximos ou mínimos numa região relativamente a uma determinada medida. Os dirigentes que se encontram no poder há dez anos ou mais são indicados a vermelho. A avaliação da sociedade civil baseia-se no indicador de liberdades civis da Freedom House. As categorias de liberdade de imprensa baseiam-se nos indicadores livre, parcialmente livre e não livre da Freedom House. A categoria de acesso à Internet reflecte os controlos para o rendimento per capita. A medida do crescimento económico avalia a média do crescimento do PIB per capita dos cinco anos anteriores. A progressão do desenvolvimento baseia-se na redução em dez anos das taxas de mortalidade infantil tendo em conta o ponto de partida. A categorização do petróleo a vermelho reflecte cinco anos de receitas médias de hidrocarbonetos excedendo 25% de todas as receitas fiscais. A categorização a amarelo indica significativas reservas de petróleo apesar de a produção poder ainda não se encontrar em operação. A inflação baseia-se na média dos três anos anteriores.
- 80 Constantine Chimakure, “SADC Urged to Isolate Mugabe”, *Newsday*, 10 de Agosto de 2011.
- 81 Stephan Haggard e Robert R. Kaufman, *The Political Economy of Democratic Transitions* (Princeton: Princeton University Press, 1995).
- 82 Ibid.
- 83 “Colloquium on African Elections: Best Practices and Cross-Sectoral Collaboration”, National Democratic Institute, 11-14 de Novembro de 2009.
- 84 Ibid.
- 85 Karatnycky e Ackerman.
- 86 Robert Mahoney, “Protecting Journalists in Africa”, *The Media Online*, 13 de Maio de 2011.
- 87 “Death Watch”, International Press Institute, acedido em 24 de Outubro de 2011, disponível em <<http://www.freemedia.at/our-activities/death-watch.html>>.
- 88 Elling N. Tjønneland, Chris Albertyn, Garth le Pere, Kari Heggstad e Brendan Vickers, *Promoting Defence Management and Security Sector Reform in Southern Africa: An Assessment of SADSEM’s Achievements, Impacts and Future Challenges* (Bergen, Noruega: Chr. Michelsen Institute, 2009).
- 89 Achilleus Chud-Uchegbu e Cosmas Ekpunobi, “Army Dismisses Coup Plot”, *Daily Champion*, 26 de Fevereiro de 2010.

MEMBROS DO GRUPO DE TRABALHO

Joel D. Barkan é professor emérito de Ciências Políticas na Universidade de Iowa e associado sénior do Centro para Estudos Estratégicos e Internacionais. É especialista em questões de democratização e governação na África anglófona e desempenhou funções e foi consultor na Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional, Banco Mundial, Fundo Nacional para a Democracia, *Woodrow Wilson International Center for Scholars* e Universidade da Cidade do Cabo, entre outros.

William M. Bellamy é Director do Centro de Estudos Estratégicos de África. Sendo um diplomata de carreira aposentado, entre 2003 e 2006 William M. Bellamy foi embaixador dos EUA no Quênia, Subsecretário de Estado Adjunto para os Assuntos Africanos (2001-2003) e conselheiro político em Pretória e na Cidade do Cabo (1991-1993), na África do Sul, durante os esforços diplomáticos dos EUA para promoverem uma transição pacífica do apartheid para a democracia.

Christopher Fomunyoh exerce actualmente as funções de Associado Sénior e Director Regional para África no Instituto Nacional Democrata para os Assuntos Internacionais (IND). Desde que ingressou no IND em 1990, o Dr. Fomunyoh planeou, organizou ou aconselhou várias missões internacionais de monitorização eleitoral, programas específicos de apoio à democracia em cerca de 20 países africanos, e a Iniciativa dos Estadistas Africanos (IEA), programa destinado a facilitar as transições políticas.

Mathurin C. Hounnikpo é o Presidente Académico das Relações entre Civis e Militares do Centro de Estudos Estratégicos de África. Os estudos do Dr. Hounnikpo centram-se na história militar de África, no controlo democrático civil do sector da segurança e em questões de responsabilidade, transparência e boa governação. É autor de vários livros, incluindo *Guarding the Guardians: Civil-Military Relations and Democratic Governance in Africa* (Ashgate, 2010).

Edward McMahon exerce actualmente os cargos de investigador associado e professor dos Departamentos de Desenvolvimento Comunitário e Economia Aplicada e Ciência Política na Universidade de Vermont. O Dr. McMahon também é Investigador Associado Sénior da *Freedom House*. Anteriormente, o Dr. McMahon foi durante dez anos funcionário do Serviço Externo do Departamento de Estado dos EUA e é autor de vários livros, incluindo *Democratic Quilt: Universal Norms and Regional Organization* (Kumerian Press, 2006).

Abdoulaye Niang é Presidente e Fundador da Fundação Niang, em Bamako, Mali. Antes do lançamento da Fundação em 2009, exerceu as funções de Director do Gabinete Central de África e posteriormente de Director do Gabinete da África Ocidental da Comissão Económica das Nações Unidas para África. O Dr. Niang também exerceu funções de conselheiro no governo do Mali. É autor de várias obras, incluindo *Globalization: The Key to Peace and Prosperity for Africa* (Ivy House, 2008).

Davin O'Regan é investigador associado do Centro de Estudos Estratégicos de África. A sua investigação centra-se no impacto da mudança nos contextos da informação e comunicações em África, entre outros. Antes de ingressar no CEEA, trabalhou no gabinete de imprensa do allAfrica.com e tem participado em projectos de investigação da *Open Society Foundations* e do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais.

Dave Peterson é o Director Sénior do Programa do Fundo Nacional para a Democracia em África, onde lidera um programa para identificar e ajudar centenas de organizações não-governamentais africanas e activistas que trabalham para a democracia, direitos humanos, liberdade de imprensa e justiça e paz. Visitou mais de 40 países africanos desde 1984 e publicou inúmeros artigos sobre política africana.

Oury Traoré é uma consultora internacional actualmente a trabalhar em Acra, no Gana. Anteriormente foi Gestora do Programa Regional da Rede da África Ocidental para a Consolidação da Paz (WANEP) e exerceu as funções de Directora Jurídica Sénior no Instituto de Direitos Humanos e Desenvolvimento em África. Conta entre os seus clientes os principais doadores internacionais e instituições regionais, como a CEDEAO e a União Africana.

Joseph Siegle é presidente do Grupo de Trabalho África e a Primavera Árabe e é o Director de Investigação do Centro de Estudos Estratégicos para África. Trabalhou em diversas instituições de investigação, académicas e profissionais em numerosos países da África Ocidental, Austral e Oriental. É autor de diversas publicações sobre questões relativas às relações entre a democracia, o desenvolvimento e a segurança, entre as quais *The Democracy Advantage: How Democracies Promote Prosperity and Peace* (Routledge, 2010).

AFRICA CENTER FOR STRATEGIC STUDIES

Director: Ambassador William M. Bellamy (Ret.)
National Defense University
300 Fifth Avenue, Building 21
Fort Lesley J. McNair
Washington, D.C. 20319-5066
Phone: + 1 202 685 7300
Web site: www.africacenter.org

AFRICA CENTER REGIONAL OFFICE, EAST AFRICA

U.S. Embassy
Entonto Street
P.O. Box 1014
Addis Ababa, Ethiopia
Phone: +251 115 174 203

AFRICA CENTER REGIONAL OFFICE, WEST AFRICA

Petit Ngor
B.P. 49
Dakar, Senegal
Phone: +221 338 606 190 x 3124

AFRICA CENTER RESEARCH PAPERS

Editor: Joseph Siegle, Ph.D.
Phone: +1 202 685 6808
Email: Sieglej@ndu.edu



AFRICA CENTER FOR STRATEGIC STUDIES

Director: Ambassador William M. Bellamy (Ret.)

National Defense University
300 Fifth Avenue, Building 21

Fort Lesley J. McNair
Washington, D.C. 20319-5066

Phone: + 1 202-685-7300

Web site: www.africacenter.org

